

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Informação e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Rafael Alencar Rodrigues

A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA-INSTITUCIONAL DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS NA FOLHA DE SÃO PAULO

Goiânia
2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES
ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

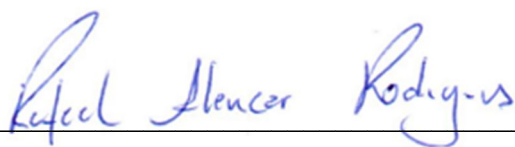
Nome completo do autor: Rafael Alencar Rodrigues

Título do trabalho: A representação midiática-institucional dos movimentos sociais na Folha de São Paulo

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Data: 29/03/2017

Assinatura do (a) autor (a)

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Informação e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Rafael Alencar Rodrigues

A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA-INSTITUCIONAL DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS NA FOLHA DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de pesquisa: Mídia e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Claudomilson Fernandes Braga.

Goiânia
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Alencar Rodrigues, Rafael

A representação midiática-institucional dos movimentos sociais na
Folha de São Paulo [manuscrito] / Rafael Alencar Rodrigues. - 2017.
CLII, 152 f.

Orientador: Prof. Dr. Claudomilson Fernandes Braga.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós
Graduação em Comunicação, Cidade de Goiás, 2017.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui abreviaturas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Comunicação. 2. Cidadania. 3. Mídia. 4. Movimentos Sociais. I.
Fernandes Braga, Claudomilson, orient. II. Título.

CDU 007



ATA 06/2017

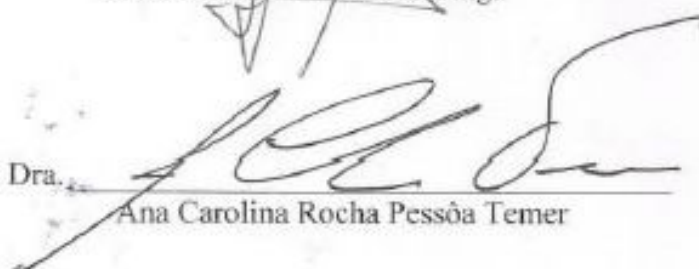
ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, a partir das quatorze horas, na Sala 9 da Faculdade de Informação e Comunicação, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação de Mestrado de RAFAEL ALENCAR RODRIGUES, intitulada “**A representação midiática-institucional dos movimentos sociais na Folha de São Paulo**”. A banca examinadora foi composta pelos professores doutores Clodomilson Fernandes Braga (orientador/FIC/UFG), Ana Carolina Rocha Pessoa Temer (FIC/UFG) e Luciana de Oliveira Dias (PPGIDH/UFG). Após a arguição, os membros da banca se reuniram em sessão secreta para concluir a avaliação e definir o parecer final da dissertação, que foi aprovado. Por fim, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e pelos demais membros da banca.


Prof. Dr. _____ (Presidente)


Clodomilson Fernandes Braga

Profª. Dra. _____


Ana Carolina Rocha Pessoa Temer

Profª. Dra. _____


Luciana de Oliveira Dias

Rafael Alencar Rodrigues

A representação midiática-institucional dos movimentos sociais na
Folha de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, aprovada em _____ de _____ de 2017 pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Clodomilson Fernandes Braga
Orientador – PPGCOM/FIC/UFG

Prof. Dr.ª Ana Carolina Rocha Pessôa Temer
PPGCOM/FIC/UFG

Prof.ª Dr.ª Luciana de Oliveira Dias
PPGIDH/FL/UFG

Goiânia
2017

Dedico todo o esforço materializado nesta dissertação à minha família. Aos meus pais, Ismael Francisco Rodrigues e a Silvany Alencar Barros Rodrigues, que desde a infância mostraram-me a importância da educação. À minha esposa, Lorrana Campos de Oliveira Aguiar, que, durante o mestrado, sempre foi bastante compreensiva e uma voz amiga que me consolou nas dificuldades. Mas, acima de tudo, dedico este trabalho à minha avó Lidivina Alves Rodrigues, que, infelizmente, nos deixou.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador e professor Dr. Claudomilson, que apostou em mim ao me escolher como seu orientando. Quero crer que correspondi às suas expectativas. Milson foi mais do que um orientador. Foi um parceiro das madrugadas a fora. Foi um ombro a que recorri nos momentos de crise e um amigo que me deixou sonhar e voar. Por tudo isso, hoje, da minha parte, tenho para com ele um sentimento de amizade.

Agradeço também as professoras Ana Carolina Rocha Pessôa Temer e Luciana de Oliveira Dias. Elas foram fundamentais para a construção deste trabalho, isto porque durante à qualificação apresentaram sugestões que tornaram esta dissertação mais objetiva e interessante.

Agradeço também a todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Informação e Comunicação. Não há dúvida nenhuma de que as discussões realizadas durante cada uma das disciplinas influenciaram-me profundamente. Para tanto, mesmo peso tiveram meus colegas de sala. Juntos – docentes e alunos – realizamos longos e deliciosos debates sobre diversos temas atinentes à interface mídia e cidadania.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho do Câmpus Senador Canedo do Instituto Federal de Goiás (IFG). Com eles, discuti inúmeras vezes sobre minhas ideias e deles sempre tive atenção e sugestões incríveis.

A representação midiática-institucional dos movimentos sociais na Folha de São Paulo

RESUMO

O presente trabalho tem como principal propósito analisar a representação midiática-institucional dos movimentos sociais na Folha de São Paulo. O período de análise abrange o mês de março de 2015. Foi utilizado o método da análise de conteúdo para a interpretação da amostra. A ideia é perceber como tem se dado a interface entre movimentos sociais e mídia, vez que esta, segundo Bourdieu tornou-se porta de entrada à existência pública, e, por este motivo, estes sujeitos sociais têm planejado suas ações de modo a interessar os veículos de comunicação de massa. A análise concluiu que somente aqueles movimentos que estão em sintonia política-ideológica com o jornal adquirem uma representação positiva. Entretanto aquilo sobre o que falam é determinado por esta representação. Portanto, a mídia institucionalizada é mais do que arbitro da existência pública, porque determina e influencia também nos discursos publicizados pelos movimentos sociais.

Palavras-chave: Comunicação. Cidadania. Mídia. Movimentos Sociais.

The media-institutional representation of social movements in Folha de São Paulo

ABSTRACT

The main purpose of this paper is to analyze the media-institutional representation of social movements in Folha de São Paulo. The analysis period covers the month of March, 2015. The content analysis method was used for the interpretation of the sample. The idea is to perceive how the interface between social movements and the media has been given, and the media according to Bourdieu has become a gateway to public existence, and, for this reason, these social subjects have planned their actions in order to interest the Mass communication vehicles. The analysis concluded that only those movements that are in political-ideological harmony with the newspaper acquire a positive representation. However, what they speak about is determined by this representation. Therefore, institutionalized media is more than an arbitrator of public existence, because it also determines and influences the discourses publicized by social movements.

Keywords: Communication. Citizenship. Media. Social Movements.

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Unidades de registro e o dia de publicação.....	93
Gráfico 2 – Matérias e o Caderno de sua publicação.....	93
Gráfico 3 – Páginas em que as matérias foram publicadas no Primeiro Caderno	94
Gráfico 4 – Categorização das unidades de registro	95

Lista de quadros

Quadro 1 – Expressões-chave da categoria Direito à Moradia	149
Quadro 2 – Expressões-chave da categoria Direito à Moradia	95
Quadro 3 – Palavras e expressões-chave da categoria Dia Internacional da Mulher	98
Quadro 4 – Expressões-chave da categoria Citação Indireta	102
Quadro 5 – Palavras e expressões-chave da categoria Protestos de Março	107

Lista de siglas

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho.
IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensão.
PT	Partido dos Trabalhadores.
MST	Movimento dos Sem Terra.
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos.
TPP	Teoria do Processo Político.
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais.
EOP	Estrutura de Oportunidades Políticas.
AIDS	Acquired Immunodeficiency syndrome.
CI	Citações Indiretas.
PM	Protestos de Março.
DIM	Dia Internacional da Mulher.
DM	Direito à Moradia.
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.
MMBE	Movimento Moradia Brasileiro Estrangeiro.
MBL	Movimento Brasil Livre.
STF	Supremo Tribunal Federal.
LGBT	Acrônimo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade.
PM	Polícia Militar.
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
UNE	União Nacional dos Estudantes.
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira.
DEM	Partido Democratas.
PP	Partido Progressista.
SD	Partido Solidariedade.

Sumário

Introdução	15
1 – Cidadania e movimentos sociais	18
1.1 Os movimentos sociais na construção da cidadania	18
1.2 As principais correntes teóricas sobre os movimentos sociais	25
1.3 Os movimentos sociais em Alain Touraine	29
1.4 Os movimentos sociais em Alberto Melucci	36
1.5 Os movimentos sociais em rede de Manuel Castells	42
2 – A representação midiática-institucional	47
2.1 A mídia como interação tecnicizada	47
2.2 A representação midiática-institucional como representação social	53
2.3 A lógica racionalizada da representação midiática-institucional	63
2.4 Os efeitos da representação midiática-institucional	79
3 – A proposta metodológica.....	89
3.1 Desenho metodológico.....	89
3.2 Análise dos dados	92
3.2.1 Análise da categoria: Direito à Moradia	95
3.2.2 Análise da categoria: Dia Internacional da Mulher	98
3.2.3 Análise da categoria: Citação Indireta	102
3.2.4 Análise da categoria: Protestos de Março	107
Considerações finais.....	135
Bibliografia.....	143
Apêndice	149

Introdução

A cidadania não é um dado pronto, posto e acabado, pelo contrário, é resultado de processos sociais, que, porque situados em contextos diferentes, produzem cidadanias diferentes, apesar de o ideal remeter a um mesmo local, a Grécia antiga. É possível perceber, com clareza, a materialidade do que foi inicialmente afirmado ao observar, por exemplo, o caminho seguido pela cidadania na Inglaterra em relação ao Brasil. Lá primeiro foram estabelecidos os direitos civis, depois os políticos e sociais, ao final. Aqui a ordem com que tais direitos foram institucionalizados foi completamente oposta: primeiro os sociais, depois os políticos e, por fim, os civis. Mas as diferenças não ficam limitadas à ordem com que os cidadãos passaram a usufruir de tais direitos, isto porque há distinções também no que toca à extensão e conteúdo destes direitos. Não obstante, há também pontos em comum. Primeiro, a cidadania erige-se sob o princípio de igualdade; segundo, é resultado do anseio e da ação dos sujeitos sociais situados histórica e politicamente. Portanto, em última análise, a cidadania configura-se como um *status* de igualdade, cuja substância institucionalizada traduz-se em direitos, e cuja ordem em que passam a ser usufruídos e seu conteúdo derivam da ação dos sujeitos.

É imprescindível dizer que a expressão atores sociais – empregada anteriormente – reúne uma grande quantidade de sujeitos individuais e coletivos, institucionais e não institucionais. Entretanto, a esta dissertação interessa apenas um: os movimentos sociais. A escolha justifica-se, primeiro, por motivos metodológicos, vez que seria muito exaustivo e desaconselhável considerar todos estes sujeitos reunidos sob o termo atores sociais; segundo, por conta das recentes e significativas manifestações que diversos movimentos sociais realizaram no mundo² e Brasil, tais como as de 2013, que ficaram mais conhecidas como “Jornadas de Junho”, e as de 2015, principalmente as dos dias 13 e 15 de março.

A manifestação/protesto para os fins desta dissertação situam-se como forma de ação que os movimentos sociais têm às mãos – embora não só eles – para chamar atenção da sociedade e do poder político institucionalizado para os problemas que lhes afligem e para os quais buscam dar visibilidade e, assim, chegar a uma solução. Para fazê-lo, os movimentos sociais – novamente, não só eles – têm-se utilizado, ou buscado utilizar, os veículos de comunicação de massa, tais como jornais, revistas, rádios, televisão e internet. Esta é uma

² Aqui se pode incluir as manifestações que aconteceram na Tunísia, Egito, Argélia, Líbano, Jordânia, Mauritânia, Sudão, Omã, Iêmem, Bahrein, Líbia, Kuwait, Marrocos, Arábia Saudita, Síria, Espanha, Estados Unidos e etc..

estratégia cuja adoção é bastante comum, embora para Bourdieu (1997) ela seja mesmo necessária:

Os que acreditam que basta se manifestar sem se ocupar da televisão correm o risco de errar o tiro: é preciso cada vez mais produzir manifestações para a televisão, isto é, manifestações que sejam de natureza a interessar às pessoas de televisão, dadas as suas categorias de percepção, e que, retomadas, amplificadas por elas, obterão sua plena eficácia. (BOURDIEU, 1997, p. 30).

A partir disto, o autor vai pontuar que esta necessidade de produzir ações a interessar as pessoas da televisão altera a própria ação. Diz Bourdieu (1997):

Suponhamos que hoje eu queira obter o direito à aposentadoria aos 50 anos. Há alguns anos, eu teria feito uma manifestação, teríamos carregado cartazes, teríamos desfilado, teríamos ido ao Ministério da Educação Nacional; hoje, é preciso contratar – eu mal exagero – um bom consultor em comunicação. Em intenção da mídia, fazem-se truques que vão impressioná-la: uma fantasia, máscaras, e se obtém, pela televisão, um efeito que pode não estar longe do que seria obtido por uma manifestação de 50.000 pessoas. (BOURDIEU, 1997, p. 29).

Bourdieu (1997) conclui que a televisão desempenha um papel social determinante, à medida que se coloca como árbitro do acesso à existência social e política. No que toca a esta afirmação de Bourdieu é necessário realizar uma ressalva. Na verdade, esta capacidade de árbitro da existência pública não é uma exclusividade da televisão. Jornais, emissoras de rádio e portais na internet são tão importantes quanto à tevê. Além disto, é também necessário considerar que estes meios copiam um ao outro. Portanto, é imprescindível que se tenha a máxima cautela quando se pretende afirmar que um meio é mais preponderante. Dito isto, das afirmações aqui mencionadas atribuídas a Bourdieu deve-se extrair o seguinte: os movimentos sociais têm planejado suas ações de maneira a interessar os diversos veículos de comunicação da massa, estratégia esta necessária, pois estes veículos tornaram-se a porta de entrada à existência pública, porta esta que pode estar aberta ou fechada a quem pleiteia à existência.

Diante disto, a presente dissertação propõe a seguinte questão-problema: qual foi a representação midiática-institucional dos movimentos sociais na Folha de São Paulo durante o mês de março de 2015, momento este em que se observaram duas grandes manifestações, nos dias 13 e 15. O objetivo é verificar de que maneira os movimentos sociais e suas ações foram representados pela Folha, qual o sentido privilegiado. E, além disto, deseja-se verificar se, como disse Bourdieu, pensar a ação social de modo a interessar os veículos de comunicação de massa é mesma uma estratégia eficaz para os propósitos dos movimentos sociais.

A esta altura cabe justificar algumas escolhas. O veículo escolhido foi a Folha de São Paulo, isto porque se trata de um dos grandes jornais impressos de circulação nacional e, portanto, de extenso impacto social e político; o veículo disponibiliza na internet um sistema de busca através do qual é possível localizar, no banco de dados, todos os textos que contém uma dada palavra ou expressão-chave, publicados em um dado intervalo temporal³; e, além disso, é possível acessar, também na internet⁴, todas as edições anteriores, o que facilitou a inserção contextual dos registros encontrados pelo sistema de busca. Na Folha, foram considerados apenas os conteúdos jornalísticos publicados nos diversos cadernos do jornal. No sistema de busca, foram solicitados textos que continham as seguintes expressões-chave: movimento social e movimentos sociais, manifestação e manifestações, protesto e protestos.

Para dar conta da questão-problema, este trabalho compreende dois capítulos de revisão bibliográfica, cujo objetivo, de ambos, é refletir e situar os objetos e fornecer base para a análise e, por fim, à conclusão. Há também um capítulo específico que trata do desenho metodológico, nele também está inserida a análise dos dados, interpretada a partir de uma análise de conteúdo de viés qualitativo, sobretudo, embora haja, também, uma pequena incursão quantitativa. Ao final, há as considerações finais, espaço reservado, principalmente, à resposta da questão-problema, mas também para explicitar algumas das provocações que a prática trouxe à teoria e para levantar novas questões.

Este trabalho interessa à academia, aos movimentos sociais e aos jornalistas. À academia, porque ele soma-se a tantos outros já realizados sobre a interface mídia, cidadania e movimentos sociais, e, desta forma, contribui para sua compreensão, embora não pleiteie, de maneira alguma, esgotá-la. Aos movimentos sociais, porque pode servir como fonte de reflexão, vez que se insinua como instrumento de crítica à ação pensada a interessar os veículos de comunicação de massa, vez que a representação obtida poderá ou não ser interessante para o próprio movimento que a realiza. Aos jornalistas, porque discute numa perspectiva crítica a importância social e política do seu trabalho e seus efeitos, servindo assim como fonte de reflexão e autocrítica à atuação profissional, tão pressionada por fatores organizacionais, por vezes, contrários ao ideal profissional.

³ Esta ferramenta de busca pode ser acessada no endereço: http://acervo.folha.uol.com.br/busca_detalhada/

⁴ As edições anteriores podem ser acessadas no endereço eletrônico: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp>.

1 – Cidadania e movimentos sociais

Este capítulo identifica a cidadania como *status* de igualdade, cujo conteúdo reúne direitos, para mais adiante apresentar a atuação dos movimentos sociais em sua construção. Em seguida, busca construir o objeto movimentos sociais a partir de uma revisão bibliográfica, através da qual discute as principais abordagens teóricas, embora a reflexão mais aprofundada se situe na perspectiva dos novos movimentos sociais, trazendo o pensamento de seus principais autores: Alain Touraine e Alberto Melucci. Por ocasião da eminência de movimentos cuja origem provém das mídias sociais da internet, traz-se à baila também a ideia de movimentos sociais em rede, de Manuel Castells.

1.1 – Os movimentos sociais na construção da cidadania

Quando esta dissertação se propõe a compreender a representação midiática-institucional dos movimentos sociais na Folha de São Paulo, é porque entende que estes atores sociais têm um propósito no que tange à cidadania: incitar e promover mudanças, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania. Para tanto, a representação adquirida pelos movimentos na Folha – e em outros meios – pode ajudá-los ou atrapalhá-los. Em última análise, é isto que o presente trabalho deseja verificar. Não obstante, sobre a relação movimentos sociais e cidadania é importante que se digam duas coisas: primeiro, o propósito aqui atribuído aos movimentos sociais não é o único possível, mesmo no âmbito da cidadania; segundo, eles não são os únicos atores sociais que podem incitar alterações à cidadania. Dito isto, este tomo busca conceituar a cidadania e, em seguida, identificar algumas das mudanças pelas quais passou em que houve a participação dos movimentos sociais.

Em seu clássico texto “*Cidadania e classe social*”, Marshall (1967) analisa o desenvolvimento da cidadania, como princípio de igualdade, no interior de uma sociedade de classes, que se caracteriza como sistema de desigualdades. Ele procura entender como dois princípios diametralmente opostos cresceram e floresceram, lado a lado, ao mesmo tempo. Interessa aqui, captar de sua análise a discussão que realiza a respeito da cidadania. Logo no início, Marshall (1967) subdivide a cidadania em três partes/elementos: o civil; o político; e o social. O elemento civil compreende os direitos civis, necessários à liberdade individual (liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e de contrair contratos válidos e o direito à justiça). O elemento político diz respeito aos direitos políticos (direito de participar do poder político, seja como membro investido de autoridade

política ou como eleitor). O elemento social aborda os direitos sociais, o direito a um mínimo de bem-estar, de levar uma vida digna.

Marshall (1967) conta que, nos velhos tempos, estes elementos estavam todos fundidos num só e, por isso, confundiam-se, porque as instituições que lhes asseguravam estavam amalgamadas. Além disso, a cidadania possuía sentido completamente diferente desta que hoje se pode atribuir a ela. “Na sociedade feudal, o *status* era a marca distintiva de classe e a medida de desigualdade. Não havia nenhum código uniforme de direitos e deveres com os quais todos os homens [...] eram investidos” (MARSHALL, 1967, p. 64). A evolução da cidadania como medida de desigualdade a princípio de igualdade envolveu um duplo processo de fusão geográfica e separação funcional. Fusão geográfica no sentido de que o seu alcance tornou-se nacional. A separação funcional suscitou a criação de instituições distintas e especializadas, como os tribunais de justiça, essenciais ao elemento civil. A separação permitiu que cada elemento seguisse o próprio caminho, de tal maneira que se pode atribuir o período de formação deles a um século diferente: o civil no século XVIII; o político no XIX; e o social no XX. A este respeito Marshall (1967, p. 75) escreve:

[...] os direitos civis surgiram em primeiro lugar e se estabeleceram de modo um tanto semelhante à forma moderna que assumiram antes da entrada em vigor da primeira Lei de Reforma, em 1832. Os direitos políticos se seguiram aos civis, e a ampliação deles foi uma das primeiras características do século XIX, embora o princípio da cidadania política universal não tenha sido reconhecido senão em 1918. Os direitos sociais, por outro lado, quase que desapareceram no século XVIII e princípio do XIX. O ressurgimento destes começou com desenvolvimento da educação primária pública, mas não foi senão no século XX que eles atingiram um plano de igualdade com os outros dois elementos da cidadania.

A partir disto, Marshall (1967, p. 76) conclui que a cidadania, como princípio de igualdade, “é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos que possuem o *status* são iguais com respeito a direitos e obrigações”. Contudo, não há um princípio universal determinante no que toca a estes direitos e deveres, ou seja, ao conteúdo da cidadania. O que ocorre é que “as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal [...] em relação à qual a aspiração pode ser dirigida.” (MARSHALL, 1967, p. 76). Portanto, os direitos e deveres inscritos no *status* da cidadania não são dados *a priori*, uma vez que são erigidos pela sociedade tendo como pano de fundo esta imagem da cidadania ideal, a partir da qual dirigem seus esforços.

A concepção de Marshall da cidadania como princípio de igualdade é válida mesmo nos dias atuais, apesar de ter sido pensada no fim da primeira metade do século XX.

Entretanto, seu emprego aqui requer que sejam feitas duas críticas. Primeiro, a subdivisão da cidadania em elementos civis, políticos e sociais é insuficiente para compreender a complexidade dos dias atuais. Held (1999, p. 217) diz que “o conjunto de direitos compartilháveis com a cidadania nas sociedades modernas deve ser concebido de forma mais ampla que as elaborações de Marshall”, vez que fora desta categorização existe uma série de direitos adquiridos ou pleiteados que não se fazem enquadrados satisfatoriamente, como, por exemplo, os direitos reprodutivos, centro atual do movimento feminista:

Os direitos reprodutivos são a própria base da possibilidade de participação efetiva das mulheres, tanto na sociedade civil como na vida política. O direito à liberdade reprodutiva das mulheres implica converter o Estado, ou outras agências políticas relevantes, em órgãos responsáveis pelos serviços médicos e sociais necessários para prevenir, ou assistir a gravidez, mas também pela provisão das condições materiais que poderiam contribuir para fazer da opção de ter um filho, uma decisão genuinamente livre e, para tanto, assegurar uma condição crucial para que as mulheres cheguem a ser membros “livres e iguais” da sociedade. (HELD, 1999, p. 218).

A segunda crítica que se pode fazer a Marshall (1967) é que ele deixa invisíveis os atores sociais que tencionaram o Estado e instauraram os conflitos que conformaram a cidadania no sentido moderno como princípio de igualdade⁵, apesar de ele próprio admitir que o desenvolvimento da cidadania “é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos” (MARSHALL, 1967, p. 84). A única exceção é o sindicalismo, que se pode atribuir ao movimento operário. “O sindicalismo criou uma espécie de cidadania industrial secundária que, naturalmente, se imbuíu do espírito adequado a uma instituição da cidadania.” (MARSHALL, 1967, p. 103). Disto resultaram grandes greves que exigiam direitos sociais, o que forçou o Estado a intervir. “O Governo não pôde mais manter-se afastado dos conflitos industriais como se o nível de salários e o padrão de vida dos trabalhadores fossem questões com as quais não precisasse ocupar-se.” (MARSHALL, 1967, p. 104). Esta intervenção do movimento operário é importante porque significou a queda de um ideal dominante à época, o do livre mercado, ideal este que no século XVII desligou os direitos sociais da cidadania.

⁵ Está é, inclusive, uma crítica que Giddens faz à Marshall. Para Giddens, Marshall entendeu o desenrolar dos direitos como um processo apoiado e fomentado pela “mão benéfica do Estado”, subestimando o fato de que “os direitos dos cidadãos foram, em grande parte, conquistados por meio de luta” (HELD, 1999, p. 207). Held (1999) sai à defesa de Marshall, argumentando que ele concebeu o direito como objeto de luta (Cf. MARSHALL, 1967, p. 84). Entretanto, o próprio Held (1999, p. 207-208) diz que, em estudos posteriores ao clássico “Cidadania e classe social”, Marshall foi mais explícito a respeito do papel formativo do conflito político e social. A rigor, Marshall não foi totalmente omissivo, mas muito pouco inseriu em sua análise a atuação dos agentes sociais, com exceção do movimento operário.

Em sua análise sobre o desenvolvimento da cidadania brasileira a partir da divisão estabelecida por Marshall (1967), Carvalho (2001), ao contrário do autor sobre o qual se inspira, identifica a atuação de diversos agentes sociais e políticos que deram corpo à cidadania brasileira, inclusive nota a atuação de alguns movimentos sociais. Sua discussão abrange desde a Independência da República, em 1822, até alguns anos seguintes à redemocratização do país, em 1985. Ele observa que a cidadania é um constructo histórico, tanto o é que o caminho trilhado pelo Brasil é o oposto daquele que percorreu a Grã-Bretanha, descrito por Marshall (1967):

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo. (CARVALHO, 2001, p. 220-221).

A quantidade de movimentos sociais que Carvalho (2001) identifica é numerosa, entretanto apenas alguns deles serão aqui tratados, uma vez que não é objetivo desta dissertação resenhar sua obra, mas tão somente validar um papel que se atribui a estes agentes sociais e políticos no contexto da cidadania. Em 1881, quando da restrição ao voto direto, Carvalho (2001) conta que não houve movimentos populares exigindo maior participação popular, à exceção do movimento pelo voto feminino, que foi incorporado ao elemento político da cidadania após a revolução constitucionalista de 1933. Mas esta conquista foi provisória, pois a implantação do Estado Novo de Vargas, em 1937, suprimiu quase totalmente os direitos políticos e civis.

Por volta de 1920, com a industrialização das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, Carvalho (2001) fala de uma cidadania operária, protagonizada pelo movimento operário, que significou um avanço inegável no que se refere, sobretudo, aos direitos civis:

O movimento lutava por direitos básicos, como o de organizar-se, de manifestar-se, de escolher o trabalho e de fazer greve. Os operários lutaram também por uma legislação trabalhista que regulasse o horário de trabalho, o descanso semanal, as férias, e por direitos sociais como o seguro de acidentes de trabalho e aposentadoria. (CARVALHO, 2001, p. 60).

Como desdobramento da ação desta cidadania operária se pode elencar o reconhecimento dos sindicatos urbanos (1907) e rurais (1903); a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensão (1926); e a legislação sobre as relações de trabalho, inaugurada com a primeira reforma à Constituição, em 1926. Segundo o autor havia algum tempo os operário

cobravam medidas que regulassem a relação empregado-empregador. Apesar destes avanços, Carvalho (2001) tem críticas em relação à ação do movimento operário, porque os direitos civis conquistados não foram postos a serviço dos políticos. “Predominaram, de um lado, a total rejeição do Estado proposta pelos anarquistas; de outro, a estreita cooperação defendida pelos ‘amarelos’. Em nenhum dos casos se forjava a cidadania política.” (CARVALHO, 2001, p. 61). Tanto que as reivindicações do operariado foram absorvidas e utilizadas por Getúlio Vargas como política de governo para perpetuar-se no poder. A este respeito, conta Carvalho (2001) que:

Desde o primeiro momento, a liderança que chegou ao poder [Vargas] em 1930 dedicou grande atenção ao problema trabalhista e social. Vasta legislação foi promulgada, culminando na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. A CLT, introduzida pelo Estado Novo, teve longa duração: resistiu à democratização de 1945 e ainda permanece até hoje em vigor com poucas modificações (CARVALHO, 2001, p. 110).

Isto ocorreu, sobretudo, em função da criação de um Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, mas cuja atuação dava-se, predominantemente, no âmbito do trabalho, sob três direções: trabalhista, previdenciária e sindical. No que toca ao trabalho, se pode observar os seguintes avanços: em 1932, a jornada de trabalho é definida em oito (8) horas diárias; o trabalho feminino é regulado e equiparado ao masculino; o trabalho de menores é regulado; é criada a carteira de trabalho, documento de identidade do trabalhador; entre 1933 e 1934, é regulado o direito a férias remuneradas; em 1940, é adotado o salário mínimo; em 1941, é criada a Justiça do Trabalho; e, por fim, em 1943, as leis trabalhistas são reunidas na CLT. Na área da previdência, são criados os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), com efeito, “[...] em menos de cinco anos a previdência social foi estendida a quase todos os trabalhadores urbanos. Foi rapidamente atendida uma velha reivindicação dos trabalhadores.” (CARVALHO, 2001, p. 114). Os sindicatos foram a base de sustentação sobre a qual se manteve o governo Vargas, “contemplando-os” com vasta legislação, embora os tenha colocado a seu serviço, quando os tornou órgãos consultivos e técnicos, perdendo assim aquela natureza de legítimos representantes de uma classe social. Em resumo, neste período de supressão de direitos civis e políticos “foi implantado o grosso da legislação trabalhista e previdenciária. O que veio depois foi aperfeiçoamento, racionalização e extensão da legislação a número maior de trabalhadores.” (CARVALHO, 2001, p. 124).

O sindicalismo operário recrudescer com a tomada do poder pelos militares, justamente porque foi a base do governo de Vargas e de outros subsequentes. A atuação destes e de outros movimentos foi criminalizada e perseguida durante os dez primeiros anos

do regime militar. Entretanto, em 1947, ocorre a retomada e a renovação dos movimentos sociais de oposição ao governo militar, entre eles está novamente o movimento sindical. É importante que se diga que estes “novos” movimentos sociais possuem feições diferentes daqueles que sustentaram o Estado Novo. Primeiro, era organizado de baixo para cima, estando a liderança nas mãos dos operários das linhas de produção; e segundo, eram independentes da estrutura governamental. Cria deste novo sindicalismo é o Partido dos Trabalhadores (PT), cujo líder Luiz Inácio Lula da Silva elegeu-se presidente por duas vezes.

Outros dois movimentos merecem consideração: as Ligas Camponesas – um dos movimentos precursores do Movimento dos Sem Terra (MST) – e os Movimentos Urbanos. As Ligas Camponesas tiveram início na região nordeste do país em 1955, e envolveram trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários. Com o apoio de Cuba, o movimento radicalizou, nos anos de 1961, estando dispostos e preparados, inclusive, para o confronto armado. Diante da grande ameaça, o governo promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendia ao campo a legislação social e sindical. Entretanto, a organização sindical acabou reduzindo a atuação das Ligas, uma vez que conferia ao trabalhador rural a vantagem de contar com o apoio do governo. Apesar disso, este avanço social pouco alterou o *status* do trabalhador rural, que permanecia excluído das legislações trabalhista e previdenciária. Mas a ação destas Ligas foi importante, porque significou o influxo na política, via direito de organização, de trabalhadores que estavam, até pouco tempo atrás, situados à margem da sociedade organização; ou melhor, da cidadania. Além disto, eles foram os predecessores da grande novidade da redemocratização: o Movimento dos Sem Terra (MST). A respeito dele, Carvalho (2001) anota que:

De alcance nacional, o MST representa a incorporação à vida política de parcela importante da população, tradicionalmente excluída pela força do latifúndio. Milhares de trabalhadores rurais se organizaram e pressionaram o governo em busca de terra para cultivar e financiamento de safras. Seus métodos, a invasão de terras públicas ou não cultivadas, tangenciam a ilegalidade, mas, tendo em vista a opressão secular de que foram vítimas e a extrema lentidão dos governos em resolver o problema agrário, podem ser considerados legítimos. O MST é o melhor exemplo de um grupo que, utilizando-se do direito de organização, força sua entrada na arena política, contribuindo assim para a democratização do sistema. (CARVALHO, 2001, p. 202-203).

Os movimentos urbanos datam da segunda metade da década de 1970, e se caracterizam por estarem voltados aos problemas da vida cotidiana. Isto porque a rápida expansão urbana causou grandes danos às condições de vida, danos estes que as administrações públicas não conseguiram reparar em tempo hábil. Esta incapacidade de

resolver tais problemas motivou reivindicações que tocavam em pontos elementares, tais como o asfaltamento de ruas, redes de água e esgoto, energia elétrica, transporte público, segurança e saúde. Um exemplo destes movimentos urbanos é o movimento dos favelados, que reclamava a legalização da posse de seus lotes. Carvalho (2001) diz que eles foram também importantes porque, embora sem conotação política, representaram o despertar da consciência de direitos, bem como serviu de treinamento para futuras lideranças.

A rigor, os movimentos sociais de que se falou aqui não representam a totalidade. São, na verdade, apenas alguns daqueles que se envolveram no desenvolvimento da cidadania brasileira. A análise de Carvalho (2001), inclusive, traz vários outros. Todavia, para uma visão mais completa, recomenda-se a leitura de Gohn (2003). Portanto, se se viu, não há um princípio que determine, *a priori*, os direitos e deveres inscritos no *status* de cidadania, e que, por isso, as sociedades que a adotam idealizam uma imagem de cidadania ideal, em direção a qual orientam seus esforços, então, os movimentos sociais, enquanto agentes sociais e políticos e amparados pelo direito civil de organização, são porta-vozes de certos aspectos desta cidadania ideal, e buscam efetivá-la através do conflito social, da luta. Ora, são estes conflitos, estas lutas que dinamizam o *status* de cidadania, como adverte Marshal (1967), porque tencionam o Estado no sentido de discutir e inserir novos direitos. Dito de outra forma, tratam-se de movimentos políticos, não institucionalizados, que atuam na tangente do aparato político institucionalizado de diversas formas, tencionando-o e propondo alterações no sentido de que esta cidadania desejada se materializar, isto é, seja positivada. É assim que esta dissertação concebe os movimentos sociais no contexto da cidadania.

É por assim também entender que Siqueira (2013a, 2013b) propõe uma perspectiva teórico-metodológica da história do direito pelos movimentos sociais, que, ao mesmo tempo em que critica, complementa a historiografia legalista/dogmática do direito, cuja evolução do direito atribui apenas aos aparatos institucionalizados. Trata-se de:

[...] uma tentativa de trazer novos focos, novos elementos para o debate da história do direito [...] Busca-se, conhecendo os movimentos sociais, verificar como são possíveis novas experiências jurídicas em determinado período histórico e como a história do direito pode conter pluralidades, culturas jurídicas alternativas e projetos alternativos de convívio humano. Procura-se resgatar essas formas, pluralidades e projetos, muitas vezes esquecidos pela história do direito, reduzidos a marginalidades ou a objetos não pertencentes à história do direito. (SIQUEIRA, 2013a, p. 24).

Ora, tal perspectiva histórica – de efeitos teórico-metodológicos – segundo Siqueira (2013a, 2013b), significa romper com o paradigma estatal, que ignora as ações informais, à medida que as inclui às discussões. Isso permite que se fale de um pluralismo jurídico,

pressuposto a partir do qual se insere a participação dos movimentos sociais, bem como de outros agentes sociais. “A aceitação do pluralismo abre as portas para a percepção jurídica dos movimentos sociais como sujeitos de direito e possibilita entender suas ações como ações jurídicas” (SIQUEIRA, 2013b, p. 126).

Entretanto, para pensar a ação dos movimentos sociais como ação jurídica, é, segundo Siqueira (2013a), necessário reelaborar a noção de direito. Para ele, o direito é uma prática política específica, cuja produção é humana, local, histórica e aleatória. Para a história do direito pelos movimentos sociais, o direito é o que é sentido pelas pessoas (SIQUEIRA, 2013a, 2013b). No caso dos movimentos sociais, se pode falar de um sentido de direito que é compartilhado pelos membros, para o qual eles orientam suas ações. “Quando existe a percepção da existência de direito, a luta é para que esse direito seja reconhecido, universalizado, respeitado, ou, em algumas vezes, positivado.” (SIQUEIRA, 2013b, p. 128).

Portanto:

[...] é necessário perceber que o conceito de direito para a história do direito pelos movimentos sociais estará necessariamente ligada à questão de sentimento (de percepção) do que era jurídico. [...] O direito, para a história do direito pelos movimentos sociais é o que é sentido pelas pessoas como direito. (SIQUEIRA, 2013a, p. 32).

A perspectiva teórico-metodológica proposta por Siqueira (2013a, 2013b), de uma história do direito pelos movimentos sociais, à medida que instaura uma pluralidade jurídica e, nela, insere os movimentos sociais, reitera a ideia aqui defendida de estes agentes sociais, também políticos, porém não institucionalizados, tencionam o aparato político institucionalizado e reclamam por direitos, o que, por sua vez, aprofundam o *status* da cidadania. Desta maneira, os movimentos sociais são ações de cidadania (SIQUEIRA, 2013a), que amparados por ela, ou melhor, pelo direito a usufruir dos direitos que possui e por requerer novos, pode influir sobre ela, a partir de uma cidadania que eles mesmos idealizam e em direção dela dirigem suas ações.

1.2 – As principais correntes teóricas sobre os movimentos sociais

De um ponto de vista inicial e, ao mesmo tempo, superficial se pode dizer que um movimento social diz respeito a um conjunto de indivíduos que se reúnem por ocasião de um objetivo que lhes é comum, em direção ao qual dirigem esforços para alcançá-lo. Apesar de existir indícios de que ações desta natureza tenham ocorrido em períodos remotos, sua observação teórica é relativamente recente. É Karl Marx, no século XIX, quem primeiro

avança na observação de um movimento social, o movimento operário (BRINGEL, DOMINGUES, 2012). Embora não tenha produzido uma teoria precisa, Marx delineou o perfil de um movimento social concreto cujos membros eram os proletários (GOHN, 2009). E a este movimento, ele atribuiu um papel revolucionário: o de subjugar a burguesia e o capitalismo e, em seguida, implantar o socialismo e o comunismo, nesta ordem.

Marx influenciou parte significativa da produção teórica europeia subsequente sobre os movimentos sociais, e continua a fazê-lo mesmo nos dias atuais. É sinal do peso de sua reflexão a centralidade do movimento operário no âmbito da Sociologia, de tal forma que vários outros movimentos foram obscurecidos, pois apenas o operário era digno da atenção sociológica (ALEXANDER, 1998). Apesar desta centralidade, é possível encontrar teorizações alternativas à perspectiva marxista-revolucionária, mesmo entre as conceptualizações clássicas. Estas, ao contrário, em geral, conferiam ênfase às dimensões emocionais e irracionais do comportamento em grupo. Neste quadro se pode situar as reflexões de Le Bon e Ortega y Gasset. Ora, se na perspectiva marxista o movimento operário era o caminho racional-revolucionário que alçaria a sociedade a uma condição social e política superior, por outro lado a perspectiva alternativa em que aqui se inscreve autores Le Bon e Ortega Y Gasset via nos movimentos sociais a irracionalidade do comportamento coletivo, que, por isso, representa um perigo à sociedade (GORCZEVSKI, 2011, MALFATI, 2011).

Além deste paradigma europeu clássico, há também o norte-americano clássico, cujas reflexões são anteriores à própria disciplina de Sociologia, que se firma na década de 1960. Ao contrário da abordagem europeia, o paradigma americano reúne visões bastante heterogêneas⁶. Para Gohn (1997), o núcleo destas análises assenta-se na teoria de ação social implícita e na tentativa de compreender os comportamentos coletivos. No que diz respeito a esta heterogênea teórica, a autora diz, em síntese, que:

Os autores clássicos [norte-americanos] analisavam os movimentos em termos de ciclos evolutivos em que seu surgimento, crescimento e propagação ocorriam por intermédio de um processo de comunicação que abrangia contatos, rumores, reações circulares, difusão de idéias etc. As insatisfações que geravam as reivindicações eram vistas como respostas às rápidas mudanças sociais e à desorganização social subsequente. A adesão aos movimentos seriam respostas cegas e irracionais de indivíduos

⁶ Gohn (1997) divide o paradigma norte-americano em cinco grandes linhas. A primeira é a Escola de Chicago, em que se destaca Blumer; a segunda concentra teorias sobre a sociedade de massa, que reúne os estudos de Fromm, Hoffer e Kornhauser; a terceira realiza uma leitura sociopolítica, presente nos textos de Lipset e Heberle; a quarta retoma a Escola de Chicago, e associa-a a teoria da ação social de Parsons, cujos principais autores são Goffman, Turner e Killian, Smelser e Arbele; e a quinta é a organizacional-comportamentalista, de Gusfield e Selznick.

desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava. Nessas abordagens, dava-se, portanto grande importância à reação psicológica dos indivíduos diante das mudanças, reação considerada como comportamento [...] irracional. (GOHN, 1997, 24).

Gohn (1997) explica que o paradigma norte-americano enxergava a ação dos movimentos sociais como uma resposta irracional às mudanças sociais que ocorriam no bojo da sociedade industrial. Esta irracionalidade era perniciosa à ordem social, porque colocava em risco todo o aparato institucional. “Toda ação coletiva extra-institucional, motivada por fortes crenças ideológicas, parecia ser antidemocrático” (GOHN, 1997, p. 25). Nesse sentido, o paradigma norte-americano se aproxima do pensamento dos europeus Le Bon e Ortega Y Gasset.

As discussões contemporâneas têm início nos anos 1960, momento em que as abordagens produzidas até então não conseguem dar conta das mobilizações juvenis, afro-americanas, feministas e pacifistas (GOHN, 1997, 2009; NUNES, 2014). Como explicar, à luz da irracionalidade de Le Bon, de Ortega Y Gasset ou do paradigma clássico norte-americano, a desenvoltura estratégica da população afro-americana que reivindicava por direitos políticos e sociais que lhes foram historicamente negados? Inócua também era a perspectiva marxista-revolucionária, à medida que não se tratavam de mobilizações operárias, e sequer tinham a pretensão de instituir uma nova sociedade. Para dar conta destes movimentos sociais, segundo Gohn (1997), três teorias foram elaboradas: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR); a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Se pode incluir aqui também a teoria dos movimentos sociais em rede, de Manuel Castells (2013), cujo surgimento é bastante recente.

A Teoria da Mobilização de Recursos tem como principais autores McCarthy e Zald (GOHN, 1997; ALONSO, 2009). Para ela, a ação dos movimentos sociais não é emotiva, sequer irracional, caótica ou ligada a interesses de classe; é, pois, ato de deliberação individual, resultado do cálculo racional entre benefício e custo. Portanto, os movimentos sociais encarados racionalmente (GOHN, 1997; ALONSO, 2009; GORCZEVSKI, 2011; NUNES, 2014), porém não revolucionário. Gohn (1997) sublinha que a TMR interpreta os movimentos sociais sob o prisma comportamental-organizacional. “Os movimentos sociais são abordados como grupos de interesses. Enquanto tais são vistos como organizações e analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição” (GOHN, 1997, p. 50). Assim sendo, interessa compreender a criação de normas, a divisão e hierarquização do trabalho e etc. (ALONSO, 2009). É importante ressaltar aqui que, diferente de todos os paradigmas anteriores, a TMR inova quando considera os movimentos sociais como atores legítimos do

jogo democrático, visão que se firmou cada vez mais desde então. “Não representariam um perigo para a democracia, ao contrário, era um sinal de sua vitalidade.” (GOHN, 1997, p. 55).

A Teoria do Processo Político (TPP), de Charles Tilly, fornece uma interpretação macro-histórica através de uma análise que dá relevo a aspectos políticos, principalmente, e culturais. Aqui, os movimentos sociais são examinados a partir de uma perspectiva racional, todavia o foco reside no ambiente político. Alonso (2009) assinala que o ambiente político é considerado no que Tilly chamou de Estruturas de Oportunidade Política (EOP). Para a TPP, quanto mais favorável for a EOP, mais os grupos conseguirão expor suas insatisfações publicamente; quanto menor for, mais dificuldades encontrarão. Neste raciocínio, é a EOP ou o ambiente político externo que favorece ou constringe a ação dos movimentos sociais. Em síntese, a TPP demonstra em que medida os sistemas político-institucionais podem influenciar as formas pelas quais os movimentos emergem e se desenvolvem (NUNES, 2014). A dimensão cultural desta teoria pode ser vislumbrada em dois sentidos. Primeiro, a formação do grupo não é dada *a priori*; pelo contrário, dá-se durante o processo, e engendra a constituição de redes interpessoais e também um sentimento de pertencimento. Segundo, os agentes elaboram um repertório, que diz respeito a “um conjunto limitado de rotinas que são apreendidas, compartilhadas e postas em ação” (ALONSO, 2009, p. 58). Portanto:

As oportunidades políticas, os símbolos e códigos construídos no processo de mobilização, são vistos como recursos, instrumentos, meios para certos fins, num ambiente onde se tem oportunidades e constrangimentos. Este ambiente tem a força de configuração de processo de litígios e contensões. Ou seja, a questão da lógica na racionalidade dos atores na ação social não foi abandonada, mas inserida num campo de disputas com variáveis mais amplas do que as da pura racionalidade econômica (GOHN, 1997, p. 78).

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais reúne os trabalhos do francês Alain Touraine, do italiano Alberto Melucci, do alemão Claus Offe e outros. É importante assinalar que as construções teóricas dos autores inseridos nesta perspectiva não constituem uma escola coesa (ALONSO, 2009), pelo contrário, há ambiguidades e, nalgumas vezes, mesmo contradições (GOHN, 1997). Por outro lado, há entre eles um ponto de encontro significativo: todos eles partem do princípio de que estes novos conflitos estão associados a uma nova dinâmica social, a uma nova sociedade, que alguns chamam de pós-industrial, de capitalismo tardio, complexa e etc.. Alonso (2009) afirma que apesar de os principais autores da TNMS possuírem concepções diferentes sobre a modernidade, eles concordam que houve uma mudança macroestrutural que teria alterado a natureza do capitalismo. Para uma nova sociedade, novos conflitos e, por extensão, novos movimentos sociais.

Dois aspectos são essenciais para a compreensão desta teoria. Primeiro, os movimentos sociais são analisados a partir da ação coletiva que suscitam e pela identidade coletiva que elaboram. Ação e identidade são produtos de um processo interativo, negociado e até conflitantes. O segundo ponto diz respeito à dimensão política, que é retrabalhada. Ela é desvinculada da lógica partidária-institucional e recolocada no âmbito do mundo da vida, nos termos habermasianos. A política, portanto, não está aqui limitada à prática partidária ou institucional, mas emaranhada nas relações microssociais e culturais.

Diante do exposto, cabe dizer a esta altura que cada uma e todas estas teorias sobre os movimentos sociais aqui dispostas foram/são importantes para construção e delimitação do objeto empírico e teórico. Entretanto, esta dissertação centrará atenção à Teoria dos Novos Movimentos Sociais, sobretudo nas reflexões de Alain Touraine e Alberto Melucci; e, também, na perspectiva dos movimentos sociais em rede, de Manuel Castells⁷. Por fim, é importante pontuar que os movimentos sociais em rede não foram aqui inseridos neste tomo, que trata das principais correntes teóricas, porque a reflexão de Castells não consta nos livros consultados, isto porque se trata de uma teoria recente que ainda se encontra em processo de maturação.

1.3 – Os movimentos sociais em Alain Touraine

Alain Touraine a exemplo de outros teóricos cujas análises se situam na perspectiva teórica dos novos movimentos sociais tem defendido há um bom tempo que a sociedade está diante de uma condição pós-industrial, que ele prefere chamar de sociedade programada, definida pela importância central das indústrias culturais (TOURAINÉ, 2009). Para ele, a sociedade programada é:

[...] aquela em que a produção e a difusão maciça dos bens culturais ocupam o lugar central que fora o dos bens materiais na sociedade industrial. O que foram a metalurgia, a indústria têxtil, a química, assim como as indústrias elétricas e eletrônicas na sociedade industrial, são a produção e a difusão dos conhecimentos, dos cuidados médicos e das informações (TOURAINÉ, 2009, p. 258-259).

Esta é uma sociedade que produz bens simbólicos, que, por sua vez, modificam valores, geram necessidade e criam representações (TOURAINÉ, 1984), porque, como nunca antes, faz circular as pessoas, os bens e as ideias. O termo sociedade programada é empregado por Touraine porque acredita que o poder de gestão social consiste em prever e modificar

⁷ Para delimitar os movimentos sociais em rede, Castells se apropria da teoria de Touraine e a insere no âmbito de sua sociedade em rede.

opiniões, atitudes e comportamentos, em modelar a personalidade e a cultura. Em outras palavras, em penetrar e intervir no mundo dos valores. “A nova importância das indústrias culturais substitui as formas tradicionais por novos mecanismos de governo dos homens.” (TOURAINÉ, 2009, p. 259). “[...] entramos num tipo de situação social [...] hiperindustrial, poderíamos dizer, no sentido em que as grandes organizações, para lá do domínio da produção, alargaram a sua influência a quase todos os aspectos da vida social” (TOURAINÉ, 1984, p. 47). Portanto, o governo dos homens dá-se, na sociedade programada, no âmbito da personalidade, da cultura, do eu. Esta sociedade suscita novos conflitos, por isso faz sentido falar de novos movimentos sociais.

Sobre os conflitos sociais, cabe aqui entender a essência teórica desta expressão nas reflexões touraineanas. Para o autor, um conflito social diz respeito ao enfrentamento que ocorre entre grupos opostos pela apropriação dos resultados do crescimento (TOURAINÉ, 2011, p. 105). No que toca a relação entre sociedade e conflitos sociais, Touraine (1984) observa que:

Nas sociedades agrárias, é evidentemente da terra que se trata; nas sociedades mercantis, é o cidadão, o habitante que entra em acção; na sociedade industrial, é o trabalhador. Na sociedade programada, é o actor social em qualquer dos seus papéis, quase se poderia dizer que é o homem como ser vivo. (TOURAINÉ, 1984, p. 161)

A partir disto, o autor conclui que em “[...] cada sociedade parece assim existir um papel social privilegiado ao qual correspondem os conflitos fundamentais.” (TOURAINÉ, 1984, p. 171). “Era nas relações de trabalho que tinham a sua origem os conflitos principais; agora é ao nível da economia globalizada, cujas consequências se fazem sentir sobre o emprego local e que suscitam uma oposição que liga a defesa local à crítica do global.” (TOURAINÉ, 2005, p. 80). “Os conflitos principais não se inscrevem mais no interior de um sistema de produção, mas opõem a uma economia globalizada a defesa dos direitos que devem ser diretamente humanos, e não somente sociais.” (TOURAINÉ, 2011, p. 44). Na sociedade programada, é no campo cultural que se formam os principais conflitos e reivindicações (TOURAINÉ, 2005), que, em geral, se colocam contra os modelos racionalizadores disseminados pelos mecanismos de controle dos homens. Portanto:

[...] as novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, menos ainda libertar as formas de progresso e de futuro, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida [...] e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais. (TOURAINÉ, 2009, p. 262).

Touraine (1984) elenca quatro propostas gerais que definem a natureza dos conflitos sociais na sociedade programada. Primeiro, eles são generalizados, isto porque surgem em âmbitos até então intocados, como a família, a educação, as relações sociais e etc., pondo em causa as orientações gerais da sociedade. Segundo, a oposição tende a ser feita por grupos cada vez mais globais. Sobre esta proposta, convém transcrever o seguinte trecho:

Não é já em nome do cidadão ou em nome do trabalhador que se podem travar grandes lutas reivindicativas, contra um aparelho de dominação que gere cada vez mais o conjunto da sociedade para orientar no sentido de um tipo de desenvolvimento; é em nome das colectividades, definidas mais pelo seu ser do que pela sua actividade. (TOURAINÉ, 1984, p. 172).

Terceiro, os conflitos sociais e os comportamentos de marginalidade ou de desvio tendem a sobrepor-se, isto porque “Quanto mais um aparelho geral de gestão tende a impor-se ao conjunto da sociedade, mais as forças de oposição aparecem como minorias.” (TOURAINÉ, 1984, p. 173). E, por fim, os conflitos estruturais separam-se dos conflitos ligados à mudança. Esta constatação permite a Touraine falar, na sociedade programada, de movimentos históricos e culturais⁸. Sobre esta última proposta, o autor escreve que:

Os conflitos em formação são cada vez mais dirigidos contra as «superestruturas» ou, para falar mais simplesmente, contra a ordem, dado que o novo poder tem uma capacidade até hoje desconhecida de assumir a aparência de uma ordem, de dominar o conjunto de uma organização social, das categorias da prática social, em vez de se fechar em fortalezas, palácios ou centros financeiros. (TOURAINÉ, 1984, p. 178).

A rigor, para Touraine (2009), há conflito porque no centro desta sociedade situam-se dois movimentos culturais adversários: de um lado, o movimento cultural de apoio à hegemonia da produção e do consumo, que legitima a globalização e faz circular, nos seus mecanismos de controle e dominação simbólicos, modelos racionalizados de identificação valorados pelos próprios mecanismos; e, do outro lado, o movimento oposto de subjetivação, em que se situam os diversos movimentos sociais. Cabe, a esta altura, tratar da relação entre subjetivação e movimentos sociais, por ocasião de sua importância no pensamento touraineano, isto porque, para ele, diante de uma dominação desta natureza só há ação libertadora se recorre ao eu sujeito, ao eu ator, ao eu subjetivo.

É por isso que, de minha parte, coloquei no centro da análise a ideia de que, nas situações dominadas pela globalização, o único princípio sobre o qual se possa construir uma organização social não é o indivíduo e suas necessidades, mas o *sujeito* e seus direitos; direito dos seres humanos serem reconhecidos como juizes de suas próprias escolhas, isto é, serem reconhecidos como sujeitos portadores de direitos. Somente o sujeito consciente de seus direitos pode opor-se à todo-poderosa globalização e ao

⁸ Os diferentes tipos de movimento social, segundo Touraine, serão discutidos adiante.

neoliberalismo, que submeteu a economia e os seres humanos ao mercado (TOURAINÉ, 2011, p. 88).

Para Touraine, os movimentos sociais são sujeitos/atores sociais que surgem da subjetivação. A subjetivação é a expressão dos dominados, quer se trate do proletariado, na sociedade industrial, ou das mulheres, dos negros, dos ecologistas e pacifistas, na sociedade programada, que ocorre quando os dominados encontram naquilo que os segrega a sua própria essência, sua identidade, que é sua, que é vivida, e que deve, portanto, ser respeitada e, se for caso, reivindicada como direito (TOURAINÉ, 2005). Segundo o autor, foi o movimento operário a primeira ação coletiva que transformou a subjetivação de uma orientação cultural em movimento operário (TOURAINÉ, 2009). Desta forma:

Trabalhadores, colonizados, mulheres, minorias de diversos tipos criaram então uma *subjetividade*. E tornou-se impossível contentar-se com deplorar a exploração de tantas categorias dominadas, como se elas só pudessem ser vítimas. [...] As vítimas deixam por momentos de ser vítimas, tomam consciência da sua situação, protestam, falam. (TOURAINÉ, 2005, p. 100-101)

A subjetivação, em Touraine, significa o despertar do sujeito das amarras dos mecanismos racionalizadores de controle e dominação simbólicos que operam através da criação de estereótipos valorados por tais mecanismos, que se colocam como modelos com os quais os indivíduos devem se identificar. Este despertar dá-se através de um retorno a si, aquele eu singular, a subjetividade negligenciada e, até, discriminada socialmente. O dominado deixa de estar sujeito à dominação, de ser vítima, e exige que sua especificidade seja respeitada, torando-se, portanto, ator/sujeito de mudança.

Sobre a subjetivação, a autor sublinha a partir dos movimentos das mulheres:

Quando eu digo, por exemplo, que as mulheres lutam para serem reconhecidas como sujeitos – e até se pensam a si mesmas como sujeitos mais do que os homens –, não quero dizer simplesmente que elas reivindicam a igualdade de direito, e em particular um salário igual ao dos homens, quando fazem o mesmo trabalho. Há muito que a estas reivindicações de igualdade se juntou a afirmação dos direitos específicos da mulher, concretizada pela fórmula militante: «Um filho se eu quiser, e quando eu quiser.» É ao mesmo tempo a consciência da dominação sofrida e a consciência de uma existência particular, logo de direitos particulares, que fazem da mulher um sujeito que dirige a sua acção principal para si mesma, para a afirmação da sua especificidade ao mesmo tempo que da sua humanidade. (TOURAINÉ, 2005, p. 114).

A subjetivação, o tornar-se sujeito é, portanto, em Touraine, a condição para o aparecimento e construção do sujeito coletivo, ou seja, dos movimentos sociais. “O sujeito constitui-se a partir da experiência de decomposição do eu social, mas também como invenção de um

projecto social.” (TOURAINÉ, KHOSROKHAVARI, 2001, p. 143). Sobre as condições em que ocorre esta subjetivação, Touraine (2005) sublinha que:

Para que essa consciência do sujeito se forme, é preciso que apareçam e se combinem três componentes. Primeiro uma relação consigo, o ser individual, como portador de direitos fundamentais. O que marca uma ruptura com a referência a princípios universalistas, ou mesmo a uma lei divina. O sujeito é o seu próprio fim. Em segundo lugar, o sujeito só se forma, hoje como ontem, se entrar conscientemente em conflito com as forças dominantes que lhe negam o direito e a possibilidade de agir como sujeito. Finalmente, cada um, enquanto sujeito, propõe uma certa concepção geral do indivíduo. (TOURAINÉ, 2005, p. 130).

Para Touraine, o sujeito forma-se a partir de uma vontade de escapar às forças, às regras, aos papéis sociais que lhes são impostos e lhes impede de ser ele mesmo, e que, portanto, o subsumi, torna-lhe objeto desta sociedade de pessoas programadas. Desta feita, a luta do sujeito, dos movimentos sociais, é contra este poder de gestão amparado pela racionalidade instrumental-científica que lhe priva o sentido de si mesmo. O sujeito “[...] se opõe ao que tentamos chamar primeiramente de papéis sociais, e que na realidade é a construção da vida social e pessoal pelos centros de poder” (TOURAINÉ, 2009, p. 247). Logo, o sujeito é aquele que modifica o meio ambiente material e social no qual está inserido (TOURAINÉ, 2009). O sujeito, e aqui se situam os movimentos sociais, é, em Touraine, ator social que resiste ao mundo impessoal construído pelos mecanismos de controle e gestão do homem.

Para Touraine, os movimentos sociais são sujeitos e, portanto, atores sociais que instauram conflitos, e através deles propõe mudanças sociais nos mais diversos âmbitos da vida social, inclusive no *status* da cidadania, conforme esta dissertação assinalou anteriormente. Todavia, os movimentos sociais, no pensamento touraineano, possuem certas características que os distinguem de outros sujeitos/atores sociais, características estas que se deve considerar, inclusive para efeito de identificação teórico-analítica de tais movimentos.

A reflexão touraineana emprega o termo movimento social para se referir àqueles atores sociais que através de suas ações procuram transformar as relações de dominação exercidas sobre os principais recursos culturais (TOURAINÉ, 1984). Desta forma, um movimento social é uma ação conflitual que se organiza e se desenvolve a partir de certas orientações culturais e as defende. “O movimento social é ação, ao mesmo tempo culturalmente orientada e socialmente conflitual, de uma classe social definida pela sua posição de dominação ou de dependência no modo de apropriação da historicidade” (TOURAINÉ, 1984, p. 104). Em outras palavras:

[...] um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados (TOURAINÉ, 2006, p. 19).

Ora, um movimento social é o sujeito, o ator, de um conflito social, cujo objetivo é o uso social dos recursos culturais e materiais de uma sociedade, que ele e seu adversário atribuem importância central (TOURAINÉ, 2005) e dele querem fazer uso. Em geral, o uso que estes adversários pretendem fazer é distinto, e disto emerge o conflito, que os coloca em lados opostos. “Um movimento social é o esforço de um ator coletivo para se apossar dos ‘valores’, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder.” (TOURAINÉ, 2009, p. 253). O importante do ponto de vista teórico-analítico, para Touraine é:

[...] é reservar a idéia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada. Entendo que uma relação de dominação só pode suscitar uma ação que mereça o nome de movimento social se atuar sobre o conjunto dos principais aspectos da vida social [...] só há movimento social se a ação coletiva – também ela com um impacto maior do que a defesa de interesses particulares em um setor específico da vida social – se opuser a tal dominação. (TOURAINÉ, 2006, 18-19).

Se se pode situar os movimentos predominantemente sociais na sociedade industrial, como o movimento operário, na sociedade programada, na perspectiva teórica dos novos movimentos sociais, deve-se falar, de um lado, de movimentos culturais⁹, e, de outro, de movimentos históricos. “Vemos desenvolverem-se, de uma parte, ações ou opiniões coletivas que contestam o modo capitalista de mudança histórica, da outra, movimentos já não sociais, mas *culturais*, que afirmam direitos culturais” (TOURAINÉ, KHOSROKHAVARI, 2001, p. 147).

Touraine chama de movimento histórico aquelas ações coletivas cujo ponto de conflito reside no modo de desenvolvimento, sendo assim movimentos verdadeiramente políticos. O socialismo, o liberalismo e a luta contra a dependência são movimentos históricos¹⁰. Contudo, na contemporaneidade, destacam-se os movimentos contrários à globalização (TOURAINÉ, KHOSROKHAVARI, 2001,). Sobre estes movimentos, o autor afirma que:

⁹ Para Touraine, os movimentos propriamente sociais dão prioridade às relações sociais e se situam na sociedade industrial, e, ao contrário, dos culturais, tendem a aceitar as orientações desta sociedade, enquanto os movimentos culturais tendem a questioná-las (TOURAINÉ, KHOSROKHAVARI, 2001).

¹⁰ Sendo o socialismo um dos movimentos históricos, então tais movimentos estão presentes na sociedade industrial. Com efeito, o movimento que traduz o novo no paradigma dos novos movimentos sociais é este que Touraine chama de cultural.

O movimento histórico mais visível neste início do século XXI, o movimento anti-globalização ou altermundialista, aparece como tendo relações distantes com os movimentos sociais [...] que, conduzidos pela modernização, transbordam o quadro do político para colocar em questão uma organização sistêmica (TOURAINÉ, 2006, p. 26-27)

Sobre os movimentos culturais, base da perspectiva teórica novos movimentos sociais, Touraine (2006) sustenta que é preferível esta designação porque ela indica o deslocamento dos conflitos para a ordem simbólica, bem como sua extensão a âmbitos da vida antes intocados. Isto porque “[...] não são transformações sociais ou forças sociais organizadas que estão em cena, mas exigências morais. Ou, como se diz com muito gosto hoje, éticas.” (TOURAINÉ, 2006, p. 24). “Os *movimentos culturais* [...] põem a tónica sobre as orientações culturais de uma sociedade, mostrando os sentidos opostos que os membros de um mesmo campo cultural lhe dão em função da sua relação com o poder.” (TOURAINÉ, KHOSROKHAVARI, 2001, p. 165). Se assim, então:

Os novos movimentos sociais [os movimentos culturais], esses não têm como princípio a transformação das situações e das relações económicas; defendem a liberdade e a responsabilidade de cada indivíduo, só ou colectivamente, contra a lógica impessoal do lucro e a da concorrência. E também contra uma ordem estabelecida que decide sobre o que é normal ou anormal (TOURAINÉ, 2005, p. 179).

A rigor, estes movimentos culturais ensejam conflitos no que diz respeito aos valores da cultura e da sociedade. Neste sentido, opõem-se às grandes organizações que possuem a capacidade de produzir, difundir e impor linguagens e representações sobre a natureza, a ordem social (TOURAINÉ, 1984), suscitando problemas até então excluídos da vida pública. “Tomam posição sobre a saúde e a sexualidade, a informação e a comunicação, a relação com a vida e com a morte.” (TOURAINÉ, 1984, p. 213). E o fazem através da defesa do indivíduo, das relações interpessoais, dos pequenos grupos, das minorias (TOURAINÉ, 1984).

No âmbito da cidadania, cabe dizer ainda que estes movimentos culturais, segundo Touraine, têm exigido o reconhecimento de um novo tipo de direito, que ele chama de direito cultural. A característica deste direito é que ele contempla especificidades, ao contrário do direito tradicional que se constitui enquanto tal por ocasião de sua universalidade. Sobre este direito cultural, o autor explica que:

O mais importante é compreender que não se pode considerar os direitos culturais como uma extensão dos direitos políticos, na medida em que estes últimos devem ser atribuídos a todos os cidadãos, enquanto os direitos culturais protegem, por definição, populações particulares. É o caso dos muçulmanos, que exigem o direito de fazer o ramadão; é o caso dos *gays* e *lésbicas*, que reclamam o direito de se casarem. Trata-se neste caso não já do

direito de ser como os outros, mas de ser outro. Os direitos culturais não incidem unicamente sobre a proteção de uma herança ou a diversidade das práticas sociais; eles obrigam a reconhecer [...] que cada um, individual e colectivamente, pode construir condições de vida e transformar a vida social em função da sua maneira de combinar os princípios gerais da modernização e das «identidades» particulares. (TOURAINÉ, 2005, p. 170).

1.4 – Os movimentos sociais em Alberto Melucci

Assim como Alain Touraine, Alberto Melucci parte da premissa de que a sociedade está diante de mudanças. Todavia, para Melucci (1996, 2001), os diversos adjetivos que se têm utilizado para designar esta sociedade que se vislumbra revelam, na verdade, que pouco se sabe a seu respeito. Eis porque ele admite a existência de uma indecisão teórica, de tal sorte que não se sabe ao certo de que sociedade está-se falando. “Sabemos, empiricamente, mas nossas teorias não nos fornecem instrumentos adequados que nos capacite a formular uma interpretação mais abrangente.” (MELUCCI, 1996, p. 199). Dito de outra forma, o autor quer fazer entender que:

Sociedades de capitalismo maduro, pós-industriais, pós-materiais, complexas: nenhuma destas definições parece adequada para captar a substância das transformações em curso e para expressar em que aspectos está mudando o sistema social no qual vivemos. As necessidades dessas adjetivações é um sinal de que não sabemos, senão em termos alusivos, do que estamos falando. (MELUCCI, 2001, p. 70).

No quadro desta indecisão teórica deve-se situar, inclusive, a expressão que Melucci utiliza para designar esta sociedade: a sociedade complexa. Em face desta indecisão teórica, tal termo é vazio de certezas teóricas. Todavia, para dar conta dos “objetos” de análise, ele vê-se obrigado a fazer referência a esta sociedade. A saída que Melucci encontra é delimitar uma sociedade hipotética, que, mais tarde, deverá ser ou não ratificada pela análise destes objetos específicos, tais como os movimentos sociais. O pensamento melucciano possui um movimento de ida e volta, à medida que desenha uma sociedade hipotética para pensar os objetos específicos que lhe interessa e, feito isto, volta e reflete sobre esta sociedade. “Assim, me movo em círculos, em um processo que não se limita ao jogo de palavras mas implica uma atitude metodológica” (MELUCCI, 1996, p. 201).

Melucci (1996) identifica quatro características empíricas que diferenciam esta sociedade das anteriores, e que permitem à teoria insinuar que se está diante de uma sociedade diferente. O primeiro aspecto trata da informação como principal recurso, cuja consequência é a acentuação do lado reflexivo, artificial e construído da vida social. Com efeito, o autor

observa que a maior parte da experiência humana é uma experiência em “enésimo” grau, construída pela informação transmitida através de interações midiáticas. Ele exemplifica:

Tome-se um dia qualquer, e calcule-se, em termos do tempo gasto, a proporção de eventos sobre os quais o indivíduo tem uma experiência direta e pessoal, em comparação com aquelas experiências mediadas pela informação, lidas ou recebidas pela televisão, frequentemente ampliadas ou selecionadas pelo círculo social no qual esse indivíduo transita: a proporção do que é ‘construído’ e ‘mediado’ tende a se expandir enormemente em comparação com aquelas realidades que são experimentadas diretamente. A maioria de nossas atividades cotidianas já está afetada por essas transformações na esfera da informação, dependem crescentemente delas e alimentam a espiral que torna a ação social cada vez mais reflexiva (MELUCCI, 1996, 201-202).

Todavia, a informação só será um recurso se se houver, da parte do indivíduo, a capacidade de percebê-la, processá-la e elaborá-la. Esta é já a segunda característica da sociedade complexa melucciana. Trata-se, desta maneira, de um recurso cuja utilidade depende da capacidade humana de conseguir utilizá-lo. Todavia, para que a informação torne-se recurso exige-se uma base material, e aqui reside o terceiro aspecto desta sociedade em Melucci. “Sistemas que dependem crescentemente de informação são portanto assentados em uma base material de algum modo sólida e na habilidade de construir sistemas simbólicos autônomos, capazes de existir por si só.” (MELUCCI, 1996, p. 202-203). É por ser a informação um recurso central e por sua natureza simbólica e imaterial, apesar de exigir uma base material, que se pode insinuar a ideia de uma sociedade pós-material.

O último aspecto desta sociedade complexa melucciana diz respeito à planetarização. Este fenômeno tem sido observado também à luz da expressão globalização. “Preferi usar aqui ‘planetarização’ para chamar atenção para o fato de que o sistema alcançou seus limites, a fronteira além da qual não há nem espaço nem tempo: o planeta.” (MELUCCI, 1996, p. 202). Todas as partes estão interligadas e também interdependentes, isto porque não há espaço que não seja sistêmico. “O que experimentamos [...] é um deslocamento e uma planetarização do espaço, de um lado, e uma ‘presentificação’ do tempo, de outro, o que muda radicalmente as categorias em que se baseia a construção da experiência humana.” (MELUCCI, 1996, p. 202).

Se a informação é o principal recurso, terá poder quem controlar sua produção, acumulação e circulação. “[...] o poder se situa nas linguagens e nos códigos que organizam o fluxo de informações.” (MELUCCI, 2001, p. 27). Os detentores do poder, da informação, dos princípios organizadores (MELUCCI, 1996) produzem sentidos e dispõe orientações para a ação individual, com o objetivo de obter identificação, modelar identidades. “Um controle

crecente se exercita sobre a vida cotidiana dos indivíduos por parte dos aparatos de regulação que exigem identificação e consenso.” (MELUCCI, 2001, p. 28). A partir disto, Melucci (2001) conclui que as sociedades contemporâneas ocupam-se produzir aquilo que Habermas chamou de natureza interna, o que significa, em termos de ação, a possibilidade de controlar a capacidade de ação e a produção de sentido. Para o autor, este poder está sob a posse dos aparatos racionais-instrumentais que promovem a gestão do equilíbrio e controle das tensões (MELUCCI, 2001).

Todavia, o controle que se tem sobre este recurso é bastante frágil, por dois motivos: primeiro porque a informação se distribui por diversos canais e, segundo, quando compartilhada, aquele que possuía o controle o perde, vez que tal recurso permite a reconstrução e recriação, no âmbito da recepção, de novos códigos. “Enquanto em um certo sentido o controle desse recurso é muito fácil [...] em outro, ele é constantemente frouxo e escapa ao controle, e ter o controle e um ponto não é garantia de que se o tenha para sempre.” (MELUCCI, 1996, p. 204).

Portanto, em Melucci, mesmo o recurso que serve à dominação serve também à sua contestação, a qual ele chama de individuação, que se assemelha à subjetivação de Touraine. Sobre a individuação, Melucci (1996) escreve que:

A possibilidade de se perceber como indivíduo tornou-se potencialmente disponível para a sociedade como um todo: a produção e consumo de massa e a generalização dos sistemas de informação, assim como a extensão dos direitos sociais, provém os indivíduos com recursos que lhes permite perceber a si mesmos como seres sociais distintos. [...] e construir uma identidade autônoma. (MELUCCI, 1996, p. 212).

A individuação ocorre quando o indivíduo percebe a si mesmo como ator autônomo. É porque, nesta sociedade, esta possibilidade está aberta a todos, potencialmente, que surgem novos conflitos. Conflito, em Melucci (1989), significa a relação entre atores opostos, que lutam pelos mesmos recursos aos quais ambos dão valor. A essência teórica dos conflitos não muda de uma sociedade para outra, o que muda é o recurso que se confere valor, ou seja, pelo qual se luta. “Na sociedade contemporânea, os conflitos dizem respeito a esse nível individual profundo no qual o significado se forma e em direção ao qual novas formas de dominação se dirigem.” (MELUCCI, 1996, p. 213). Deste modo, os conflitos deixam de estar situados nos espaços econômico-industriais, como o foi na sociedade industrial, e passam a permear âmbitos, sobretudo, culturais. Portanto, os embates ocupam-se da identidade pessoal, do tempo e do espaço da vida cotidiana, enfim dos padrões culturais da ação individual. Por este motivo, Melucci (1989) diz que se está à frente de novos conflitos sociais, isto porque:

Os conflitos se movem, então, rumo à apropriação do sentido contra os aparatos distantes e impessoais que fazem da racionalidade instrumental a sua “razão” e sobre esta base impõe identificação. As questões antagonistas não se limitam a atingir o processo produtivo em sentido estrito, mas consideram o tempo, o espaço, as relações, o si mesmo dos indivíduos. Surgem questões relacionadas com o nascimento, com a morte, com a saúde, com a doença, que colocam, em primeiro plano, a relação com a natureza, a identidade sexual e afetiva, do agir individual. (MELUCCI, 2001, p. 81).

Dito tudo isto, se se pode, a partir de agora, situar os movimentos sociais em Melucci, que é o que aqui interessa. Para Melucci (1996):

Há lógicas de dominação atuando em nossas sociedades, e há esforços inumeráveis, por parte dos atores eles mesmos, de construir um sentido usando os recursos à sua disposição. Os movimentos sociais surgem exatamente no ponto de junção entre as várias construções de significado e a lógica de dominação, em que o esforço autônomo de construção feito por indivíduos e grupos é efetivamente barrado ou contido por políticas que intervêm nos processos cotidianos. (MELUCCI, 1996, p. 217).

Ora, é da crítica à lógica de dominação, por ocasião deste esforço individual e coletivo de se tornar ator, isto é, da individuação, que surgem os movimentos sociais¹¹. Segundo Melucci (1989), um movimento social é um personagem que atua na cena histórica, e que possui um sistema de ação que liga orientações e significados plurais. Do ponto de vista analítico-teórico, Melucci (2001) sugere uma série de princípios que o ajuda a dar conteúdo e contorno aos movimentos sociais. O primeiro deles diz que o movimento social, que por muito tempo foi associado à patologia social, é a expressão de um conflito, não a resposta a uma crise. O segundo prega que os movimentos sociais são uma ação coletiva cuja orientação comporta uma solidariedade específica (que Melucci chama de identidade coletiva, aspecto importante em sua perspectiva teórica, que se verá adiante), que luta contra um adversário para a apropriação e controle de recursos valorizados por ambos, que se manifesta através da ruptura dos limites do sistema em que se situa. Estas características diferenciam a ação social que se pode chamar de movimentos sociais e todas as outras.

O terceiro princípio de Melucci (2001) diz que o campo analítico de ação de um movimento social depende do sistema de relações no qual tal ação coletiva se situa e à qual se refere, isto é necessário pois a definição melucciana considera tais sistemas e sua ruptura. Ora, para falar de ruptura, é imprescindível considerar tal sistema. Além disto, a partir deste sistema de relação, se pode diferenciar, conceitualmente, tipos diferentes de movimentos sociais. Melucci (2001) identifica três deles: movimentos reivindicativos, movimentos políticos e movimentos antagonistas.

¹¹ Um movimento social, em Melucci (2001), é um objeto construído pela análise, uma categoria.

O movimento reivindicativo reivindica uma diversa distribuição dos recursos no interior de uma organização, defende, desta forma, por um funcionamento mais eficiente do aparato (MELUCCI, 2001). O movimento político, por sua vez, situa-se no sistema político, e luta pela ampliação nas decisões e se bate contra o desequilíbrio do jogo político. “Tende a melhorar a posição do ator nos processos decisórios ou a garantir-lhe acesso e quer abrir novos canais para a expressão de questões exclusas” (MELUCCI, 2001, p. 41). Por fim, o movimento antagonista é portador de um conflito que atinge a produção de recursos de uma sociedade. “Luta não só contra o modo pelo qual os recursos são produzidos, mas coloca em questão os objetivos da produção social e a direção do desenvolvimento.” (MELUCCI, 2001, p. 42).

O quarto princípio adverte que todo movimento social concreto contém sempre uma pluralidade de significados analíticos. Ora, um movimento social é sempre uma realidade histórica e complexa. “A sua ação envolve, portanto, uma gama de problemas, de atores, de objetivos.” (MELUCCI, 2001, p. 44). O último princípio da análise melucciana afirma que cada movimento é um sistema de ação, cuja orientação finalizada é um constructo que se dá nas relações sociais levadas à cabo no interior de um campo de oportunidades e vínculos. “A ação coletiva é um sistema de ação multipolar que combina orientações diversas, envolvendo atores múltiplos” (MELUCCI, 2001, p. 46).

É porque assim observa os movimentos sociais, que Melucci confere tanta atenção à noção de identidade coletiva, termo que intenta capturar esta solidariedade que agrega os indivíduos que participam dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, orienta o agir coletivo. Desta forma, para o autor:

Os movimentos não são personagens que se movem com a unidade de fins que lhes é atribuída pelos ideólogos. São sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores. (MELUCCI, 2001, p. 23).

A identidade coletiva além de se constituir como o nós é, ao mesmo tempo, um sistema de ação, cuja construção dá-se através de um processo interativo e compartilhado. Assim sendo:

A identidade coletiva é, portanto, uma definição construída e negociada pela ativação das relações sociais entre atores. Implica na presença de quadros cognitivos, de densas interações e também das dimensões afetivas e emocionais. Aquilo que une os indivíduos em um “nós” nunca é inteiramente traduzível na lógica do cálculo meios-fins ou na forma da racionalidade política, mas comporta sempre margens de não negociabilidade das “razões” e dos modos de viver em conjunto. (MELUCCI, 2001, p. 158).

A rigor, os movimentos sociais são sistemas de ação que operam no interior de um campo sistêmico de possibilidades e limites. A unidade no que toca a seus fins que lhes atribuem os teóricos é um equívoco, segundo Melucci. A diversidade, a complexidade e heterogeneidade destes atores coletivos estão resguardadas, no pensamento melucciano, no interior da noção de identidade coletiva. Esta se dá através de um processo interativo e negociado, em que indivíduos constroem, e que reúne um nós, um sistema de ação, de práticas. É, enfim, o ser em si do movimento, que é um ser específico.

É importante tratar aqui da forma destes movimentos típicos da sociedade complexa. Conforme Melucci (2001), na sociedade contemporânea os movimentos tornam-se redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade, diferentemente dos movimentos da sociedade industrial e sua organização semelhante aos partidos políticos. Observa-se uma estrutura segmentada, reticular e policéfala. Sobre esta forma organizativa, o autor escreve:

[...] a agregação é pontual, isto é, surge em torno de um objetivo determinado; a agregação é do presente e não persegue objetivos de longo prazo e inalcançáveis; a agregação não é possível se não existe uma certa coincidência entre objetivos coletivos e necessidades afetivas, comunicativas e de solidariedade dos membros; enfim, a agregação deve garantir espaços de controle imediato, verificáveis na experiência dos membros. (MELUCCI, 2001, p. 89).

Cabe, por fim, pensar os efeitos da ação dos movimentos sociais. Para Melucci (2001), a ação destes atores desafia o poder, inverte a lógica e constrói alternativas de sentido. A ação dos movimentos sociais torna visíveis os dilemas da sociedade complexa e impedem que o sistema se feche em si mesmo, porque produz a inovação e o intercâmbio das elites, e, por outro lado, traz à tona questões antes excluídas. Portanto:

A presença dos movimentos sociais preenche de conteúdo a área das garantias, defendendo-as da destruição do poder, restabelecendo, continuamente, suas fronteiras, impulsionando a participação além dos limites prefixados do sistema político, pressionando-o para a mudança. (MELUCCI, 2001, p. 132).

Ainda sobre os efeitos da ação dos movimentos sociais, Melucci (1994) ressalta que há efeitos diretos e indiretos. Por efeitos diretos, ele entende aqueles que se dão no âmbito dos sistemas políticos. “No que diz tanto às instituições políticas quanto aos atores sociais tradicionais, partidos políticos, sindicatos, grupos de pressão, todos eles são afetados pelos movimentos sociais.” (MELUCCI, 1994, p. 156). No âmbito do sistema político, a ação dos movimentos sociais pode tomar três direções: pode ampliar os limites da própria política;

pode provocar mudanças nas regras e procedimentos políticos; ou pode causar uma transformação no interior do sistema político. No que se refere aos efeitos indiretos, o autor diz que eles são difusos, porém podem ser percebidos em dois níveis diferentes: 1) novos modelos de organização são criados e incorporados por empresas, serviços públicos, escolas e etc.. “Novos modelos de organização são gerados e, por motivos óbvios, os movimentos sociais produzem novas elites políticas para estas instituições” (MELUCI, 1994, p. 156); e 2) há uma transformação na cultura e na moral, à medida que hábitos e linguagens são mudados. Sobre esta influência, o autor pontua:

Por exemplo, hoje falamos uma linguagem que incorpora preocupações ecológicas, preocupações com a igualdade de gênero e estes são resultados institucionalizados da ação dos movimentos sociais. Hoje nós adotamos diferentes atitudes na relação homem-mulher assim como na relação frente à natureza, e uma vez institucionalizadas, elas se tornam parte do discurso dos grupos dominantes. (MELUCCI, 1984).

1.5 – Os movimentos sociais em rede de Manuel Castells

Antes de tudo, é importante aqui realizar algumas considerações. A perspectiva teórica de Manuel Castells que aqui será discutida não se encontra inserida na perspectiva dos novos movimentos sociais. Na verdade, é ainda muito cedo tanto para inseri-la em qualquer dos paradigmas existentes, quanto para dizer que se trata de um novo paradigma. Isto porque sua análise é bastante recente, isto porque a obra que a elabora data de 2013. Apesar disto, acredita-se aqui que sua reflexão ser de grande ajuda para os propósitos do presente trabalho, vez que lança luz sobre estes movimentos sociais que se dão e se desenvolvem, preponderantemente, na internet, nas mídias sociais. Cabe dizer, por outro lado – e, neste sentido, Castells se aproxima da teoria dos novos movimentos sociais – que sua análise parte de Touraine e com ela dialoga no contexto de uma sociedade em rede.

Sobre a reflexão de Castells, é oportuno deixar claro, desde já, que ela dá-se no âmbito desta sociedade em rede, que ele próprio conferiu muitos dos seus contornos. Castells (2005) define-a da seguinte maneira:

A sociedade em rede [...] é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em rede digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. [...] É um sistema de nós interligados. E os nós são, em linguagem formal, os pontos onde a curva se intersecta a si própria. (CASTELLS, 2005, p. 20).

A sociedade em rede, em Castells, não é uma sociedade que se desenha logo adiante; é, na verdade, a sociedade atual, cuja coluna vertebral é a rede digital de comunicação, fruto da emergência de um novo paradigma tecnológico, que se baseia nas tecnologias de comunicação e informação. Todavia, todo este aparato tecnológico é condição necessária, não suficiente para esta sociedade em rede. Para Castells (2005), a lógica da sociedade em rede requer uma postura sócio-política que guie o aparato tecnológico, posto que o desenvolvimento potencial desta sociedade “[...] necessita da combinação de iniciativas em sectores como a tecnologia, os negócios, a educação, a cultura, a reestruturação espacial, o desenvolvimento de infra-estruturas, a mudança organizacional e reformas institucionais.” (CASTELLS, 2005, p. 26-27).

Castells (2005) fala dos desdobramentos desta sociedade em rede em diversos âmbitos. Aqui interessa tratar dos efeitos na sociabilidade. A sociedade em rede é uma sociedade hipersocializada. “As pessoas integraram as tecnologias às suas vidas, ligando a realidade virtual com a virtualidade real, vivendo em várias formas tecnológicas de comunicação, articulando-as conforme as suas orientações.” (CASTELLS, 2005, p. 23). Isto causado pelas mudanças na área da comunicação, inclusive das grandes instituições midiáticas, responsáveis pela produção e difusão de conteúdos. Entre estas, o autor destaca: 1) os media tornam-se globais e locais, simultaneamente; 2) a comunicação está cada vez mais digitalizada e interativa; e 3) a expansão de redes horizontais de comunicação de massa autocomandada. É oportuno entender este último ponto, porque ele é imprescindível para situar os movimentos sociais em rede. “É comunicação de massas porque é difundida em toda a Internet, podendo potencialmente chegar a todo o planeta. É autocomandada porque geralmente é iniciada por indivíduos ou grupos [...] sem a mediação do sistema de media.” (CASTELLS, 2005, 24). Ainda sobre estas redes horizontalizadas de comunicação, Castells (2013) escreve que:

É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação de receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. A comunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos e empresas. Além disso, a comunicação digital é multimodal e permite a referência constante a um hipertexto global de informações cujos componentes podem ser remixados pelo ator que comunica segundo projetos de comunicação específicos. A autocomunicação de massa fornece a

plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social (CASTELLS, 2013, p. 13).

É numa sociedade assim delineada que se situa o pensamento de Castells, e na qual se insere os movimentos sociais em rede. Cabe ainda falar de poder. Segundo Castells (2013), as relações de poder dão forma à sociedade, à medida que aqueles que o detêm exercem-no segundo seus valores e interesses. Na sociedade em rede, o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana. “As redes de poder o exercem sobretudo influenciando a mente humana [...] mediante as redes multimídia [...] Assim, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção de poder.” (CASTELLS, 2013, p. 16). Todavia, se há aqueles que exercem o poder, há também aqueles que o contestam, há, portanto, o contrapoder, que em Castells (2013) se desenvolve também nestas redes, e objetiva reprogramá-las. Para o autor, os movimentos sociais são fontes de contestação, e, por conseguinte, exercem um contrapoder, isto porque “os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram” (CASTELLS, 2013, p. 18).

A partir disto e depois de analisar as grandes manifestações da Tunísia, Islândia, Egito, Espanha, Estados Unidos e primavera árabe, Castells propõe um padrão comum para identificar os movimentos sociais em rede que diz respeito a uma série de características. Os movimentos são conectados em rede de múltiplas formas. Eles desenvolvem-se em ambientes online e off-line: “Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral.” (CASTELLS, 2013, p. 164). Embora estes movimentos tenham início nas redes sociais da internet, eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano, entretanto suas ações não findam com a desocupação de tais espaços, porque sua existência contínua tem lugar na internet, de tal forma que:

O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus protestos. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação [...] *Os espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede.* (CASTELLS, 2013, p. 164-165).

Se por um lado, há um hibridismo espacial, há, de outro, um tempo atemporal, no sentido de que de que se nos espaços ocupados vive-se um dia após o outro, nos ambientes digitais são realizados debates e projetos, constroem-se horizontes de possibilidade, novas

formas de se viver, em direção à qual os sujeitos dirigem sua ação. “É um tempo emergente, alternativo, constituído de um híbrido do agora com o para sempre.” (CASTELLS, 2013, p. 166). Além disto, são locais e globais, simultaneamente. São locais porque se dão em contextos específicos, mas, ao mesmo tempo, são globais porque conectados com o mundo inteiro, à medida que “Expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica.” (CASTELLS, 2013, p. 165).

No que diz respeito à sua gênese, são movimentos espontâneos, e, em geral, são desencadeados pela indignação. “Em todos os casos, têm origem num apelo à ação proveniente do espaço dos fluxos, que visa criar uma comunidade instantânea de prática insurgente” (CASTELLS, 2013, p. 166). Um outro aspecto que nota o autor é que a passagem da indignação à esperança, à ação, realiza-se por deliberação no espaço da autonomia, espaço este que não possui nenhum líder definido. Portanto, são movimentos sem liderança, tanto porque a lógica de rede assim o possibilita, quanto por ocasião aos velhos modelos de representação política. Esta formação, que se caracteriza por ser multimodal e horizontal, possibilita, por sua vez, à formação de um companheirismo, que, segundo Castells (2013), permite que as pessoas superem o medo. Além deste companheirismo, a horizontalidade da rede favorece a cooperação e a solidariedade ao mesmo tempo que reduz a necessidade de uma liderança formal.

Castells (2013) nota também que estes movimentos sociais em rede são virais, e, por isso, os conteúdos que deles provêm são disseminados rapidamente. Aqui há a preponderância de imagens e vídeos. Esta viralização não possui barreiras. “Temos observado essa capacidade viral de um país para outro, de uma cidade para outra, de uma instituição para outra.” (CASTELLS, 2013, p. 166). Uma outra característica se refere à autoreflexividade. Eles questionam-se constantemente sobre seus objetivos, meios e etc., de tal forma que toda ação é avaliada coletivamente no espaço de autonomia. A princípio não são violentos, mas ela pode ocorrer em resposta à violência institucional, que, quando ocorre, paradoxalmente, faz aumentar a adesão a estes atores. “De fato, em todos os casos, as imagens de violência policial ampliaram a simpatia dos cidadãos pelo movimento, assim como reativaram.” (CASTELLS, 2013, p. 168).

Do ponto de vista político, raramente são programáticos. “De fato, eles têm muitas demandas, na maior parte do tempo, todas as demandas possíveis vindas de cidadãos ávidos por escolher as condições de suas vidas.” (CASTELLS, 2013, p. 169). Este ponto é tanto a força, porque consegue aglutinar, quanto sua fraqueza, por ocasião da falta de objetivos

definidos. A sua essência, segundo Castells (2013), é que são movimentos voltados para a mudança dos valores da sociedade (aqui sua análise se aproxima do paradigma dos novos movimentos sociais). Para tanto, pretendem transformar o Estado, não apoderar-se dele. Por fim, são muito políticos, à medida que se organizam em torno de uma prática deliberativa, baseada na democracia em rede.

Castells (2013, p. 171) observa também que estes movimentos sociais em rede “*comungam de uma cultura específica, a cultura da autonomia, a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas.*”. Portanto, são movimentos culturais (aqui mais uma vez ele se aproxima da perspectiva dos novos movimentos sociais), e, com efeito, o que está em jogo é a transformação cultural de nossas sociedades, ou seja, em aumentar a consciência dos cidadãos, qualificando-os, no âmbito do próprio movimento, para um processo de deliberação sobre suas vidas e seu país. Enfim:

Os movimentos sociais em rede, como todos os movimentos sociais da história, trazem a marca de sua sociedade. São amplamente constituídos de indivíduos que convivem confortavelmente com as tecnologias digitais no mundo híbrido da realidade virtual. Seus valores, objetivos e estilo organizacional referem-se diretamente à cultura da autonomia que caracteriza as novas gerações de um novo século. Não poderiam existir sem a internet. Mas seu significado é muito mais profundo. Eles são talhados para o papel de agentes da mudança na sociedade em rede, num contraste agudo com as instituições políticas obsoletas herdadas de uma estrutura social historicamente superada. (CASTELLS, 2013, p. 174-175).

2 – A representação midiática-institucional

O capítulo que se segue busca perceber a mídia como uma forma de interação tecnicizada, que instaura novas e diferentes maneiras de agir e interagir, e nela situa a Folha de São Paulo. Em seguida trata da visibilidade instaurada daquilo que aqui se denominou por representação midiática-institucional, que tem resguardo teórico na teoria da representação social. Além disto, quer entender como se constrói esta representação a partir da teoria do newsmaking. Ao final, traz para discussão a questão dos efeitos desta representação tendo como base teórica a teoria do agenda-setting.

2.1 – A mídia como interação tecnicizada

De imediato é preciso deixar claro que a questão-problema aqui proposta só faz sentido e só há sentido fazê-la partindo da premissa de que a mídia, de algum modo, influencia a sociedade. Negar esta asserção significaria colocar sob suspeita todo o esforço teórico da comunicação como saber científico, inclusive a pertinência acadêmica desta dissertação. Braga (2011), em sua discussão sobre a constituição do campo comunicacional, nota que é a observação da mídia¹² como produtora de sentido que instigou a percepção, objetivação e problematização dos processos comunicativos em perspectiva destacada. Ora, é o interesse pelos efeitos da mídia que precipita a atenção científica para a comunicação; embora hoje os estudos em comunicação não se restrinjam à análise da mídia. Portanto, a premissa da qual esta dissertação parte e na qual se apoia é aquela mesma que funda, estrutura, justifica e legitima o saber comunicacional.

Não obstante, é evidente que a sociedade influi sobre a mídia, uma vez que esta não está suspensa do mundo social ou sequer vedada hermeticamente, o que a tornaria, em ambos os casos, imune a toda perturbação externa. Se assim o for, então esta dissertação é levada a reconhecer que a sociedade influi sobre a mídia, que, por sua vez, também influi sobre a sociedade. Está-se diante, então, de uma influência recíproca. É por assim entender que Braga (2006) pontua que a sociedade tanto produz sua realidade a partir das interações a que se entrega quanto ela própria produz estes processos que a conformam. Disto tudo, é plausível perceber a mídia como produto de um contexto social e histórico específico, mas que uma vez produzida torna-se também produtora. Todavia, não é porque passou a produzir sobre aquilo que a produziu que o que a produziu deixará de produzir-lhe. Isto equivale dizer que não é

¹² Braga (2011) quer se referir aos meios de comunicação de massa.

porque a mídia, uma vez criada, passou a intervir sobre a sociedade que esta deixará de continuar a intervir sobre a mídia. Portanto, a mídia é, simultânea e ininterruptamente, produzida e produtora. E é por isto que Hjarvard (2012, p. 65) defende que não se pode falar da mídia em termos gerais, porque se trata de “uma questão concreta e analítica que precisa ser abordada em termos de contextos específicos”.

Ora, até aqui a expressão mídia foi utilizada ainda desprovida de substância conceitual. Continuar a fazê-lo poderá induzir a leituras imprecisas. Diante disto, a pergunta que se coloca é o que se quer fazer entender quando esta dissertação faz uso do termo mídia. Para responder, convém trazer à discussão a análise de Thompson (2008) da mídia a partir das interações que ela instaura. O autor identifica duas diferentes maneiras de interação em que há o emprego de meios técnicos exteriores ao corpo humano que se poderia chama-las, aqui, de mediados (apesar de ele, a rigor, preferir designá-las interações mediadas) que são distintas uma da outra e, da mesma forma, distintas da interação não-mediada (a que ele se refere como face a face). É essencial abordar uma a uma, à medida que Thompson (2008) concebe-as contrastando-as.

A interação face a face ou não-mediada é aquela interação que ocorre quando os interlocutores estão fisicamente presentes um para o outro, implicando dizer que compartilham de um mesmo referencial espacial e temporal, porque copresentes. Segundo Thompson (2008), a relação estabelecida entre eles é dialógica, pelo menos a princípio, e está orientada para outro(s) específico(s). Porque fisicamente presentes um para o outro, eles têm à disposição uma grande diversidade de deixas simbólicas (gestos, expressões faciais, entonação vocal e etc.), que os auxiliam na compreensão dos sentidos. Na interação face a face não há a utilização de um meio técnico exterior, e não faz sentido haver. Só fará sentido se, um dos envolvidos, desejar estender a interação a outros distantes no espaço e/ou no tempo, mas aí ela deixaria de ser não-mediada, pelo menos no que toca a este outro distante.

A interação mediada (trata-se já de uma das interações midiáticas) é aquela que acontece, por exemplo, numa troca de cartas ou numa conversa telefônica. Tanto numa quanto na outra há o emprego de um meio técnico exterior ao corpo humano. Apesar disto, existem aqui duas características que a aproximam da interação face a face. Primeiro, a relação é dialógica; e, segundo, está orientada para outro(s) específico(s). Mas, ao contrário da interação face a face, a medida não requer aquela copresença, porque o meio técnico

empregado estende e disponibiliza o conteúdo simbólico no espaço e no tempo¹³. Por sua vez, a não copresença ocasiona o estreitamento das deixas simbólicas. Enfim, a interação mediada é aquela em que o meio técnico viabiliza a interação de interlocutores distantes um do outro. Ou seja, torna possível um contato que não pode se dar fisicamente, mas que poderia sê-lo, pois a interação está orientada para outro(s) específico(s).

A quase-interação mediada (a outra interação midiática) é aquela em que o emissor é um meio de comunicação de massa, que em Thompson (2008, p. 32) significa as instituições de “produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos”. Ele se refere aos livros, aos jornais, ao rádio, à televisão, entre outros. Entre esta e a interação mediada existem também duas semelhanças: a não obrigatoriedade de uma copresença e, conseqüentemente, o estreitamento das deixas simbólicas. Todavia, dois aspectos especificam a quase-interação mediada: a interação efetivada é monológica, porque, a princípio, o fluxo comunicativo possui sentido único¹⁴, e as mensagens são produzidas para um número indefinido de receptores. Portanto, a quase-interação mediada é:

[...] uma situação estruturada na qual alguns indivíduos se ocupam principalmente na produção de formas simbólicas para outros que não estão fisicamente presentes, enquanto estes se ocupam em receber formas simbólicas produzidas por outros a quem eles não podem responder (THOMPSON, 2008, p. 80).

A esta altura é plausível sugerir uma resposta satisfatória (pelo menos no que diz respeito às exigências e pretensões deste subcapítulo) à pergunta que motivou o diálogo com Thompson (2008): o que se está dizendo quando esta dissertação faz uso do termo mídia. A partir da análise thompsoniana, e um pouco além dela, se pode pensar a mídia como um termo que compreende uma série de interações (a mediada e quase-interação mediada) que perpassam, obrigatoriamente, o emprego de um meio técnico exterior ao corpo humano, meio este que fixa, estende e disponibiliza os conteúdos simbólicos no tempo e no espaço, e que, com efeito, instauram novas e diferentes maneiras de agir e interagir:

[...] o desenvolvimento de novos meios de comunicação não consiste simplesmente na instituição de novas redes de transmissão de informação entre indivíduos cujas relações sociais básicas permanecem intactas. Mais do que isso, o desenvolvimento dos meios de comunicação cria *novas* formas de ação e de interação e *novos* tipos de relacionamentos sociais – formas que

¹³ A extensão do conteúdo simbólico no espaço e no tempo é uma característica das interações mediadas que Thompson (2008) chama de *disjunção espaço-tempo*, que chega ao extremo com o advento da telecomunicação, quando a disponibilidade do conteúdo simbólico no espaço e no tempo não depende mais do transporte físico do meio técnico, que redundaria numa simultaneidade não espacial.

¹⁴ É por este motivo que o autor fala de uma quase-interação, porque, a rigor, uma interação exige o diálogo, como acontece na interação face a face e na mediada. Entretanto, a quase-interação mediada é, apesar de tudo, uma interação.

são bastante diferentes das que tinham prevalecido durante a maior parte da história humana. Ele faz surgir uma complexa organização de padrões de interação humana através do espaço e do tempo. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, a interação se dissocia do ambiente físico, de tal maneira que os indivíduos podem interagir uns com os outros ainda que não partilhem do mesmo ambiente espaço-temporal. (THOMPSON, 2008, p. 77).

A conclusão de Thompson (2008) de que as interações mediadas não deixam intactas as relações sociais básicas, tanto porque endossa a premissa na qual esta dissertação se funda e se justifica, quanto direciona o olhar no sentido de perceber como estas novas e diferentes maneiras de agir e interagir influenciam a dinâmica da sociedade. Neste sentido, ele afirma que, antes das indústrias de mídia, a compreensão que as pessoas tinham do passado e do presente e de lugares distantes dependia das referências simbólicas provenientes exclusivamente das interações face a face. Isso muda com a crescente disponibilidade de conteúdos simbólicos mediados, uma vez que alteram profundamente as maneiras pelas quais as pessoas compreendem o passado, o presente e o mundo além de seus contextos sociais imediatos.

Por conseguinte, Thompson (2008) fala da criação de uma historicidade mediada, “nosso sentido do passado e de como ele nos alcança se torna cada vez mais dependente da expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas.” (THOMPSON, 2008, p. 38). Segundo, do surgimento de uma mundanidade medida, no sentido de que “nossa compreensão de mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas.” (THOMPSON, 2008, p. 38). E, por fim, de uma socialidade mediada, à medida que “sentimo-nos pertencentes a grupos e comunidades que se constituem em parte através da mídia.” (THOMPSON, 2008, p. 39).

Para Braga (2006), a ação da mídia, que ele vislumbra a partir da ideia da mediatização¹⁵, pode ser pensada numa perspectiva micro (em áreas específicas, como na política, no entretenimento, etc.) ou macro (na sociedade, em geral). Em sua análise sobre este segundo âmbito, ele identifica um processo em que as interações mediatizadas estariam em marcha acelerada para se tornarem o processo interacional “de referência”. Uma vez adquirida este *status*, elas tornar-se-iam o parâmetro para as demais.

Um processo interacional “de referência”, em um determinado âmbito, “dá o tom” aos processos subsumidos – que funcionam ou passam a funcionar segundo suas lógicas. Assim, dentro da lógica da mediatização, os processos

¹⁵ A mediatização em Braga (2006) está relacionada aos desenvolvimentos tecnológicos do século XX, mas reconhece que o livro e a imprensa, anteriores ao século XX, como formas preliminares e especializadas da mediatização da sociedade.

sociais de interação mediatizada passam a incluir, a abranger os demais que não desaparecem mas se ajustam. (BRAGA, 2006, p. 11).

Além de subsumir os demais processos interacionais, o processo de referência é o principal direcionador na construção da realidade social. Braga (2006, p. 11) explica que “não se trata apenas de hegemonia da preferência por determinados modos de interação; mas também de uma perspectiva de *organização da sociedade*.”. Dito de outro modo, a mediatização, em Braga (2006), do ponto de vista macrossocial, significa esta marcha acelerada da interação mediática no sentido de se tornar o processo interacional de referência, o que, conseqüentemente, tornar-lhe-á, quando concluído o percurso, o parâmetro dos demais processos interativos, bem como será o principal norteador da organização social.

Ao seu turno, Hjarvard (2012) e Sodré (2008¹⁶) falam da ação da mídia a partir do conceito de midiatização. Segundo Hjarvard (2012), a midiatização é um processo social e cultural que caracteriza um momento em que a influência da mídia é predominante, atuando em duas direções: primeiro, através das instituições de comunicação; e, segundo, pela incorporação de uma postura mediatizada por parte de outras instituições¹⁷. Por conseguinte, a midiatização diz respeito ao:

[...] processo pelo qual a sociedade, em grau cada vez maior, está submetida a ou torna-se dependente da mídia e de sua lógica¹⁸. Esse processo é caracterizado por uma *dualidade* em que os meios de comunicação passaram a estar *integrados* às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o *status* de instituições sociais *em pleno direito*. (HJARVARD, 2012, P. 64).

Conseqüentemente:

Os meios de comunicação influenciam e intervêm na atividade de outras instituições, tais como a família, religião organizada etc., ao mesmo tempo que também proporcionam um *espaço público* para a sociedade como um todo, isto é, fóruns de comunicação virtuais compartilhados que outras instituições e atores, cada vez mais, utilizam como espaços para sua interação. (HJARVARD, 2012, p. 68).

Sodré (2008) argumenta que a midiatização envolve uma ordem de mediações socialmente realizadas tecnicamente, a *tecnointeração*, que se caracteriza pelo emprego de

¹⁶ Sodré (2008, p. 24) também fala de mediatização, conceito este que é mais amplo do que o de midiatização, porque recobre a totalidade do campo social. Já a midiatização contempla apenas a articulação das múltiplas instituições com as várias organizações de mídia.

¹⁷ Sobre a incorporação da lógica mediatizada por outras instituições, Hjarvard (2012) cita, por exemplo, a virtualização das instituições sociais. Se antes, as instituições eram estavam ligadas a lugares específicos, a política no parlamento, a educação nas escolas; hoje, o contato com a política ou a educação pode acontecer através da leitura de um jornal. Ele acrescenta que esta virtualização resulta na domesticação destas instituições.

¹⁸ Por lógica da mídia, Hjarvard (2012, p. 64-65) entende o *modus operandi* institucional, estético e tecnológico dos meios, incluindo as maneiras pelas quais eles distribuem recursos materiais e simbólicos com a ajuda de regras formais e informais.

próteses tecnológicas, que são justamente os meios técnicos de que fala Thompson (2008), que fixam, estendem e disponibilizam o conteúdo simbólico no espaço e no tempo. Mas Sodré (2008) vai além, e revela outra face da midiaticização, que nem Braga (2006) nem Hjarvard (2012) percebem. Para Sodré (2008), a midiaticização realiza, na verdade, uma qualificação de natureza informacional, que configura, discursivamente, o funcionamento social em função de vetores mercadológicos e tecnológicos. Trata-se, portanto, de uma cultura específica, a *tecnocultura*, que produz uma qualificação particular da vida, um modo de presença no mundo, de uma eticidade. Na perspectiva aristotélica, isto equivale a um *bios*, o *bios midiático* (SODRÉ, 2008). O autor nota que:

[...] a tecnocultura – essa constituída por mercado e meios de comunicação, a do quarto *bios* – implica uma transformação das formas tradicionais de sociabilização [...] Implica, portanto, um novo tipo de relacionamento do indivíduo com referências concretas ou com o que se tem convencionado designar como verdade, ou seja, uma outra condição antropológica. (SODRÉ, 2008, p. 27).

Quer se analise a ação da mídia sobre a sociedade nos termos da mediatização (BRAGA, 2006) ou da midiaticização (HJARVARD, 2012; SODRÉ, 2008), o que está nítido é que estas interações mediadas (THOMPSON, 2008) ou midiaticizadas estão tão embrenhadas na sociedade contemporânea que é difícil entendê-la sem considerar tais processos. Não à toa, Thompson (2008) defende, logo no início de livro, que o desenvolvimento da mídia está entrelaçado de modo fundamental às principais transformações institucionais que deram forma ao mundo moderno, de tal modo que para enxergar a natureza da modernidade é imprescindível considerar com destaque o desenvolvimento e os efeitos dos meios de comunicação. Sodré (2008, p. 21) complementa o raciocínio ao dizer que a sociedade atual rege-se pela midiaticização, “pela tendência à “virtualização” ou telerrealização das relações humanas”.

Diante do exposto, é oportuno situar o jornal Folha de São Paulo, o objeto empírico desta dissertação, no interior de toda esta discussão a respeito das novas e diferentes maneiras de agir e interagir que a mídia instaura, que, do ponto de vista teórico-analítico, são vislumbradas no quadro do fenômeno da mediatização ou midiaticização. A partir daquela quase-interação mediada, em que o emissor é um meio de comunicação de massa (THOMPSON, 2008), se se pode conceber o jornal Folha de São Paulo, o objeto concreto, o jornal impresso diário a que o leitor “tem acesso”, como o meio técnico, cujo conteúdo simbólico que nele se inscreve é produzido, afixado e distribuído (a um número indefinido de receptores) pela instituição social de pleno direito (HJARVARD, 2012), o Grupo Folha. Sua

difusão generalizada induz, nos termos de Hjarvard (2012), à formação de fóruns de comunicação virtualizados, para o qual as mais diversas instituições e agentes sociais se voltam e neles são tratados, mas à maneira pela qual estas/estes são tratados cabe ao veículo de comunicação decidir. Por este motivo, se deve pensar a visibilidade que estes fóruns engendram a partir do conceito de representação social, a qual aqui se tem chamado de representação midiática-institucional. Não à toda, para Alsina (2009), a notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente.

2.2 – A representação midiática-institucional como representação social

A noção aqui empregada de uma representação midiática-institucional parte e se sustenta na teoria das representações sociais de Serge Moscovici. O emprego da expressão “midiática-institucional” tem como propósitos evidenciar o âmbito em que esta representação social se constrói e especificar a dinâmica que subjaz à produção institucionalizada de conteúdos simbólicos. Todavia, a representação midiática-institucional permanece inscrita como uma representação social, que ao lado de outras circula no mundo social, embora possua certas particularidades, que se perceberá logo adiante.

A teoria das representações sociais de Moscovici é uma atualização da noção de representação coletiva de Émile Durkheim. Arruda (2002) explica que:

Ele [Moscovici] caminhou guiado pela necessidade de atualizar o conceito, trazê-lo para as condições de hoje, de sociedades contemporâneas imersas na intensa divisão do trabalho, nas quais a dimensão da especialização bem como a da informação tornaram-se componentes decisivas nas vidas das pessoas e dos grupos. Atualizar significava, ao mesmo tempo, tornar o conceito operacional para ser aplicável em sociedades com essas características, sociedades em que a velocidade de informação não lhe outorga o tempo de sedimentar-se em tradição, nas quais se impõe um processamento constante da novidade, nas quais se conhece por delegação (ARRUDA, 2002, p. 135)

De acordo com Farr (1995), o conceito de Durkheim era apropriado a um contexto menos complexo, aquele mesmo a que o autor estava circunscrito, e que por assim sê-lo não possuía fôlego para dar conta das sociedades contemporâneas. Wachelke e Camargo (2007) delineiam as mudanças sociais que inviabilizaram a aplicação das representações coletivas de Durkheim, e que consubstanciaram a elaboração teórica de Moscovici.

Diferente do que acontecia nas sociedades tradicionais, em que as representações coletivas eram fatos sociais coercitivos e partilhados por praticamente todos os integrantes de uma civilização, na era moderna houve uma descentralização dos detentores de poder, dos agentes sociais responsáveis pela legitimação e produção do conhecimento. O conhecimento

científico constitui um exemplo de empreendimento que surge para contestar representações fundadas em sistemas feudais ou religiosos. Aliada ao advento dos meios de comunicação de massa, essa alteração viabilizou a emergência de novos núcleos sociopsicológicos de produção de conhecimento do senso comum e uma conseqüente diversificação das representações (WACHELKE, CAMARGO, 2007, p. 382).

Por conseguinte, Arruda (2002) conclui que:

A representação social seria uma forma de conhecer típica dessas sociedades [contemporâneas, complexas], cuja velocidade vertiginosa obriga a um processamento constante do novo, que não abre espaço nem tempo para a cristalização de tradições, processamento que se esteia no olhar de quem vê. [...] É dinâmica, móvel. (ARRUDA, 2002, p. 134)

Para conseguir dar conta desta natureza dinâmica, móvel e flexível das sociedades atuais, a teoria das representações sociais erige-se a partir de duas premissas. Primeiro, *“no hay un corte dado entre el universo exterior y el universo del individuo (o del grupo), que, en lo fondo, el sujeto y el objeto no so heterogéneos”*¹⁹ (MOSCOVICI, 1979, p. 6). E, segundo, *“los puntos de vista de los individuos y de los grupos son encarados tanto por su carácter de comunicación como por su carácter de expresión.”*²⁰ (MOSCOVICI, 1979, p. 6).

A partir destas premissas, Moscovici (2003, p. 210) argumenta que “as representações sociais se apresentam como uma “rede” de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas”. Ele as compara ao dinheiro:

Como o dinheiro, elas [as representações sociais] têm uma existência à medida que são úteis, que circulam, ao tomar diferentes formas na memória, na percepção, nas obras de arte e assim por diante, embora sendo, contudo, sempre reconhecidas como idênticas, do mesmo modo que 100 francos podem ser apresentados por uma nota, um cheque de viagem, ou um número no extrato bancário. (MOSCOVICI, 2003, p. 210).

Para Jodelet (1989), as representações sociais são uma forma de conhecimento elaborado e compartilhado socialmente, cujo objetivo prático concorre para a construção de uma realidade comum, um conjunto social. “Reconhece-se, geralmente, que as representações sociais, como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais.” (JODELET, 1989, p. 5). A partir desta definição de Jodelet, Spink (1993) enxerga as representações sociais como conhecimento prático que orienta tanto a comunicação quanto à compreensão do contexto social, material e ideativo. Ela escreve também que:

¹⁹ Tradução livre: “Não há um corte dado entre o universo exterior e o universo interior do indivíduo (ou do grupo), que, no fundo, o sujeito e o objeto não são tão heterogêneos”.

²⁰ Tradução livre: “os pontos de vista dos indivíduos e dos grupos são carregados tanto por seu caráter de comunicação quanto por seu caráter de expressão.”.

São [...] formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos – imagens, conceitos, categorias, teorias – mas que não se reduzem jamais aos componentes cognitivos. Sendo socialmente elaborados e compartilhados, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação. (SPINK, 1993, p. 300).

Moscovici (2003) explica que todas as formas de conhecimento – as crenças, ideologias, o senso comum, inclusive, a ciência – são, de um modo ou de outro, representações sociais; entretanto, ele as divide em dois universos. De um lado, o universo consensual, do senso comum; do outro, o universo reificado, da ciência. Arruda (2002) preenche os contornos destes universos identificados por Moscovici: “O universo consensual seria aquele que se constitui principalmente na conversação, na vida cotidiana, enquanto o universo reificado se cristaliza no espaço científico” (ARRUDA, 2002, p. 130). A grande diferença duma e doutra diz respeito à maneira pela qual elas são produzidas e quem as pode produzir:

Em contraposição às representações científicas e ideológicas, construídas de acordo com demandas da lógica formal com base em termos fundamentais, todos perfeitamente definidos, até mesmo distintos, as representações do senso comum são, de um modo ou de outro, “híbridas. [...] As pessoas que partilham de um conhecimento comum no decorrer de sua vida cotidiana não “raciocinam” sobre ele e não conseguem colocá-lo, ou avaliar seus conteúdos colocando-os a certa distância para “observá-lo”, sem que eles mesmos estejam implicados nisso. (MOSCOVICI, 2003, p. 203).

Apesar de estar situado no universo a que chama de reificado, a atenção de Moscovici se dirige ao universo consensual, tanto que sua grande obra investiga a apropriação, pelo senso comum, do saber em psicanálise. Este conhecimento “híbrido” e pouco pensado, se comparado ao universo reificado, é construído e compartilhado pelos sujeitos sociais situados social e historicamente e servem a fins. Neste sentido, Arruda (2009) observa que:

O ser humano, portanto, não pensa isolado, desligado do social. Ele pensa atravessado [...] Ele carrega no seu pensar a marca dos grupos que incidem sobre a sua experiência, sobre sua identidade, bem como a marca da história, da política, das divisões, e tantas outras, e isso não se configura como uma simples retradução na linguagem daquele grupo. A invenção do pensamento no dia a dia mistura, portanto, elementos que envolvem interesses, exercício do poder, desejo de aceitação, eventuais questões circunstanciais, compondo um novo desenho traçado pelos diversos atravessamentos do social (ARRUDA, 2009, p. 746-747).

Jodelet (2009) observa que a gênese e a funcionalidade das representações sociais estão relacionadas a três esferas de pertença: a da subjetividade, a da intersubjetividade e a da transubjetividade. A subjetividade considera os processos que operam no âmbito dos indivíduos consigo mesmos. A intersubjetividade remete às situações em que os sujeitos

negociam e estabelecem representações comuns. A transubjetividade compreende os elementos que atravessam as esferas da subjetividade e da intersubjetividade, mas que não se refere a nenhuma delas. Ela “remete igualmente ao espaço social e público onde circulam as representações provenientes de fontes diversas, a difusão dos meios de comunicação de massa, os contextos impostos pelos funcionamentos institucionais” (JODELET, 2009, p. 699).

Spink (1993), por sua vez, observa que a compreensão das representações sociais como constructo de sujeitos sociais situados no espaço e no tempo social e histórico é relevante em dois sentidos. De um lado, a relação indivíduo-sociedade que subjaz à teoria foge do determinismo social (do homem produto da sociedade) e do voluntarismo puro (do homem alheio às condicionantes sociais). Por outro lado, abre espaço à subjetividade, porque traz à discussão a questão do afeto, desta forma “as representações não são, assim, meras expressões cognitivas; são permeadas, também, pelo afeto.” (SPINK, 1993, p. 304).

Ora, por ser construção a representação social jamais será cópia do real, de tal maneira que “*la representación de un objeto es una representación diferente del objeto*”²¹ (MOSCOVICI, 1979, p. 12). Portanto, representar “*una cosa, un estado, no es simplemente desdoblarlo, repetirlo o reproducirlo, es reconstituirlo, retocarlo, cambiarle el texto.*”²² (MOSCOVICI, 1979, p. 12). Portanto, as representações sociais não são cópias fieis de algum objeto/pessoa existente na realidade objetiva, ao qual faz referência, mas construções coletivas que recriam o objeto/pessoa com base em representações pré-existentes (WACHELKE, CAMARGO, 2007). Em síntese:

[...] representar [...] corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito relaciona-se com um objeto. Este pode ser tanto uma pessoa, uma coisa, um evento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas sempre requer um objeto. (JODELET, 1989, p. 5).

Apesar de não se tratar de uma cópia fidedigna do real, a representação social determina a realidade perceptível, à medida que a estrutura, limitando-a. É por este motivo que Moscovici (2003) atesta que o conteúdo simbólico com o qual os sujeitos se deparam no dia a dia, e ao qual tentam dar significado, está sob o controle das representações que estes indivíduos possuem, *a priori*. Portanto, tais conteúdos não terão outro sentido senão aqueles que as representações pré-existentes lhes sugerem, isto porque “essas criaturas do pensamento, terminam por se constituir em um ambiente real, concreto.” (MOSCOVICI, 2003, 40).

²¹ Tradução livre: “a representação de um objeto é uma representação diferente do objeto”.

²² Tradução livre: “uma coisa, um estado, não é simplesmente desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo, é reconstruí-lo, recortá-lo, transformá-lo em texto”.

Moscovici (2003) explica que as representações sociais possuem duas faces interdependentes: a face icônica e a face simbólica. Ora, “a representação social iguala toda imagem a uma idéia e toda idéia a uma imagem.” (MOSCOVICI, 2003, p. 46). Jodelet (1989) complementa, dizendo que:

De um lado, a representação mental, como representação pictórica, teatral ou política, dá visão desse objeto, toma-lhe o lugar, está em seu lugar, ela o torna presente quando aquele está distante ou ausente. [...] De outro lado, como conteúdo concreto do ato de pensar, a representação carrega a marca do sujeito e de sua atividade. Este último aspecto remete ao caráter construtivo, criativo, autônomo da representação que comporta uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito. (JODELET, 1989, p. 5).

Moscovici (1979) conclui que:

Por un lado, la representación sigue la huellas de un pensamiento conceptual, puesto que la condición de su aparición es la desaparición del objeto o de la entidad concreta; pero, por otra parte, esta desaparición no puede ser total y, a instancias de la actividad perceptiva, debe recuperar el objeto o la entidad y hacerlos “tangibles”²³. (MOSCOVICI, 1979, p. 11-12)

A operação através da qual as representações sociais fazem tangíveis objetos que estão distantes ou ausentes é possível por ocasião da dupla natureza destas representações: elas *convencionalizam* os objetos, pessoas ou acontecimentos, proporcionando-lhes forma e conteúdo, ao situá-los em determinadas categorias; e elas são *prescritivas*, à medida que tais convenções fornecem sentidos que estão postos e que determinam o que deve ser pensando ou entendido diante de um determinado símbolo (MOSCOVICI, 2003).

Moscovici (2003) defende que a finalidade de toda representação é tornar a comunicação possível, não problemática, reduzindo os espaços vagos, tornando o não-familiar familiar, a partir do familiar. “Em seu todo, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas.” (MOSCOVICI, 2003, p. 55). Disto o autor conclui que na elaboração das representações sociais a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a “realidade” (MOSCOVICI, 2003). Em outro texto ele escreve que:

Para reducir conjuntamente tensión y desequilibrio, es preciso que el contenido extraño se desplace al interior de un contenido corriente y que el esta fuera de nuestro universo penetre en su interior. Más exactamente, hay

²³ Tradução livre: “Por um lado, a representação segue os vestígios de um pensamento conceitual, uma vez que a condição da sua aparição é o desaparecimento do objeto ou da entidade; mas, por outro lado, esse desaparecimento não pode ser total e, através da atividade perceptiva, deve recuperar o objeto ou a entidade e fazê-los tangíveis.”.

que hacer familiar lo insólito e insólito lo familiar, cambiar todo el universo conservándolo como nuestro universo.²⁴ (MOSCOVICI, 1979, p. 13)

Jodelet (1989) explica como esta passagem do não-familiar ao familiar se dá a partir do exemplo da representação social que se construiu ao redor da AIDS. De acordo com ela:

Quando a AIDS apareceu, por volta de uns dez anos, a mídia e as conversações depararam-se com esse mal desconhecido e estranho cuja proximidade ainda não estava evidenciada. De início foi descrita em suas formas trágicas e fatais. Depois, soube-se quem era contaminado e se perguntou como e porquê. Antes da pesquisa científica trazer algumas clarificações sobre sua natureza, as pessoas elaboraram “teorias” apoiando-se nos dados de que dispunham sobre os portadores (drogados, hemofílicos, homossexuais, recebedores de transfusões de sangue) e os vetores (sangue, esperma) do mal. O que se sabia da transmissão da doença e de suas vítimas favoreceu, em particular, a eclosão de duas concepções, uma de tipo moral e social e outra de tipo biológico, cada uma tendo incidência evidente sobre os comportamentos, nas relações íntimas ou face-a-face das pessoas alcançadas pela doença. (JODELET, 1989, p. 1-2).

A elaboração de uma representação a partir de outras, em que estas últimas consubstanciam/determinam o conteúdo da primeira, perpassa um duplo processo, a saber, de ancoragem e de objetivação. A ancoragem precede a objetivação (VALA, 1993) e consiste em ancorar, reduzir a categorias e imagens comuns o conteúdo estranho; ou seja, coloca-lo dentro de um contexto familiar, que através do qual se possa apreender sentido. “O sujeito procede recorrendo ao que é familiar para fazer uma espécie de conversão da novidade: trazê-la ao território do conhecido” (ARRUDA, 2002, p. 136). Moscovici (2003) diz que o não-familiar se estrutura a partir de categorias existentes, familiares, e que ao fazê-lo adquire certas características destas. Ele lembra, também, que esta categorização não é um processo neutro: “Quando classificamos uma pessoa entre os neuróticos, os judeus ou os pobres, nós obviamente não estamos apenas colocando um fato, mas avaliando-a e rotulando-a” (MOSCOVICI, 2003, p. 61), positiva ou negativamente. A rigor, a ancoragem acontece quando o sujeito se vê na situação de atribuir significado a um dado objeto, e o faz a partir da rede de significados que possui.

A objetivação diz respeito ao processo pelo qual se dá existência, no mundo físico, às abstrações que se possui; é reproduzir um conceito numa imagem. A objetivação, portanto, fixa determinado conteúdo/sentido em um objeto. Esta atribuição de significado envolve três momentos (VALA, 1993; ARRUDA, 2002). Primeiro aquilo que será representado é

²⁴ Tradução livre: “Para reduzir conjuntamente a tensão e o desequilíbrio, é necessário que o conteúdo estranho se desloque para um fluxo de conteúdo corrente e que o que está fora de nosso universo penetre no seu interior. Mais precisamente, para fazer o familiar incomum e o incomum familiar, mudando todo o universo conservando-o como nosso universo.”.

decomposto e descontextualizado, dando lugar a um todo coerente ao sujeito que o representará; segundo, os recortes deste objeto captados pelo sujeito são costurados um no outro, tornando-se o núcleo figurativo da própria representação, que Arruda (2002) denomina de quintessência, o cerne da representação; por fim, esta representação torna-se objetiva, palpável, natural. A esta última fase Vala (1993) e Arruda (2002) chamam de naturalização. Ao final deste processo, “Não só o abstrato se torna concreto através de sua expressão em imagens e metáforas, como o que era percepção se torna realidade, tornando equivalentes a realidade e os conceitos.” (VALA, 1993, p. 361).

Ainda sobre a ancoragem e objetivação, Moscovici (2003) diz que:

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (MOSCOVICI, 2003, p. 78).

Por último, mas não menos importante, cabe destacar aqui que deste processo emergem representações díspares, por vezes, antagônicas. Isto fica claro quando Moscovici (2003) trata das diferentes perspectivas que classes sociais distintas possuem sobre um mesmo ponto:

Classes dominantes e dominadas não possuem uma representação igual à do mundo que elas compartilham, mas vêm com olhos diferentes, julgam-no de acordo com critérios específicos e cada um faz isso de acordo com suas próprias categorias. Para as primeiras o indivíduo é que é responsável por tudo o que lhe acontece e especialmente por seus fracassos. Para as segundas, os fracassos devem sempre às circunstâncias que a sociedade cria para o indivíduo. (MOSCOVICI, 2003, p. 87).

Vala (1993) acrescenta que:

[...] os indivíduos constroem representações sobre a própria estrutura social e as clivagens sociais, e é no quadro destas categorias oferecidas por essas representações que se autoposicionam e desenvolvem redes de relações, no interior das quais se produzem e transformam as representações sociais. Quer dizer, por um lado, as representações sobre a estrutura social, suscitam sistemas de categorização ou grupos sociais; mas, por outro, as representações sociais, enquanto variável dependente, são construídas no interior dessas categorias ou grupos sociais. (VALA, 1993, p. 381).

Este modo diferente de representar pode ser compreendido a partir da noção de horizonte, da fenomenologia. Explica Jodelet (2009):

O objeto que um sujeito observa pode ser considerado em horizontes diferentes. Por exemplo, eu posso apreender uma árvore no horizonte externo que constitui a floresta ou o jardim onde ela está plantada, buscando

suas diferenças e sua especificidade, sua contribuição no efeito estético do todo. Ou eu posso apreendê-la no seu horizonte interno, concentrando-me na textura de sua casca, no arranjo de seus galhos, na forma de sua folhagem para definir sua espécie, seu desenvolvimento, seu estado de saúde ou sua beleza. Esses horizontes de observação permitem deduzir, de acordo com a perspectiva adota, propriedades diferentes. (JODELET, 2009, p. 699-700).

Em síntese, as representações sociais são uma forma de conhecimento elaborado e compartilhado socialmente que reúne uma grande rede de ideias, metáforas, imagens e conceitos significantes que se relacionam tanto a objetos reais e imaginários. A representação social é representação de alguém sobre algo. A representação não é cópia, é uma elaboração social cujo objeto representado é traduzido numa imagem (face pictórica) e a um conteúdo (face simbólica), que serve à comunicação, vez que é possível fazer referência a este objeto mesmo em sua ausência. Ora, a representação não é o real em si, contudo é o real possível aos indivíduos, à medida que ela condiciona a familiarização do não-familiar. Enfim, cabe destacar que os indivíduos podem compreender de diferentes maneiras um mesmo objeto, o que pode resultar em visões divergentes e, inclusive, antagônicas; isto ocorre porque a representação não dá conta da complexidade do real, cabendo aos indivíduos recolher os aspectos que lhe são salientes.

Diante do exposto, é preciso situar os meios de comunicação de massa, que é o que aqui interessa. Eles, tais como o jornal Folha de São Paulo, engendram também uma representação – que aqui se tem chamado de midiática-institucional – daquilo de que falam, necessariamente. Esta representação se pode compreender a partir da teoria das representações sociais de Moscovici, entretanto, para fazê-lo, se devem ser consideradas as especificidades atinentes a este âmbito de produção institucionalizada (ALSINA, 2009) de conteúdos simbólicos. Nesse sentido, cabe dizer que, no que toca à sua gênese e circulação, a representação midiática-institucional localiza-se naquela esfera que Jodelet (2009) nomeia de transubjetiva.

Inscrita nesta esfera transubjetiva, a representação elaborada pelos meios de comunicação de massa, segundo Morigi (2004), coloca-se como componente cultural importante, inclusive para a própria teoria das representações sociais, embora Jodelet (2009) confesse que a esfera transubjetiva tenha sido pouco considerada. Morigi (2004) ressalta que:

As representações sociais disseminadas pelos meios de comunicação passam a se constituírem realidades as quais passam a integrar o perfil da opinião pública em forma de *discurso da atualidade*, tornando parte do senso-comum. As influências sociais da comunicação no processo das representações sociais servem como meio para estabelecer ligações e conexões significativas com as quais nos relacionamos e interagimos uns com os outros. (MORIGI, 2004, p. 6)

Morigi (2004) destaca que a representação midiática-institucional produz sentidos a partir de discursos socialmente produzidos e compartilhados. Ou seja, se erige a partir de discursos existentes. Logo, faz todo sentido quando Moscovici (2003) enquadra a representação suscitada pelos meios de comunicação como representação da representação. Mas esta representação da representação está sujeita a uma lógica específica, que é diferente tanto daquela que circunscreve o universo consensual quanto o reificado, à medida que não é tão arbitrária quanto a do senso comum nem tão rigorosa quanto o método científico. A princípio, se deve pensar a representação midiática-institucional como uma lente, que ora aumenta o foco para uma determinada direção, ora para outro. Portanto, a representação midiática-institucional representa algumas representações apenas, não todas elas. Por este motivo, Vala (1993) defende que os meios de comunicação de massa – sobretudo a televisão – são os responsáveis pela produção de representações sociais hegemônicas. Ele explica como isso acontece:

Sabemos que uma representação só adquire foros de verdade e de realidade quando é partilhada. Pois bem, as imagens e as representações veiculadas através do ecrã têm já em si a ideia de consenso, de partilha por uma larga comunidade, o que facilita a adesão conformista. Em segundo lugar, as representações vivem de metáforas, de figurações, de imagens: o caráter «técnico-formal» da televisão, enquanto meio de comunicação, permite fazer corresponder a cada palavra um rosto, a cada conceito e ideia uma imagem. (VALA, 1993, p. 379)

Entende-se aqui que a capacidade de se atribuir às palavras, conceitos e ideias a rostos e imagens não é necessariamente exclusiva à televisão – apesar de sê-lo mais saliente. Portanto, o mesmo vale para os demais meios de comunicação de massa. É importante considerar também, de acordo com Vala (1993), que a representação midiática-institucional parte de representações sociais que são compartilhadas “por uma larga comunidade”. Então, a representação midiática-institucional ancora-se em representações sociais existentes no mundo social, e a partir delas se objetiva, concedendo visibilidade a algumas delas e, ao mesmo tempo, conferindo o horizonte, no sentido de Jodelet (2009), para o qual se deve ver e de que maneira se deve ver.

É preciso agora fazer algumas observações sobre esta lógica do mundo midiático (MORIGI, 2004) que intervém sobre a representação midiática-institucional. Moscovici (1979) afirma que os indivíduos fazem uso das representações sociais de modo arbitrário na sua vida cotidiana, diferente do que acontece quando está num âmbito profissional. Diz Moscovici (1979):

Cada uno de nosotros, como “hombre común” – fuera de su profesión –, se comporta del mismo modo ante todos estos “documentos” que son los artículos de un diario, un accidente en la calle, una discusión en un café o un club, la lectura de un libro, un reportaje televisado, etc. Los resume, los recorta, los clasifica [...] Nada nos impone la prudencia del especialista, nada nos prohíbe juntar los elementos más dispares que nos hayan transmitido, incluirlos o excluirlos de una clase “lógica”, de acuerdo con las reglas sociales, científicas, prácticas de las que disponemos. El objetivo no es hacer avanzar el conocimiento, sino “estar al corriente”, “no ser ignorante”, fuera del círculo colectivo.²⁵ (MOSCOVICI, 1979, p. 34).

Se a representação social elaborada e compartilhada socialmente dá-se desta maneira, o mesmo não ocorre com a midiática-institucional, que como Morigi (2004) possui uma lógica, que será discutida no próximo tópico. Essa lógica que se pode pensar a partir da “*la prudencia del especialista*”, nos termos de Moscovici (1993), se pode perceber, por exemplo, no saber jornalístico, que diz respeito a um saber de reconhecimento, saber de procedimento e saber de narração, cujo domínio pertence aos iniciados, ou seja, aos jornalistas. Por outro lado, vale considerar as condicionantes que a estrutura institucional, isto é, a empresa impõe sobre o trabalho jornalístico. Ora, por possuir uma lógica de ancoragem e objetivação limitada aos especialistas, os jornalistas, a representação midiática-institucional, no que toca à sua elaboração ao universo reificado do saber científico, embora menos rigoroso, do ponto de vista metodológico.

Portanto, a representação engendrada pelos meios de comunicação de massa ancora-se no universo consensual, do senso comum, e se volta para este mesmo universo. Em outras palavras, o não-familiar terá de se tornar familiar a partir daquilo que é familiar ao senso comum, uma vez que para ele se dirige. Entretanto, a maneira pela qual seus conteúdos simbólicos são construídos aproxima-la do universo reificado, vez que a forma pela qual ela se objetiva obedece a um saber profissional. A exigência de tais procedimentos, por outro lado, limita o acesso a este âmbito de produção institucionalizado. É interessante, por fim, observar que é justamente a adoção destes métodos reificados (saberes de reconhecimento, de procedimento e de narração) que legitimam a máxima do jornalismo como constructo objetivo, que lhe garante a tão propalada credibilidade, e que, por fim, fornece ao jornalismo substrato argumentativo para se autoproclamar, equivocadamente, como se verá, como

²⁵ Tradução livre: “Cada um de nós, como “homem comum” – fora de sua profissão – se comporta do mesmo modo ante todos estes “documentos” que são os artigos de um jornal, um acidente na rua, uma discussão no face ou em um clube, na leitura de um livro, uma reportagem televisionada. Resume-os, recorta-os, classifica-os [...] Nada nos impõe a prudência do especialista, nada nos proíbe de juntar os elementos mais distintos que nos foram transmitidos, inclui-los ou excluí-los de uma classe “lógica”, de acordo com as regras sociais, científicas, prática que dispomos. O objetivo não é fazer avançar o conhecimento, senão “estar ciente”, “não ser ignorante”, fora do círculo coletivo.”

espelho da realidade. Enfim, na representação midiática-institucional subjaz uma lógica de produção e de orientação, lógica esta que se apresenta como saber específico cuja posse pertence, exclusivamente, aos iniciados. O tópico seguinte pretende discutir esta lógica que dá forma ao relato jornalístico, isto é, à representação institucional midiática.

2.3 – A lógica racionalizada da representação midiática-institucional

Este tomo quer entender a lógica por detrás da representação midiática-institucional, e que, portanto, rege também a produção noticiosa da Folha de São Paulo. Em outras palavras, como esta representação se constrói e por que ela é da forma que é e não de outra forma. É importante aqui pensar o Grupo Folha, instituição que produz o jornal a Folha de São Paulo, como espaço regado (HJARVARD, 2012) de produção institucionalizada e difusão generalizada de conteúdos simbólicos (THOMPSON, 2008), vez que, supõe Hjarvard (2012), assim como outras instituições, os meios de comunicação de massa estão sujeitos a inúmeras leis e regulamentos.

Entretanto, Signates (2011) observa que, do ponto de vista externo-formal, não existe um regramento específico; pelo contrário, os meios de comunicação de massa, sobretudo os impressos (como é o caso da Folha de São Paulo) usufruem, na verdade, de um direito, a liberdade de imprensa:

As instituições de poder simbólico no campo da comunicação passaram a usufruir de uma blindagem jurídica, na medida em que a mudança estrutural da liberdade de imprimir para a liberdade de empresa não foi juridicamente configurada, mantendo como direito aquilo que deveria ser estabelecido como dever: o direito de imprimir sem licença teria que se converter no dever de informar corretamente, mas isso não se deu. E, assim, a liberdade de fazer negócios e determinar os sentidos simbólicos da sociedade passou a ser um exercício de poder sem outro controle, que não o interno, promovido pelos próprios interesses proprietários. (SIGNATES, 2011, p. 93).

Por ocasião disto, Signates (2011) insinua que a liberdade de imprensa nada mais é do que a liberdade de a empresa jornalística definir a partir de seus próprios interesses a linha editorial, isto é, a maneira pela qual representará aquilo de que trata em seus conteúdos simbólicos. Portanto, não há uma regulamentação formal e específica no que tange a esta representação midiática-institucional – até houve, no Brasil, há pouco tempo, uma tentativa de regulamentação, que logo foi interrompida. O que há, então, do ponto de vista externo-formal, é o direito à liberdade de imprensa, inscrito na Constituição Federal, que, na prática, consiste

na liberdade de as empresas jornalísticas fazerem representar aquilo que bem entendem, da forma que melhor lhe convir.

Do ponto de vista interno-formal e interno-informal, Hjarvard (2012) observa que a “práxis concreta da produção midiática é, em grande medida, guiada por regras informais que são expressas em rotinas, hábitos e normas implícitas de profissionalismo” (HJARVARD, 2012, p. 70). Essa ausência de um regramento interno-formal justifica-se porque, segundo Traquina (1999), “qualquer tentativa de obrigar o jornalista a seguir uma dada política consistiria um tabu ético e uma clara afronta a um dos pilares da legitimidade profissional, a independência do jornalismo.” (TRAQUINA, 1999, p. 135).

Diante disto, se pode dizer que não há um regramento externo-formal específico, que é mais acentuado nos veículos impressos, como a Folha de São Paulo. Ao contrário, estas instituições amparam-se no direito a liberdade de imprensa, que, para Signates (2011), nada mais é do que o direito da empresa definir-se a si mesma, sem qualquer constrangimento externo-formal. Numa perspectiva interna, existe um regramento informal/implícito, cuja conformação dá-se por ocasião dos hábitos e normas profissionais e da rotina produtiva. Portanto, o caminho a seguir, para compreender a lógica que subjaz esta representação midiática-institucional, que advém de um espaço regrado, contemplará a discussão teórica destes hábitos, rotinas produtivas e normas profissionais.

A notícia – entendida aqui como todo e qualquer conteúdo proveniente do jornalismo (SOUSA, 2003), e não como gênero discursivo jornalístico específico –, segundo Traquina (2003), é o resultado de um processo de produção que perpassa pela percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima, os acontecimentos, num produto, a notícia. Ora, a notícia é, pois, um produto fabricado por jornalistas e que é comercializado pelas instituições midiáticas, tais como o Grupo Folha, a instituição, e a Folha de São Paulo, o produto comercializado. Para Sodré (2012), a notícia constitui-se numa micronarrativa que parte de um acontecimento factual, inscrito na realidade histórica. “[...] na informação jornalística, o acontecimento   necessariamente *casus facti*, isto  , da ordem da comprovação objetiva e realista.” (SODRÉ, 2012, p. 41). Ele defende que a notícia diz respeito a estes relatos de acontecimentos que prov m da articulação da cultura profissional dos jornalistas, da organização geral do trabalho e dos processos produtivos, enfim, de uma rotina industrial. Ao seu turno, Genro Filho (1989) sustenta que o jornalismo, a notícia, envolve uma forma específica de apreensão e reprodução da realidade, uma determinada funcionalidade técnica e uma linguagem, cujo centro assenta-se sobre a singularidade. Ele diz ainda que “Os *factos*

jornalísticos são um recorte do fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo.” (GENRO FILHO, 1989, p. 188).

Portanto, a notícia, que enseja o que se tem aqui denominado por uma representação midiática-institucional, nada mais é do que aquelas micronarrativas que preenchem as páginas dos jornais, o tempo do rádio e da tevê e as ‘páginas’ da internet, desde que sejam produzidos por jornalistas situados em organizações jornalísticas. Sua produção compreende a seleção e transformação de acontecimentos em notícias (TRAQUINA, 2003), acontecimentos estes inscritos na realidade histórica (SODRÉ, 2012) e dela retirados (GENRO FILHO, 1989). Importa aqui perceber que a transformação de certos acontecimentos em notícias obedece a parâmetros delineados pela cultura profissional e pela rotina estabelecida pela organização.

Traquina (2003) sublinha que a notícia é o resultado de um processo de interação social amplo, cuja realidade social é apenas uma das condições a partir das quais ela se estrutura. Entre estas outras condições, ele menciona: as rotinas e os constrangimentos organizacionais, as narrativas que orientam o que escrevem os jornalistas; e as identidades das fontes²⁶ de informação com quem os jornalistas falam. Wolf (1999) enxerga esta interação que dá forma à notícia a partir de uma dupla articulação entre a ideologia profissional e as rotinas produtivas impostas pelas organizações. De um lado:

Na produção de informações de massa, temos, portanto, a cultura profissional, entendida como « um inextricável emaranhado de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, relativos às funções dos mass media e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que superintendem à sua confecção. A ideologia traduz-se, pois, numa série de paradigmas e de práticas profissionais adoptadas como naturais » (Garbino, 1982, 10). (WOLF, 1999, p. 82).

Por outro lado:

[...] há restrições ligadas à organização do trabalho, sobre as quais se criam convenções profissionais « que determinam a definição de notícia, legitimam o processo produtivo, desde a utilização das fontes até à selecção dos acontecimentos e às modalidades de confecção, e contribuem para se precaver contra as críticas do público » (Garbarino, 1982, 12). (WOLF, 1999, p. 82).

A consideração destes dois elementos como essenciais para a compreensão das notícias confere as bases da teoria conhecida como *newsmaking* (WOLF, 1999; TRAQUINA, 2003, 2005; TEMER, NERY, 2009). Sobre o primeiro aspecto, Kunczik (2002) escreve, a partir de Kepplinger, que os jornalistas compartilham um sistema de identidade gremial, que

²⁶ As fontes, segundo Traquina (2003), tratam-se de pessoas a que o jornalista recorre para obter informações.

reúne valores ocupacionais comuns e que há um acordo no que concerne ao seu papel social e profissional. Ele aponta ainda que:

Fala-se nas atividades gremiais um idioma comum a que os leigos só têm acesso parcial; o grupo gremial controla as atividades ocupacionais de seus membros, há um delineamento muito claro entre estes e seu ambiente social e ele guia a seleção e a socialização gremial dos novos membros da ocupação. (KUNCZIK, 2002, p. 34-35).

Segundo Traquina (2003), os jornalistas são membros de uma comunidade profissional e que compartilham um vocabulário de precedentes, cujo aprendizado dá-se por osmose. Este vocabulário comporta um saber de reconhecimento, que trata da capacidade de se reconhecer quais acontecimentos possuem valor notícia; um saber de procedimento, que compreende os conhecimentos necessários para realizar a recolha e tratamento dos dados; e, por fim, um saber de narração, que consiste na habilidade de compilar e empacotar as informações sob um formato específico, a narrativa noticiosa que se erige sob a técnica da pirâmide invertida.

Por ocasião destes saberes de reconhecimento, procedimento e narração compartilhados, Sousa (2006) sustenta que a cultura jornalística é, em grande medida, transorganizacional, e que inclui também uma série de valores, tais como a liberdade, a independência e autonomia, a credibilidade, a verdade, a objetividade, o rigor, a honestidade, a exatidão, a equidistância e etc.. Neste sentido, Traquina (2003) nota que:

Com a profissionalização dos jornalistas, ao longo dos séculos XIX e XX, foram estabelecidos valores como a objetividade, a independência, a verdade, bem como a elaboração de normas que constroem os contornos de representações profissionais bem definidos do “bom” e do “mau” jornalista. A ideologia jornalística e a sociedade fornecem igualmente um *ethos* que define para os membros da comunidade jornalística que o seu papel social é de informar os cidadãos e proteger a sociedade de eventuais abusos de poder [...] O *ethos* jornalístico tem sido determinante na elaboração de toda uma mitologia que encobre a actividade jornalística e que não só marca os próprios profissionais do campo jornalístico como também tem sido projectado no imaginário colectivo da própria sociedade. (TRAQUINA, 2003, p. 122)

Então, além deste saber específico, há também uma identidade profissional compartilhada, cujos valores essenciais são a liberdade e a objetividade, valores estes designados e exigidos destes profissionais por ocasião da função a eles designada pela teoria democrática, de proteger o cidadão de abusos por parte dos governantes e, de outro lado, mantê-los informados, de tal maneira que eles consigam exercitar seus direitos e expressar suas preocupações (TRAQUINA, 2005). Nesse sentido, Soloski (1999) conta que:

A visão romântica do jornalismo é a de um repórter em cruzada que, para grande espanto de um rabugento mas benévolo editor, investiga um dos mais infames políticos da cidade, e depois de árduo trabalho e um pouco de sorte, apanha o político «em flagrante», ajuda a mandá-lo para a prisão e melhora a vida dos oprimidos e desprotegidos. Este mito tem muitas versões, algumas menos grandiosas mas todas elas mais ou menos iguais. (SOLOSKI, 1999, p. 91).

Ao seu turno, Soloski (1999) observa que o ideal profissional jornalístico estabelece uma série de normas de conduta, tendo preponderância a objetividade, à medida que permeia os saberes de reconhecimento, procedimento e narração. “[...] a objectividade não significa que eles [os jornalistas] são observadores imparciais de acontecimentos [...] mas que procuram e relatam os factos do modo mais imparcial e equilibrado possível.” (SOLOSKI, 1999, p. 96). Para ele, estas indicações profissionais, sendo constituídas independentemente de qualquer organização jornalística, são um mecanismo de controle transorganizacional, cujo aprendizado dá-se através da educação profissional formal e no estágio profissional. Além disto, estas indicações fornecem aos jornalistas uma base de poder independente, mesmo que relativo, que pode ser empregado em sua defesa diante de constrangimentos organizacionais que violem este ideário profissional. Por outro lado, diz Soloski (1999), o profissionalismo jornalístico é um meio eficiente e efetivo de controle e de recompensas dos jornalistas, à medida que estabelece linhas-mestras de comportamento.

Conforme se disse aqui, este ideário compartilhado, este *ethos* (TRAQUINA, 2003), que ao mesmo tempo garante certa autonomia aos jornalistas, configura-se também como controle transorganizacional, não é o único fator que entra em cena quando da produção das notícias. Existe também um regramento organizacional, que Soloski (1999) chama de meio de controle interorganizacional, que aglutina a linha editorial (a orientação política do veículo, que se poderia assimilar à angulação de que já se falou anteriormente) e aqueles constrangimentos impostos pela rotina produtiva.

Neveu (2006) adverte que todo este *ethos* transorganizacional “se desenvolvem e se constroem dentro dos limites de uma estrutura de interdependências com sua hierarquia, seus colegas e suas fontes” (NEVEU, 2006, p. 76). Não à toa Genro Filho (1989) pontua que a notícia está subordinada a normas e procedimentos técnicos que a distinguem lógica, linguística e epistemologicamente da linguagem comum. Continua Genro Filho (1989):

De qualquer modo, a singularidade reproduzida no jornalismo através do sistema de transmissão e reprodução técnica dos meios de comunicação, não é a mesma experimentada ou percebida no âmbito da vivência pessoal. A exteriorização técnica e social da mediação implica uma racionalização e especificação os procedimentos (GENRO FILHO, 1989, p. 130).

É oportuno, neste momento, tratar da natureza desta racionalização, e dos constrangimentos que enseja, à medida que o jornalismo se desenvolve e se constrói dentro dos limites que lhe impõe a organização. Temer e Nery (2009) assemelham a racionalização dos veículos de comunicação de massa àquela que rege a rotina de um hospital:

Como os hospitais, que reduzem cada doente a um conjunto de sintomas e de doenças, a grande quantidade de fatos que potencialmente podem vir a ser notícia obriga os meios de comunicação a tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido (inclusive, os excepcionais) como acontecimento notável, elaborar formas de relatar os acontecimentos que permitam o tratamento de cada fato ocorrido, organizando o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir temporal e espacialmente e ser trabalhados de forma planejada. (TEMER, NERY, 2009, p. 65).

Para Temer e Nery (2009), a planificação/regramento/racionalização interorganizacional se justifica por ocasião da necessidade de a organização manter uma dinâmica regular de produção. Traquina (2003, 2005) pondera que as empresas jornalísticas, em face da imprevisibilidade de sua matéria-prima (o acontecimento) operam uma ordenação do tempo e do espaço. Neste ponto, Kunczik (2002) fala da existência de um planejamento diário, o qual permite a escolha dos fatos notáveis a tempo de lhes destinar mão-de-obra (jornalistas, fotógrafos etc.) e recursos necessários à produção. Por outro lado, esta ordenação espaço-temporal, este planejamento, impede divulgação de outros acontecimentos, por exemplo, aqueles que chegam ao jornalista depois do período de expediente e/ou no final de semana. Esta ordenação, portanto, tem peso teórico, pois todo acontecimento que fugir deste período espacial e temporal de cobertura jornalística não se tornará notícia (TRAQUINA, 2003).

A respeito da ordenação espacial, Traquina (2005) conta que as empresas jornalísticas estendem, no espaço, uma rede noticiosa (*news net*) para “captura” dos acontecimentos noticiáveis. Esta rede é construída sobre três estratégias: 1) ocorre a definição de uma territorialidade; 2) realiza-se uma especialização organizacional, uma vez que alguns jornalistas são designados para cobrir, regularmente, determinadas organizações e 3) a especialização temática, que diz respeito às temáticas que os jornais se propõem a tratar. Traquina (2003) diz que esta rede faz transparecer a seriedade que existe na relação entre jornalistas e fontes, o investimento feito para o cultivo destas fontes de informação e, mais importante, os critérios de avaliação dos acontecimentos que os jornalistas utilizam para levar a cabo seu trabalho.

Sobre a ordenação temporal, Traquina (2005) explica que as empresas jornalísticas tentam impor ordem sobre o tempo, o que redundaria num *biorritmo próprio*. Sobre este biorritmo, o autor escreve.

[...] se espera que os acontecimentos com valor-notícia se concentrem durante as horas normais do dia. Durante estas horas, as organizações jornalísticas têm o grosso de seus repórteres e fotógrafos disponíveis para cobrir 'estórias'. A ocorrência de um acontecimento antes ou depois destas horas tem que apresentar uma evidência clara de caracterização como acontecimento com valor-notícia (TRAQUINA, 2005, p. 183-184).

Sobre este *biorritmo próprio* de que fala Traquina (2005) é ilustrativa a descrição que faz Sousa (2006) a respeito do dia a dia da redação, o local onde os acontecimentos são transformados em notícias:

O dia num órgão jornalístico começa sempre algum tempo antes, seja um ou mais dias, semanas, meses ou até anos. As publicações jornalísticas dependem da planificação. A planificação expressa-se na agenda dos assuntos a cobrir. Esta, por sua vez, é construída ao longo do tempo, em função das informações que chegam à redação (processo de agenda-building), que são avaliadas e filtradas pela Secretaria de Redação, pela Chefia de Redação e pelos editores, sob a supra-coordenação da Direcção. (SOUSA, 2006, p. 205)

Sousa (2006) defende que esta delimitação operada pelas organizações jornalísticas suscita buracos na cobertura informativa. Com efeito, mesmo acontecimentos importantes podem não ser noticiados, simplesmente porque não se inserem na espacialidade da *news net* ou na temporalidade do biorritmo institucional-midiático. Assim sendo:

As redes dos órgãos jornalísticos podem apresentar buracos de grandes dimensões (Sousa, 1997), falhando diversos acontecimentos dignos de se tornarem notícias [...] Temporalmente, a agenda também pode ter buracos, já que é durante o 'horário de expediente que as organizações noticiosas podem contar com a maior parte dos jornalistas. (SOUSA, 2006, p. 223).

A rede noticiosa e o biorritmo erigidos pelas organizações jornalísticas, a fim de dar conta da natureza imprevisível de sua matéria-prima (os acontecimentos), vez que há sobre elas também a tarefa de produzir uma quantidade determinada e regular de notícias (produto), suscitam uma rotinização, uma racionalidade, nos termos de Genro Filho (1989), que ora articula-se à cultura profissional jornalística, ora lhe impõe constrangimentos, sem, no entanto, ferir sua quintessência, seus princípios universais. Do ponto de vista teórico, o enlace da cultura profissional e da rotinização produtiva têm sido observado a partir do conceito de noticiabilidade (*newsworthiness*), que, em última instância, determinam quais os acontecimentos tornar-se-ão notícia.

Segundo Wolf (1999), a noticiabilidade reúne um conjunto de requisitos que se exige dos acontecimentos e se estrutura a partir de princípios relacionados à estrutura dos órgãos de informação e dos ideais jornalísticos. “Tudo o que não corresponde a esses requisitos é excluído, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional.” (WOLF, 1999, p. 83). Para Temer e Nery (2009) a noticiabilidade, admitindo a notícia como produto de um processo organizado, pode ser enxergada também como procedimento de fins práticos, cujo objetivo é reunir os fatos, avalia-los de forma simples e direta e transformá-los em notícia.

Silva (2005) define noticiabilidade como:

[...] todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. (SILVA, 2005, p. 2).

Temer e Nery (2009) argumentam que a noticiabilidade consiste num processo de caráter negociado, à medida que é resultado de uma mistura cuja articulação dá-se sempre de modo diferente e no qual os fatores envolvidos têm importância desigual. Segundo elas, entre estes fatores se pode ressaltar: a) a avaliação individual de cada acontecimento tendo como parâmetro experiências organizacionais; b) o emprego dos valores-notícia (que se verá adiante em detalhes); c) a utilização das fontes de informação; d) a composição de noticiário como compromisso entre elementos pré-definidos; e) o caráter elástico e dinâmico das organizações em face da imprevisibilidade dos acontecimentos, apesar da racionalização organizativa. Neste âmbito, Wolf (1999) conclui:

Na minha opinião, o aspecto negocial consiste no facto de a avaliação de noticiabilidade ser sempre o resultado de uma mistura, articulada sempre do modo diferente, em que os factores em jogo têm sempre um «peso específico» desigual. O «fato» jornalístico seria, neste caso, não uma capacidade «misteriosa» para captar notícias, mas uma capacidade standard (adquirida a partir de parâmetros delimitáveis: os valores/notícia) para agrupar «instantaneamente», num ponto de equilíbrio, factores bastante diversos. (WOLF, 1999, p. 111).

Do ponto de vista prático, pode-se perceber o peso da noticiabilidade no interior dos três momentos do processo produtivo, demarcados por Wolf (1999): i) a recolha dos acontecimentos, ii) a seleção daqueles que se tornarão notícia e iii) sua apresentação num formato específico. Sobre a recolha, Wolf (1999) destaca que se outrora eram os jornalistas que saíam às ruas à caça da notícia, hoje, pelo contrário, são as notícias que procuram os

jornalistas, o que, segundo o autor, contradiz a máxima profissional pontuada aqui por Soloski (1999). Isto leva a uma dependência das agências de notícias, das assessorias de comunicação e, portanto, de algumas fontes, que se organizam para cumprir as exigências estabelecidas pelos jornalistas. “Na enorme maioria dos casos, trata-se de material produzido em outro lugar, que a redacção se limita a receber e a reestruturar” (WOLF, 1999, p. 96). O autor argumenta que esta dependência de algumas fontes se justifica também – assim como a *news net* e o *biorritmo próprio* operados por estas organizações – pelo imperativo de se manter um fluxo constante e seguro de produção. Interessa aqui tratar da relação jornalista-fonte, à medida que os movimentos sociais podem ser considerados, pelos jornalistas, como fontes.

A fonte, na *práxis* jornalística, diz respeito à pessoa/grupo/organização a que o jornalista observa e/ou entrevista, e dela obtém alguma informação. Wolf (1999) e Traquina (2003) observam que, para tornar-se fonte jornalística, a pessoa/grupo/organização deve possuir certos atributos, são eles: autoridade, produtividade e credibilidade, segundo Traquina (2003); produtividade, credibilidade, respeitabilidade, garantia e disponibilidade, segundo Wolf (1999). Estes não são os únicos atributos que se pode indiciar, entretanto o que importa extrair deles é que a sua exigência, por parte dos jornalistas, leva, segundo diversos autores (WOLF, 1999; TRAQUINA, 2003, 2005; SOUSA, 2006), a dependência de organismos oficiais, grupos de poder e etc., isto é, a fontes oficiais. “Devido a estes critérios é fácil compreender que as fontes oficiais correspondem melhor que as outras as necessidades organizativas” (TRAQUINA, 2003, p. 106). “Tendencialmente, as fontes oficiais correspondem melhor do que as outras a essas necessidades organizativas das redacções.” (WOLF, 1999, p. 99).

Sobre esta dependência às fontes oficiais, Kunczik (2002) acrescenta que:

[...] os meios de comunicação diários precisam produzir notícias ininterruptamente. Para a coleta e/ou produção de notícias, isso significa que se deve assegurar um fluxo contínuo de informações. Essa compulsão para produzir notícias de maneira ininterrupta faz necessariamente com que as pessoas ou instituições que constituem fontes reconhecidas de informação digna de divulgar-se sejam as fontes preferidas. Isso é tanto mais certo quanto mais alta for a posição social de uma pessoa ou instituição. (KUNCZIK, 2002, p. 259).

Portanto, pode-se sugerir que:

As fontes não são iguais. Elas não são iguais em posição. Não são iguais em relevância social. Não são iguais em poder de influência. Não são iguais nos meios a que recorrem. Não são iguais no volume de produção de informação direccionada para os jornalistas, nem na qualidade das mensagens que emitem, etc. (SOUSA, 2006, p. 224)

No que toca ao acesso à representação institucional-jornalística, Molotch e Lester (1999) sustentam que este acesso pode se dar de três maneiras: habitual, disruptivo e direto. O acesso habitual, como a própria expressão deixa claro, ocorre quando o indivíduo/grupo/organização está tão localizada que suas necessidades de acontecimento, em geral, coincidem com as dos jornalistas. É o caso, por exemplo, de figuras políticas-institucionais de grande monta, como o presidente da República, cujo acesso continua para além do tempo e do assunto: “[...] o acesso habitual encontra-se geralmente entre aqueles com extrema riqueza ou outras fontes institucionais de poder. De facto, este poder é tanto um resultado do acesso habitual como uma causa contínua desse acesso.” (MOLOTCH, LESTER, 1999, p. 44).

Por outro lado, os menos poderosos também podem ter acesso ao campo jornalístico, embora em menor medida, através de um acesso que Molotch e Lester (1999) chamam de disruptivo. Este realiza-se por ocasião da promoção de um acontecimento que implica perturbações às formas habituais de produção de notícias e porque enseja problemas a resolver por aqueles relativamente poderosos, isto é, à ordem-institucional estabelecida. “Eles²⁷ têm de «fazer notícias», entrando em conflito, de qualquer modo, com o sistema de produção jornalística, gerando a surpresa, o choque ou uma qualquer forma latente de «agitação».” (MOLOTCH, LESTER, 1999). Os autores dizem ainda que:

Em casos extremos, reúnem-se multidões num local inapropriado para intervir no plano diário de ocorrências e acontecimentos. Essas actividades constituem, de certa forma, acontecimentos «anti-rotina». Esta óbvia es da actividade normal e a sua ameaça ao mundo social estimula a cobertura dos meios de comunicação (MOLOTCH, LESTER, 1999, p. 45).

Os jornalistas também podem produzir acontecimentos por si mesmos, e aqui reside o acesso direto, segundo Molotch e Lester (1999). Isto poder acontecer quando:

[...] os *news assemblers* [os jornalistas] ao examinarem o registo policial podem detectar que «o crime está a aumentar» ou podem entrevistar e sondar uma população acerca das alterações de comportamento. Este trabalho jornalístico é rotina, no sentido em que criar a ocorrência [...] pode ser uma actividade intencional promovida como acontecimento público” (MOLOTCH, LESTER, 1999, p. 46).

É porque o acesso ao campo jornalístico está assim descrito que a teoria construcionista do jornalismo defende que as notícias legitimam o *status quo*, à medida que a representação midiática-institucional se erige, majoritariamente, a partir de fontes oficiais, daquelas que possuem o acesso habitual, os quais provêm, sobretudo, da estrutura do poder estabelecido (TRAQUINA, 2005). Portanto: “[...] os poderosos tendem a ser representados

²⁷ Os menos poderosos.

em atividades ‘dignificantes’, enquanto as restantes pessoas [...] geralmente são notícia por atividades ‘menos ou nada dignificantes’, como crimes, manifestações” (SOUSA, 2006, p. 225).

Por conseguinte, afirma Kunczik (2002):

Um indivíduo que carece de alguma posição especial na sociedade tem muito poucas possibilidades de tornar-se fonte de notícias; a informação proveniente de tais pessoas tende a ser questionada com mais facilidade. Os grupos sociais que carecem de um acesso rotineiro têm que surpreender os jornalistas mediante ações particularmente inusitadas, organizando pseudo-eventos como manifestações, violência etc. para serem considerados de interesse jornalístico. (KUNCZIK, 2002, p. 268-269).

Não à toa, o acesso aos meios de comunicação de massa está socialmente estratificado e configura-se como poder, poder de se fazer ouvir e, por outro lado, poder de deixar aqueles que não cumprem os pré-requisitos de acesso em silêncio, conforme deixou claro Guareschi (1991), quando advertiu sobre o duplo poder destas instituições midiáticas. Sobre o acesso a esta representação por parte dos movimentos sociais, Traquina (2005) escreve:

Os movimentos sociais com poucos recursos têm dificuldade em ver os seus acontecimentos transformados em notícia. Se pretendem jogar no tabuleiro do xadrez jornalístico, precisam ajustar o seu modo de interação organizacional aos modos das organizações estabelecidas. A cobertura dos movimentos sociais depende em parte da capacidade de criar um aparelho de publicitação e demonstrar a sua vontade em participar na teia de faticidade que sustenta o trabalho jornalístico. (TRAQUINA, 2005, p. 198).

A seleção, etapa intermediária do processo produtivo de notícias, designa um momento em que o material recolhido/recebido é reduzido a uma dada quantidade. “O processo de selecção das notícias pode ser comparado a um funil dentro do qual se colocam inúmeros dados de que apenas um número restrito consegue ser filtrado.” (WOLF, 1999, p. 107). Aqui se pode situar os valores-notícia, embora se saiba que, sua consideração e aplicação, ocorram também na recolha e na apresentação, inclusive é a partir do valor mais saliente que se estrutura a micronarrativa jornalista²⁸. Assim também entende Wolf (1999, p. 107) que “os valores/notícia [...] não sobrevivem apenas no momento da selecção mas um pouco durante todo o processo produtivo, inclusive nas fases de feitura e de apresentação das notícias”.

Antes de considera-los, pelo menos alguns deles, cabe enfatizar que estes valores-notícia consistem num modo de tipificação que possui fins práticos, que tornam possível a seleção do material que chega às mãos dos jornalistas ou que ele recolhe por si próprio. Seus

²⁸ A rigor, a inserção dos valores-notícia neste segundo momento do processo produtivo obedece a imperativos metodológicos.

imperativos são flexíveis e sua aplicação é quase que automática. São, também, dinâmicos (WOLF, 1999). Sobre esta última característica, Temer e Nery (2009) escrevem:

[...] os valores notícia têm caráter dinâmico, mudam os tempos e os valores notícia mudam. Assuntos que há alguns anos não eram importantes constituem atualmente notícia. Um exemplo disso é a cobertura informativa dos movimentos de preservação ambiental. Cada novo assunto, tema ou argumento quando se torna regularmente noticiado representa uma ampliação da esfera informativa. (TEMER, NERY, 2009, p. 70).

Assim como se exigem certos aspectos das fontes, os valores-notícias podem ser vistos também como qualidades que se exigem dos acontecimentos, qualidades estas também elaboradas pelos jornalistas e por eles compartilhados, e que lhes servem como referência para selecionar entre a diversidade de acontecimentos do real-histórico capturados diariamente pelas *news net* e inseridos no *biorrítmo* aqueles que são dignos de tornar-se notícia, ou seja, de serem apresentados, ou melhor, representados.

Sobre estes valores-notícia é imprescindível abordar aqui o clássico estudo de Galtung e Ruge (1999), que se propôs a compreender os fatores (os valores-notícia) que influenciam a cobertura de assuntos estrangeiro. Suas análises apontaram alguns fatores, os quais serão tratados abaixo um a um. Primeiro, se a frequência do acontecimento for diferente do biorrítmo próprio das organizações jornalísticas, provavelmente não se fará registro sobre ele. Ora, “[...] quanto mais a frequência do acontecimento se assemelhar à frequência do meio noticioso, mais hipóteses existem de ser registrado como notícia por esse mesmo meio noticioso.” (GALTUNG, RUGE, 1999, p. 64). Disto eles observam que um acontecimento que tenha, porventura, uma longa duração não será noticiado, a menos que ele atinja seu clímax. Por exemplo, se pode pensar na construção de uma grande barragem, cuja construção por ser demasiado longa não será acompanhada. Por outro lado, sua inauguração terá grandes chances de sê-lo, pois representa seu clímax.

Galtung e Ruge (1999) dizem também que quanto mais forte for o acontecimento e quanto maior sua amplitude, mais provável será seu registro. Neste sentido, “[...] quanto maior a barragem, maior será a vontade de a sua inauguração ser relatada.” (GALTUNG, RUGE, 1999, p. 64). Outro fator detectado por eles insinua que quanto mais claro e inequívoco o acontecimento, mais provável o seu registro. “[...] é preferível um acontecimento com uma interpretação clara, livre de ambiguidades no seu significado, ao que é altamente ambíguo.” (GALTUNG, RUGE, 1999, p. 65). Além disso, quanto mais significativo o acontecimento, mais provável será seu registro. Esta significância diz respeito, primeiro, a uma proximidade cultural, à medida que “[...] aquele que procura o acontecimento

dará particular atenção ao familiar, ao semelhante culturalmente” (GALTUNG, RUGE, 1999, p. 65) e, segundo, à relevância, pois “[...] um acontecimento pode acontecer num lugar culturalmente distante, mas pode ainda estar carregado de significado em termos do que pode implicar para o leitor” (GALTUNG, RUGE, 1999, p. 65-66).

Galtung e Ruge (1999) verificam que quanto mais o acontecimento se aproxima da imagem mental que dele se espera, maiores as chances de se registrá-lo. “No sentido aqui referido as «novas» são, de facto, «velhas», porque correspondem ao que se espera que aconteça – e se estiverem muito longe das expectativas não serão registadas” (GALTUNG, RUGE, 1999, p. 66). E mais: quanto mais inesperado for o acontecimento, mais provável será seu registro. “É o inesperado *dentro dos limites do significativo e do consonante* que atrai a atenção de alguém, e por «inesperado» queremos dizer essencialmente duas coisas: *inesperado* ou *raro*.” (GALTUNG, RUGE, 1999, p. 66). A um fator que diz que se um acontecimento foi já noticiado, provavelmente o será novamente. “[...] consiste na ideia de que logo que alguma coisa atinja os cabeçalhos e seja definida como «notícia», então *continuará* a ser definida como notícia durante algum tempo.” (GALTUNG, RUGE, 1999, p. 66). Os autores notam também que quanto mais acontecimentos houver sobre um dado assunto, mais provável será a cobertura de outro, mesmo que este outro apresente poucos valores-notícias. Por exemplo, quando há um número reduzido de notícias sobre política, a exigência, do ponto de vista dos valores-notícia, será diminuída, posto que o veículo noticioso está-se obrigado a fornecer um quantitativo regular sobre o tema. Por outro lado, quanto maior for a quantidade destas notícias, mais elevados serão os parâmetros para sua seleção, vez que outros assuntos disputam espaço e limitam o espaço destinado as notícias de política.

Outro fator dá conta que quanto mais o acontecimento dizer respeito às nações de elite, mais provável será sua transformação em notícia e, no mesmo sentido, quanto mais o acontecimento dizer respeito às pessoas de elite, mais provável será sua transformação em notícias. “[...] num sistema de comunicação noticioso centrado na elite, não se dá a hipótese às pessoas vulgares de se representarem a si próprias.” (GALTUNG, RUGE, 1999, p. 68), do mesmo modo que não se dará espaço às nações subdesenvolvidas. Galtung e Ruge (1999) sublinham ainda que quanto mais o acontecimento puder ser visto em termos pessoais, mais provável será sua transformação em notícia, isto porque:

A tese é a de que as notícias têm uma tendência para apresentar os acontecimentos como frases onde existe um sujeito, uma denominada pessoa ou coletividade composta por algumas pessoas, e o acontecimento é então visto como uma consequência das acções desta pessoa ou destas pessoas. (GALTUNG, RUGE, 1999, p. 68).

Por fim, Galtung e Ruge (1999) apontam que quanto mais negativo for o acontecimento nas suas consequências, mais provável será sua transformação em notícia. Isto ocorre porque segundo os autores o acontecimento negativo contempla quatro diferentes critérios, ao mesmo tempo: primeiro, satisfazem melhor o critério de frequência; segundo, são mais facilmente consensuais e inequívocos; terceiro, são consonantes com algumas das imagens pré-estabelecidas; e, quarto, são inesperados.

Segundo Temer e Nery (2009), as pesquisas têm apontado cinco critérios de valorização das notícias: 1) critérios substantivos: o grau e o nível hierárquico dos envolvidos, o impacto, a quantidade de pessoas envolvidas, a relevância e significatividade do acontecimento quanto à sua evolução; 2) critérios relativos ao produto: materiais disponíveis, o incomum, o quanto mais negativo melhor, a qualidade da história; 3) critérios relativos aos meios de produção: quantidade de espaço ou tempo de transmissão disponíveis, disponibilidade de recursos audiovisuais; 4) critérios relativos ao público: a imagem que os jornalistas tem de seu público, geralmente abstrata; e 5) critérios relativos à concorrência: impulso para a fragmentação, a centralidade da cobertura sobre pessoas da elite, a geração de expectativas recíprocas e, por fim, a competição. Estes grupos são os mesmos de que fala Wolf (1999), embora no interior deles ele insira diferentes valores-notícia.

Para Wolf (1999), este primeiro grupo reúne considerações que se relaciona ao acontecimento que se pretende notícia. Neste âmbito, quanto maior a notoriedade – posição social de destaque – dos agentes envolvidos, mais noticiável será o acontecimento. Segundo, quanto maior o impacto do acontecimento sobre uma dada localidade, mais noticiável. Aqui estão implícitos dois valores-notícia: a relevância e a proximidade. A quantidade de pessoas envolvidas também é um ponto importante, à medida que os jornalistas atribuem importância aos acontecimentos que reúnem um grande número de envolvidos. O potencial de um acontecimento em suscitar novos episódios relevantes e significativos é também um valor notícia. O insólito também atrai a atenção dos jornalistas. Trata-se de pequenas histórias que atraem a atenção, aqui se situa à máxima profissional de que é notícia quando o homem morde o cão, e não o contrário.

Este grupo de critérios relativos ao produto, em Wolf (1999), considera o quão acessível é o acontecimento, o quão tratável é e se requer grande dispêndio de meios para cobri-lo. Aqui se considera: primeiro, a brevidade; segundo, a ideologia da informação, que prega que constitui notícia aqui que altera a rotina; terceiro, a atualidade, embora esta atualidade seja relativa, pois “«Os jornalistas avaliam a actualidade pelo facto de uma notícia ser actual para eles próprios, assumindo que, se o é, sê-lo-á também para o público.» (WOLF,

1999, p. 91); quarto, a qualidade da história, se possui ação, ritmo, se é clara, e não enfadonha; e quinto, o equilíbrio, que se pode perceber, por exemplo, na cobertura política, a princípio.

Sobre os critérios relativos aos meios de comunicação, Wolf (1999) identifica os seguintes valores-notícia: primeiro, quanto maior e melhor os recursos visuais, mais chances tem o acontecimento de se tornar notícia; segundo, a frequência, pois “quanto mais a frequência do acontecimento se assemelhar à frequência do meio de informação, mais provável será a sua selecção como notícia por esse meio de informação” (WOLF, 1999, p. 93); e, por fim, o formato, uma vez que é compartilhado pelos jornalista a máxima de que as notícias só se tornam notícias quando estão estruturadas narrativamente num formato específico, sob a lógica da pirâmide invertida.

Os critérios relativos ao público, segundo Wolf (1999), englobam dois pontos: primeiro, os jornalistas constroem uma imagem mental sobre seu público e, a partir daí, julga estar apto a escolher entre os mais diversos assuntos, aqueles que lhes interessa; por outro lado, esta imagem lhe fornece pistas de assuntos que não se deve tratar, sob pena de causas traumas ou ansiedade no público. No que tange ao último grupo de critérios, que extrai valores-notícia da relação concorrencial que há entre os veículos, Wolf (1999) destaca que há uma busca pela informação exclusiva, o furo jornalístico; as organizações criam expectativas uma da outra, com efeito, um determinado jornal poderá escolher um dado assunto porque acredita que seu concorrente fá-lo-á; por fim, existem os jornais referência, aqui se decide tratar de um acontecimento porque este veículo referência assim o fez.

Por fim, a respeito destes diversos valores-notícia que nem todos eles são importantes de igual modo, nem todos são relevantes para cada notícia. Disto conclui Wolf (1999) que:

A observação parece reforçar a hipótese do carácter negociado da noticiabilidade, isto é, os critérios relevantes são variáveis, embora de uma forma limitada, de acordo com determinados factores. Isso significa que a «transformação» de um acontecimento em notícia é o resultado de uma ponderação entre avaliações relativas a elementos de peso, relevo e rigidez diferentes quanto aos procedimentos produtivos. (WOLF, 1999, p. 95).

Ora, cabe agora tratar da apresentação. Sobre ela diz Sousa (2006) que a enunciação jornalística, a forma como se dá a representação midiática-institucional, está submetida a determinadas regras. “Uma mensagem jornalística deve cultivar a simplicidade, a clareza, a concisão e a precisão para ser facilmente apreendida e processada. Deve também obedecer a critérios de selecção e hierarquização da informação” (SOUSA, 2006, p. 212). Aqui se situa o saber de narração. Sobre ele, pode-se destacar: a) a estruturação da informação numa

sequência apropriada; b) a apresentação de possibilidades conflituosas; c) a apresentação de provas auxiliares e d) o uso judicioso das aspas (TUCHMAN, 1999). O emprego destes procedimentos narrativos justifica-se, sobretudo, em função da necessidade de se construir um relato objetivo, imparcial. “Além da verificação dos «factos», os quatro procedimentos estratégicos [...] fazem com que o jornalista consiga a objectividade.” (TUCHMAN, 1999, p. 79).

A respeito da estruturação da informação, Tuchman (1999) observa que a micronarrativa jornalística obedece a uma estrutura específica, delimitada segundo os cânones profissionais, transorganizacional. Nesta estrutura a informação mais relevante do acontecimento é apresentada no primeiro parágrafo, denominado *lead*, e cada parágrafo subsequente deve conter informações de menor monta. A esta forma de apresentação se tem chamado por pirâmide invertida. Sobre a relação desta estrutura pré-fixada no que toca à objetividade, Tuchman (1999) pontua:

Até certo ponto, as dificuldades do jornalista são mitigadas pela fórmula familiar de que a notícia preocupa-se com «o quem, o quê, o quando, o onde, o porquê e o como». A isto chama-se os «seis servidores» de uma notícia. Assim, se o jornalista puder afirmar que foi atrás das «coisas mais materiais», ele pode dizer que foi «objectivo». (TUCHMAN, 1999, p. 83).

A apresentação de possibilidades conflituosas consiste na apresentação dos dois lados de uma questão. Por exemplo, segundo Tuchman (1999), se pode pensar na seguinte situação: um senador realiza certa afirmação, a qual não se pode verificar em definitivo. Diante disto, o jornalista procurará outras fontes, que poderão reiterar ou rejeitar a informação dada pelo senador. Ao recorrer a estas outras fontes, acredita-se, do ponto de vista jornalístico, que se está a proceder objetivamente. Acrescenta Tuchman (1999):

Por exemplo, ele [o jornalista] pode perguntar ao ministro da Defesa se a acusação do senador é verdadeira. Se o ministro da Defesa afirma que é «falsa», o repórter não consegue provar que o ponto de vista do ministro é «factual». Ele pode, todavia, escrever que o ministro da Defesa afirmou «B». Ao apresenta tanto a versão «A», atribuída ao senador, como a «B», atribuída ao ministro da Defesa, o jornalista pode, então, reivindicar que está a ser «objectivo», pois apresenta «os dois lados da questão» sem favorecer qualquer indivíduo ou partido político. (TUCHMAN, 1999, p. 79).

A apresentação de provas auxiliares é também um dos procedimentos estratégicos recorrentes na apresentação noticiosa. Ela acontece nas ocasiões em que os jornalistas não possuem provas cabais que atestam a veracidade daquilo que relatam. Em face desta situação, apresentam-se provas auxiliares, ou melhor, fatos suplementares, que se aceita como verdadeiros. Tuchman (1999) exemplifica:

Por exemplo, uma noite, o adjunto do *managing editor* pediu «óbitos mais objectivos» depois de ler um obituário que descrevia o falecido como «músico excepcional». «Como é que sabemos», perguntou, que o falecido era um músico excepcional e não um «músico de meia tigela» que tocava na banda municipal? Responderam-lhe que no interior da notícia se referia o facto de que o falecido tinha tocado com John Philip Sousa. O «facto» suplementar, o editor concordou, justificava a expressão «músico excepcional». (TUCHMAN, 1999, p. 80-81).

O último procedimento identificado por Tuchman (1999) trata do uso judicioso das aspas. Para a autora, este recurso serve para marcar a fala literal da fonte de informação, indicando que a informação que segue entre as aspas pertencem a qualquer pessoa, menos ao repórter. “O uso de citações para fazer desaparecer a presença do repórter da notícia estende-se ao uso das aspas como instrumento de sinalização.” (TUCHMAN, 1999, p. 82). Além disso, ao utilizá-las, os jornalistas acreditam que estão deixando os fatos falarem por si mesmos.

Para efeito de conclusão deste tópico, é conveniente trazer à reflexão a percepção que tem Alsina (2009) sobre a construção da notícia, à medida que se pode identificar nela toda a problemática aqui tratada. Para ele, a construção da notícia é resultado da inter-relação de três mundos distintos: o mundo “real”, o mundo de referência e o mundo possível. O mundo “real” é o mundo dos fatos, dos acontecimentos, inseridos no real histórico. O mundo de referência compreende o ideal jornalístico: “Os mundos de referência são construções culturais que o jornalista estabelece segundo sua enciclopédia” (ALSINA, 2009). Se se pode acrescentar a este mundo de referência os constrangimentos impostos pela organização produtiva, que tanto quanto o ideal profissional influencia o resultado final, isto é, a notícia. Por fim, tem-se o mundo possível, que será o que aqui nos interessa observar a representação midiática-institucional:

Ele [o mundo possível] será aquele que o jornalista construirá levando em conta o mundo “real” e um mundo de referência escolhido. Em resumo, o jornalista não pode estabelecer qualquer mundo possível, mas precisa levar em conta os fatos que ele conhece sobre o assunto que pretende relatar, e as características do mundo de referência a que os fatos o remetem. Esse mundo possível construído dessa forma terá as marcas pertinentes do mundo de referência. (ALSINA, 2009, p. 308).

2.4 – Os efeitos da representação midiática-institucional

A questão dos efeitos dos conteúdos simbólicos produzidos e disseminados pelas instituições midiáticas é objeto de reflexão teórica desde o início da pesquisa em comunicação. Inclusive foi a percepção de que eles produziam efeitos individuais e sociais que instigou sua objetivação e problematização numa perspectiva destacada (BRAGA, 2011).

Como dito aqui no início esta percepção fundou, estruturou e justifica o saber comunicacional, embora ele, nos dias de hoje, não se restrinja única e exclusivamente sobre os efeitos destes conteúdos midiáticos. Tendo o efeito como certo, no campo teórico, reside o intento de compreender em que medida ele ocorre, assim como os fatores que o potencializam e o constroem²⁹. Aqui se inserem uma grande variedade de teorias. Contudo, a discussão que aqui se pretende empreender versará sobre os efeitos da representação midiática-institucional a partir da hipótese da agenda-setting, e, ao final, a ela se buscará aliar a eticidade midiática de Sodré (2008).

A hipótese da agenda-setting tem como ponto de partida a afirmação feita por Walter Lippmann, para o qual a mídia é a ponte que leva às mentes grande parte daquilo que se sabe, o que significava que “[...] los medios de difusión moldean estas imágenes al seleccionar y organizar símbolos de un mundo real que es demasiado amplio y complejo para un conocimiento directo.”³⁰ (MCCOMBS, EVATT, 1995, p. 2). A hipótese da agenda-setting tem como ponto de partida esta noção delineada por Lippmann, mas coube a Maxwell McCombs confirmá-la e apurá-la, dando a ela os seus principais contornos. No que concerne à atuação de McCombs duas pesquisas devem ser aqui consideradas, por ocasião de sua importância estruturante. O primeiro esforço foi levado a cabo em 1968 e o segundo em 1972, nesta ocasião contribuiu também Donald Shaw. O objetivo, de ambas as pesquisas, que se desenvolveram durante as eleições presidenciais norte-americanas, era verificar em que medida os assuntos tratados pela mídia eram inscritos no discurso do eleitor, sobretudo, o indeciso.

A primeira pesquisa empírica realizada de McCombs foi realizada durante a eleição presidencial norte-americana de 1968, em Chapel Hill, na Carolina do Norte. Do ponto de vista metodológico, os eleitores foram convidados a nomear as questões que eles consideravam mais importantes (MCCOMBS, 2000). Foi criado também um ranking dos assuntos inscritos em diversos veículos de comunicação no mês anterior. As respostas dos eleitores foram confrontadas com este ranking midiático, o resultado obtido foi que as questões importantes dos eleitores refletiam de perto as dos meios de comunicação. Houve, portanto, o efeito de agendamento, isto é, de correspondência de agendas, isto porque “[...] o *ranking* de informações importantes classificadas pela mídia corresponde quase perfeitamente

²⁹ Ainda no campo teórico podem-se encontrar preocupações de vertentes absolutamente diferentes. Por exemplo, a Escola de Frankfurt e sua crítica radical a ação depreciativa da indústria cultural procurava elucidar os efeitos perversos dos conteúdos simbólicos produzidos e disseminados pelos meios de comunicação, à medida que eles transformavam a cultura em mercadoria.

³⁰ Tradução livre: “os meios de difusão moldam estas imagens ao selecionam e organizar símbolos de um mundo real que é demasiado amplo e complexo para um conhecimento direto.”

àquilo que foi dito pela agenda pública como sendo os assuntos mais importantes.” (MCCOMBS, 2008, p. 206). Os resultados encontrados apontaram que:

Los medios transmiten a sus audiencias – al dar o restar importancia a un tema, al cubrir más o menos extensamente una noticia – la relevancia y la jerarquización de los problemas que se perciben como importantes. Los medios proporcionan a la consideración de la “mente pública” su propia lista de problemas, los limitan en número, y los ordenan según su prioridad³¹ (LÓPEZ-ESCOBAR, LLAMAS, MCCOMBS, 1996, p. 1).

Segundo Hohlfeldt (1997), a pesquisa de McCombs demonstrou também que o efeito de agendamento não está restrito aos eleitores indecisos, uma vez que há evidência de que ele se estende aos candidatos que concorrem à eleição. Ocorre que estes incorporam às suas agendas políticas determinados pontos inscritos, anteriormente, na agenda midiática. Neste aspecto, McCombs inovou, e vislumbrou os efeitos da mídia num âmbito que Lippmann não descrevera:

A novidade, contudo, é que, mais do que influenciar o eleitor (em princípio, o receptor que estava sendo pesquisado), verificou-se que a mídia terminara por influenciar também os próprios candidatos, fazendo com que muitos deles incluíssem em suas agendas temas que, inicialmente, não constavam das mesmas, mas que, ou por terem sido abordados por seus concorrentes, ou porque foram agendados pela mídia, terminaram por ser considerados pelas agendas dos candidatos. (HOHLFELDT, 1997, p. 46).

Hohlfeldt (1997) diz que apesar dos avanços, muitas dúvidas persistiram. Foram elas que motivaram o segundo empreendimento teórico de McCombs, em 1972. Desta vez, ele e Shaw analisaram novamente a eleição presidencial norte-americana. O recorte compreendeu a cidade de Charlotte Ville, também na Carolina do Norte. O objetivo aqui era outro: certos do efeito de agendamento, relativamente descrito no primeiro estudo, esta etapa procurou identificar as variáveis que entram em cena durante o agendamento. Consistia na descrição dos fatores que potencializam ou limitavam a correspondência de agendas. Em outras palavras, a ideia era identificar as “[...] variables contingentes como el concepto psicológico de necesidad de orientación, el rol de la comunicación interpersonal y la influencia comparada de los diferentes tipos de medios de difusión.”³² (MCCOMBS, EVATT, 1995, p. 6). Além desta mudança no que se refere ao objetivo-nuclear, esta segunda pesquisa trouxe uma consideração significativa, que hoje se encontra bastante aceita e documentada, a respeito da problematização e complexificação no que toca à recepção dos produtos

³¹ Tradução livre: “Os meios de comunicação transmitem ao seu público – ao dar ou minimizar um tema, ao cobrir mais ou menos extensamente uma notícia – a relevância e a hierarquização dos problemas que são percebidos como importantes. Os meios fornecem para a consideração da “opinião pública” sua própria lista de problemas, em número limitado, e classificada por prioridade.”

³² Tradução livre: “variáveis contingentes como o conceito psicológico da necessidade de orientação, o papel da comunicação interpessoal e comparar a influência dos diferentes tipos de mídia.”

simbólicos disseminados pelas instituições midiáticas, consideração esta que não se fez presente na primeira pesquisa de McCombs, conforme se vê quando McCombs e Evatt (1995, p. 6) destacam que “*Aunque la primera fase del desarrollo de la teoría de la agenda setting suponía una audiencia más bien pasiva, la segunda fase contempló a los individuos como consumidores activos que eligen los medios de acuerdo con sus necesidades particulares.*”³³.

Estas duas pesquisas conferiram à hipótese da agenda-setting seu núcleo principal, no qual está inscrito a noção de que os meios de comunicação de massa são capazes, em longo prazo (WOLF, 1999), de transferir a relevância de uma notícia, ou melhor, a relevância por eles dimensionada, para a agenda da sociedade (MCCOMBS, 1996). Ou melhor, aquilo que é noticiado bem como o grau de importância atribuído, frequentemente, é tornado proeminente pelo público, isto porque “[...] *su práctica de estructuración de la realidad social y política, los medios informativos influyen en el agenda-setting de los asuntos sociales alrededor de los cuales se organizan las campañas políticas y las decisiones de los votantes.*”³⁴ (MCCOMBS, 1996, p. 3)

A partir disto a conclusão a que chega McCombs (2000) é que:

What we know about the world is largely based on what the media decide to tell us. More specifically, the result of this mediated view of the world is that the priorities of the media strongly influence the priorities of the public. Elements prominent on the media agenda become prominent in the public mind. (MCCOMBS, 2000, p. 2)³⁵.

Portanto:

Nuestro conocimiento, y más aún, nuestro criterio y nuestra voluntad para obrar conforme a nuestra libertad particular, siguen – y seguirán – siendo nuestros, pero especialmente el conocimiento que tenemos de la sociedad en general, nuestras percepciones de los problemas que nos aquejan como comunidad, y también de las instituciones sociales llamadas al poder, así como la imagen que nos formamos de los individuos que las dirigen y conforman, ya no procede simplemente de la experiencia directa, como pudo haberlo sido en otros siglos, sino de una fuente *mediatizada*.³⁶ (LÓPEZ-ESCOBAR, LLAMAS, MCCOMBS, 1996, p. 2).

³³ Tradução livre: “Embora a primeira fase de desenvolvimento da teoria da agenda supunha uma audiência bastante passiva, a segunda fase olhou para os indivíduos como consumidores ativos que escolhem os meios de acordo com suas necessidades particulares.”

³⁴ Tradução livre: “sua prática de estruturação da realidade social e política, os meios de comunicação influenciam as questões sociais em torno das quais se organizam as campanhas políticas e as decisões dos eleitores.”

³⁵ Tradução livre: “O que sabemos sobre o mundo é em grande parte com base no que a mídia decide nos dizer. Mais especificamente, o resultado desta visão mediada do mundo é que as prioridades dos meios de informação influenciam fortemente as prioridades do público. Os elementos de destaque na agenda midiática tornam-se proeminentes na mente do público.”

³⁶ Tradução livre: “Nosso conhecimento, e ainda mais, a nossa abordagem e nossa vontade de agir de acordo com nossa liberdade particular, continuam – e continuarão – sendo nossas, mas especialmente o conhecimento que temos da sociedade em geral, nossas percepções dos problemas que enfrentamos como comunidade, e também as instituições sociais chamadas ao poder, assim como a imagem que formamos dos indivíduos que as

Ora, a hipótese da agenda setting aponta, portanto, que a agenda de assuntos hierarquicamente construída e disseminada pelas instituições midiática é indexada pelo público, o mesmo ocorrendo com a agenda política. Por outro lado, os assuntos não tratados por esta agenda tendem a permanecer no ostracismo. É neste sentido que se deve entender a afirmação de Guareschi (1991), quando adverte que a mídia é duplamente poderosa. Primeiro porque pode criar uma realidade ao tratar determinados assuntos e, ao fazê-lo, transferi-los, através do efeito de agendamento, à sociedade. Segundo porque pode fazer com que assuntos por ela não tratados simplesmente não “existam” (enquanto tema sobre o qual se deve dar atenção), pelo simples fato de este não estar presente em sua agenda. Isto ocorre, pois:

Num mundo todo permeado de comunicação – um mundo de sinais – num mundo todo teletinformatizado, a única realidade passa a ser a representação da realidade – um mundo simbólico. Uma situação existe ou deixa de existir, à medida que é comunicada, veiculada. (GUARESCHI, 1991, p. 14).

Mais do que isto, a agenda midiática disseminada e absorvida pela sociedade possui forma e significado, ou seja, possui sentido. Este sentido pode ser aqui compreendido a partir daquilo que Jodelet (2009) denomina por horizonte. Diante deste conceito, a agenda midiática não propõe apenas certo número de assuntos considerados por ela importante que se deve saber, ela também direciona o olhar que se deve adotar diante dos assuntos que representa. Logo, ela indica sobre os assuntos que se deve saber, bem como o quê deste assunto se deve saber, tratar-se de uma delimitação de sentido. Aqui reside um ponto importante da hipótese da agenda-setting: a representação institucional midiática atribui atributos àquilo que representa. Com efeito, “[...] *los medios de difusión no sólo sitúan e iluminan ciertas partes del entorno, sino que también le dan significado.*”³⁷ (MCCOMBS, EVATT, 1995, p. 11).

Todo objeto que se pretende representar possui, em sua materialidade, uma grande quantidade de atributos, sendo alguns mais perceptíveis do que outros, que lhes dão contorno e substância. Sobre eles, há de se falar que há, conforme já se viu, a impossibilidade de representa-lo em sua completude, pois a representação, seja a social ou a que aqui chamamos de midiática-institucional, não se configura como cópia, porque é, em verdade, uma construção cuja objeto concreto é uma referência, a partir da qual se erige a representação, que alia ainda fatores psicológicos-cognitivos e sócio-históricos. Por conta disto, para cada

dirigem, já não procedem simplesmente da experiência direta, como poderia ter sido em outros séculos, senão de uma fonte mediada.”.

³⁷ Tradução livre: “os meios de comunicação não somente situam e iluminam certas partes do entorno, mas também lhe dão significado.”.

objeto, há uma agenda de atributos (MCCOMBS, 2000), em geral os mais salientes e consensuais, que possibilita a compreensão. Por assim ser, então:

[...] quando a mídia fala a respeito de um determinado objeto, ela o descreve de certa forma, a mídia nos fala de alguns atributos. Então, não vamos saber apenas dos objetos de que a mídia nos fala, mas também podemos medir muito claramente as características daqueles objetos que estão sendo falados. Acho que o melhor exemplo de um atributo de agenda seria a respeito dos candidatos políticos, que são características desses candidatos que a mídia nos mostra. E esses atributos serão o padrão daquilo que é falado sobre os candidatos. (MCCOMBS, 2008, p. 210).

Sodré (2008) observa este padrão construído pela mídia sobre os candidatos políticos. Sua análise revela que houve, de forma bastante antecipada, a criação de uma representação a respeito do político ideal por parte da mídia, e que esta foi decisiva na eleição brasileira de 1989, quando Fernando Collor venceu Luis Inácio Lula da Silva. A vitória de Collor, para Sodré (2008), deveu-se, principalmente, porque ele conseguiu se situar no horizonte deste político idealizado anteriormente pela mídia. O autor esclarece que:

A realidade era que, desde dois anos antes da eleição, a televisão vinha construindo junto a um público mais amplo, por telenovelas e sub-reptícias inflexões doutrinárias e programas de entrevistas, um cenário ou uma agenda do que deveria ser o chefe-da-nação. Nesta agenda, ratificada pela maior parte da imprensa escrita [...] perdia crédito a imagem do político tradicional – figurado ora como corrupto, ora como ideólogo sectário – e iluminava-se um tipo-ideal afim à mitologia do mercado: aspecto jovial, descomprometido com a classe política, investido de aparências de sujeito de moral pública e com toda a cosmética [...] de apresentador de tevê. (SODRÉ, 2008, p. 30-31).

Este caso que relata Sodré (2008) confere veracidade ao que pontuam McCombs e Evatt (1995) sobre os atributos conferidos pela mídia àquilo que representa, quando afirmam que:

En cada caso, en la cobertura informativa se incluían ciertas facetas o aspectos que quedaban vinculados al tema en las mentes del público: los candidatos presidenciales tienen ciertas cualidades positivas y negativas, las nuevas minas de carbón serán buenas para la comunidad, y la urbanización en torno a un lago local significa algo más que turismo y recreo. Al subrayar ciertos aspectos de un tema o de un candidato, los medios de difusión no sólo influyen en los temas acerca de los que pensamos, sino que, parafraseando a Bernard Cohen, los medios de difusión, tienen un éxito asombroso al influir en cómo pensamos acerca de esos asuntos.³⁸ (MCCOMBS, EVATT, 1995, p. 11).

³⁸ Tradução livre: “Em cada caso, na cobertura informativa se incluíram certas facetas e aspectos que estavam vinculados na mente do público: os candidatos presidenciais têm certas qualidades positivas e negativas, as novas minas de carvão serão boas para a comunidade, e a urbanização em torno de um lago local significa mais turismo e recreação. Ao enfatizar determinados aspectos de uma questão ou de um candidato, a mídia não só influencia os tópicos sobre os quais pensamos, mas, parafraseando Bernard Cohen, a mídia tem um incrível sucesso em influenciar a forma como pensamos sobre tais assuntos.”

Ora, mais do uma agenda de assuntos sobre os quais se devem considerar, a representação midiática-institucional fornece também o horizonte sob o qual o assunto deverá ser pensado. Em outras palavras, cabe também a mídia a definição do prisma sob o qual se vislumbrará as questões por ela suscitadas. “*Al moverse en el mundo y al llamar atención sobre ciertos aspectos de los asuntos en lugar de otros, el proceso de producción de noticias moldea nuestras imágenes mentales sobre el mundo.*”³⁹ (MCCOMBS, EVATT, 1995, p. 2).

Portanto:

La *agenda setting* se refiere a ordenar o dar prioridad a algo más que a los simples temas. Incluye los aspectos de los temas, las ideas y los candidatos. De este modo la aplicación más amplia del modelo de la *agenda setting* se vincula con la noción de encuadre. Independientemente del nombre, se trata de un proceso de selección y prominencia. Al prestar atención a ciertos aspectos, a expensas de otros, y al sugerir ciertas soluciones o respuestas en lugar de otras, los mensajes de los medios de difusión influyen en algo más que en los temas, influyen en el modo en que la gente piensa sobre esos temas⁴⁰ (MCCOMBS, EVATT, 1995, p. 16-17).

A partir da estruturação de uma representação-padrão que se torna parâmetro que, ao mesmo tempo, orienta a representação de temas correlacionados, se se pode questionar se o poder da mídia é duplo, conforme enxerga Guareschi (1991). A rigor, se se a mídia pode tanto produzir um “mundo” a partir daquilo que representa, assim como lhe fornece o horizonte em direção ao qual se tenderá seguir, conferindo-lhe parâmetros, ou seja, os atributos que deve almejar e possuir, e, por outro lado, condena tantos outros “mundos” e horizontes possíveis ao ostracismo, simplesmente por não representa-los, então o poder destas instituições midiáticas e, sobretudo, de seus conteúdos simbólicos é, em sua máxima potência, triplo, não duplo. É porque a representação midiática-institucional suscita uma representação padrão que Sodré (2008) sugere que se está diante de uma eticidade midiática.

Eticidade, segundo Sodré (2008), prov m de *ethos* que diz respeito   consciência atuante e objetiva de um grupo social, e que manifesta a compreensão histórica do sentido de existência, onde residem as interpreta es do mundo, servindo como instância de regula o das identidades individuais e coletivas. A eticidade compreende a forma de vida de um grupo

³⁹ Tradu o livre: “Movendo-se no mundo e a chamar aten o para certos aspectos das questões, em vez de outros, o processo de produ o de notícias molda nossas imagens mentais sobre o mundo.”

⁴⁰ Tradu o livre: “A agenda setting se refere a ordena o e prioriza o de algo mais do que as questões simples. Incluindo aspectos das questões, ideias e candidatos. Deste modo, a aplica o mais ampla da agenda setting se vincula   no o de enquadramento. Independentemente do nome,   um processo de sele o e destaque. Ao prestar aten o a certos aspectos,   custa de outros, e sugerindo determinadas solu es ou respostas ao invés de outras, as mensagens da m dia influenciam em algo mais que os tema, influenciam no modo como as pessoas pensam sobre estas questões”.

social específico, cuja explicitação dá-se nos costumes, hábitos, regras e valores (SODRÉ, 2008). Em última análise:

O *ethos* de um indivíduo ou de um grupo é a maneira ou o jeito de agir, isto é, toda a ação rotineira ou costumeira, que implica *contingência*, quer dizer, a vida definida pelo jogo aleatório de carências e interesses, em oposição ao que se apresenta como necessário, como dever-ser. (SODRÉ, 2008, p. 46).

Para o autor, a eticidade midiática estrutura-se de maneira vicária e está atravessada por injunções de “ter de” e “dever”. Nesse sentido, esta eticidade se desassemelha daquela que prevaleceu em épocas anteriores. “Não se trata mais, portanto, da moral repressiva que impunha [...] ‘grandes sacrifícios’ à sexualidade e aos anseios de liberdade individual [...] e sim agora de uma eticidade injuntiva, exaltativa do desejo individual” (SODRÉ, 2008, p. 50-51). A mídia implica, portanto, uma qualificação da vida que se dá através de uma ordem sub-reptícias de exigências e/ou atributos a partir de uma intersubjetividade vicária e simulada, é por ocasião desta qualificação midiática que o autor insinua que se está defronte uma nova condição antropológica (SODRÉ, 2008).

Há na representação midiática-institucional um discurso prescritivo de injunções do tipo “ter de” e “dever”, cujo convencimento decorre da racionalidade e da credibilidade que se imputa aos enunciados disseminados pelos meios de comunicação de massa. Sobre este discurso prescritivo, Sodré (2008) nota que:

A prescri o moral, como pressuposi es lógicas (aja de tal modo, porque   ‘moderno’, porque   o ‘melhor’, etc., segundo a lógica da inser o social na contemporaneidade), está de fato implícita no discurso midiático. Inexiste san o externa ou explícita para a falha na observância dessa prescri o, mas fica implícita a *vergonha* (fato interno), conseqüente   autodesvaloriza o est tica,   inadequa o pessoal a um padrão.   o padrão identitário valorizado que vai permitir ao indivíduo atingir um *optimum* de reconhecimento social. (SODRÉ, 2008, p. 53).

Para Sodré (2008), a m dia não determina coisa alguma, ela na verdade prescreve uma eticidade que ela própria reconhece e valoriza, e que, por extensão, acaba por orientar a  tica reconhecida e valorizada pela própria sociedade. Este poder de prescri o para o autor assemelha-se ao poder de nomear, e “[...] implica apropriar-se de algum modo daquilo que se nomeia, mas pode t mm implicar a própria cria o daquilo de que fala” (SODRÉ, 2008, p. 61). Novamente Sodré (2008) vai exemplificar aquilo de que fala no âmbito político. Desta forma, ninguém vota num político porque assim mandou-lhe a média, contudo a decisão do voto   tomada a partir de um cenário cujas prescri es são, em geral, semelhantes àquelas presentes na agenda midiática sobre o político ideal.

Não obstante, é preciso aqui, a esta altura, relativizar o poder da representação midiática-institucional, vez que, desde a pesquisa que McCombs e Shaw realizaram em 1972, o processo de recepção, no quadro da hipótese da agenda setting, é ativo. Neste sentido, convém de agora em diante pensar os fatores que contingenciam os efeitos de agendamento. McCombs (2008) defende que os limites da agenda setting podem ser discutidos a partir do que denomina de princípio psicológico da necessidade de orientação, que nada mais é do que o desejo inato do ser humano de compreender o seu entorno. Ele diz que:

Innate within each one of us is the need to understand the environment around us. Whenever we find ourselves in a new situation, there is an uncomfortable psychological feeling [...] Recall, for example, your initial feeling upon visiting a foreign city. This innate need for orientation also exists in the civic arena [...] In all these situations, and many more, people experience a need for orientation. (MCCOMBS, 2000, p. 9)⁴¹.

A partir deste princípio, McCombs (1996) defende que os indivíduos quando diante de uma situação desconhecida, esforçam-se para obter orientação. Esta orientação poderá ser dada pela mídia, caso seja haverá então o efeito de agendamento. Partindo desta necessidade de orientação, o autor identifica dois aspectos que determinam a influência da mídia, no contexto da hipótese da agenda setting: a) a relevância, para o receptor, daquilo de que fala a notícia; e b) o quanto o receptor sabe sobre aquilo de que fala a notícia. Ora, se o indivíduo não considera relevante aquilo que está representado, obviamente que não haverá por que procurar orientação. Agora, por outro lado, se a quantidade de informações de que dispõe o receptor sobre o assunto representado pela notícia lhe for já sabido e/ou suficiente, novamente não haverá por que se orientar. Portanto, o efeito de agenda setting – ou seja, a transposição de agenda – será maior quando o tópico do qual fala a mídia for relevante para o receptor e, ao mesmo tempo, pouco sabido. “Quanto maior a necessidade por orientação, mais forte é o efeito do Agenda-setting.” (MCCOMBS, 2008, p. 208). Por outro lado, quanto menor a necessidade, menor a influência.

Sendo assim:

La influencia del agenda-setting de los medios de información aumenta con el grado de necesidad de orientación entre la audiencia. Pero esta influencia se apoya prioritariamente en temas no entorpecedores y distantes de lo personal. Algunos temas, como la inflación en general o el precio de la gasolina irrumpen en nuestra vida cotidiana. Nuestra experiencia en estos casos es directa y no dependemos de los medios de información para

⁴¹ Tradução livre: “Inato dentro de cada um de nós está a necessidade de compreender o ambiente que nos rodeia. Sempre que nos encontramos numa situação nova, há uma sensação psicológica desconfortável [...] Lembre-se, por exemplo, o seu sentimento inicial ao visitar uma cidade estrangeira. Esta necessidade inata de orientação também existe na arena cívica [...] Em todas essas situações, e muito mais, as pessoas experimentam uma necessidade de orientação.” (MCCOMBS, 2000, p. 9).

conocer su significado. Tanto la experiencia personal como la necesidad de orientación son condiciones contingentes que aclaran en gran manera el funcionamiento para el proceso de establecimiento de un agenda-setting.⁴² (MCCOMBS, 1996, p. 14).

McCombs (1996) discute a necessidade de orientação no contexto eleitoral:

Los votantes que se cara que se caracterizan por tener un gran interés en las elecciones y un alto grado de incertidumbre sobre los acontecimientos, es decir, aquellos con una gran necesidad de orientación, son susceptibles de considerable influencia por parte del agenda-setting. Estos individuos se exponen a una mayor cantidad de noticias sobre la campaña y sus aspectos, y coherentemente con la hipótesis básica del establecimiento del agenda-setting, sus propios agenda-setting reflejan mucho más fielmente los de los medios de información. En contraste, los votantes con poca necesidad de orientación se exponen a menos noticias sobre la campaña política y manifiestan un menor acuerdo con los avances del agenda-setting expuestas por los medios informativos.⁴³ (MCCOMBS, 1996, p. 7).

À guisa de conclusão, a hipótese da agenda-setting diz que a agenda de assuntos e prioridades construída pelas instituições midiáticas e por ela disseminada de forma generalizada é absorvida pelo público. Esta absorção dependerá da necessidade de orientação que o receptor possui sobre o tema tratado pela agenda midiática. Quanto maior for sua necessidade de orientação, maior será o efeito de agendamento. Quanto menor a necessidade, menor o efeito. Desta forma, o efeito da representação midiática-institucional será maior justamente naqueles temas com os quais o receptor não possui uma experiência direta, mas que, por um lado, é por ele considerado relevante. Por outro lado, aquilo sobre o que fala a mídia, aquilo que ela representa, está circunscrito numa agenda de atributos, os quais fornecem um horizonte, nos termos de Jodelet (2009), que suscita, ao final, uma representação-padrão ou, nos termos de Sodré (2008), uma eticidade.

⁴² Tradução livre: “A influencia da agenda-setting dos meios de informação aumenta com o grau de necessidade de orientação do público. Mas esta influencia é baseada principalmente em tema não entorpecentes e distantes de questões pessoais. Algumas questões, como a inflação geral ou o preço da gasolina aparecem nossa vida cotidiana. Nossa experiência em estes casos é direta e não dependemos dos meios de informação para conhecer seu significado. Tanto a experiência pessoal como a necessidade de orientação são fatores contingentes que esclarecem o funcionamento do processo de estabelecimento do agendamento”.

⁴³ Tradução livre: “Os eleitores que possuem um grande interesse pelas eleições e um alto grau de incerteza sobre os eventos, ou seja, aqueles com uma elevada necessidade de orientação estão sujeitos à influência significativa por parte do agendamento. Estes indivíduos são expostos a mais notícias sobre campanha e os seus aspectos, e em linha com a hipótese básica do estabelecimento do agendamento, a sua própria agenda reflete muito fielmente a agenda dos meios de informação. Em contraste, os eleitores com pouca necessidade de orientação estão expostos a menos notícias sobre campanhas política e manifestam um menos acordo com os avanços do agendamento expostos pela mídia informativa.”.

3 – A proposta metodológica

Este capítulo trata do percurso metodológico aqui adotado para responder à questão-problema que norteia esta dissertação. Assim sendo, o primeiro tópico realiza as delimitações amostrais e apresenta os procedimentos de análise. O segundo traz a análise dos dados, realizada em duas frentes: uma análise quantitativa e uma análise de conteúdo de viés qualitativo.

3.1 – Amostra e procedimentos de análise

É sabido desde o título desta dissertação que é o jornal Folha de São Paulo, do Grupo Folha, o veículo que aqui interessa observar. Aqui cabe justificar a escolha, que foi feita porque, primeiro, trata-se de um dos grandes jornais impressos de circulação nacional e, por consequência, de grande impacto político e social; segundo, o veículo disponibiliza, gratuitamente, um sistema de busca online acessível no endereço http://acervo.folha.uol.com.br/busca_detalhada, através do qual é possível localizar, nas edições anteriores, conteúdos de interesse, a partir de determinadas palavras ou expressões-chave em um dado intervalo temporal, o que facilita a busca, poupa trabalho, evita a perda de registros e, enfim, reduz os custos da pesquisa; e, por último, além deste sistema de busca, a Folha de São Paulo também disponibiliza, na internet (<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp>), todas as edições anteriores na íntegra, isto é fundamental para uma inserção contextual dos conteúdos localizados pelo sistema de busca.

Do ponto de vista temporal, compuseram a amostra apenas as matérias publicadas entre os dias 1 a 31 de março de 2015. Sobre esta delimitação, cabe dizer que no referido mês aconteceram grandes manifestações realizadas por diferentes movimentos sociais, como por exemplo as dos dias 13 e 15 de março, sendo esta última considerada pela Folha de São Paulo como o maior “ato político” desde as Diretas Já⁴⁴. Esta delimitação temporal foi inscrita no sistema de busca da Folha, na opção “Escolha o período”. A fim de localizar os conteúdos de interesse (aqueles relativos aos movimentos sociais e às manifestações por eles realizadas) foram utilizadas as seguintes expressões-chave: movimento social, movimentos sociais, manifestação, manifestações, protesto e protestos. Estas expressões foram inseridas no campo

⁴⁴ Sobre o ato político superior à manifestação do dia 15 de março de 2015, a Folha se refere à manifestação do dia 16 de abril de 1984, em São Paulo, quando o Datafolha estimou 400 mil manifestantes.

“com todas as palavras”. As opções “Caderno” ou “Tema”, da busca, não foram utilizadas. Os resultados da busca foram vistos um a um, porém apenas os que se referiam ao objeto da análise compuseram a amostra. Além disto, durante a leitura flutuante – momento da análise que se relatará adiante – todas as edições do dia 1 ao dia 31 foram visualizadas página por página, à procura de conteúdos não identificados pelo sistema de busca a partir das expressões-chave empregadas. Ainda no que diz respeito à amostra cabe esclarecer que apenas os textos opinativos (artigos e comentários assinados, bem como as colunas) não foram considerados. Além disto, não compuseram a amostra matérias referentes a movimentos sociais e manifestações do estrangeiro.

Assim delimitada, a amostra reuniu 64 matérias e 13 chamadas de capa, que se referem a algumas destas 64 matérias. Para analisa-la, a presente dissertação adotou a perspectiva bardiniana de análise de conteúdo, que se compreende como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2010, p. 44).

O emprego da análise de conteúdo compreende o cumprimento de três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados e interpretações. A pré-análise ou leitura flutuante representa o primeiro contato do pesquisador com a amostra. No interior desta etapa três outros procedimentos são levados a cabo: a referenciação de índices, a elaboração de indicadores e a preparação do material. A referenciação de índices diz respeito à menção explícita ou implícita de certos aspectos da mensagem, cujo objetivo é perceber os sentidos atribuídos pelo enunciador (no caso, a Folha de São Paulo) ao enunciado (movimentos sociais e suas manifestações). A etapa subsequente, a elaboração de indicadores, é uma fase em que os índices construídos são contabilizados em termos de frequência e destaque, e aqui reside o viés quantitativo da análise de conteúdo. Estes dois procedimentos proporcionam a formulação e hierarquização de categorias de análise que serão apuradas na última fase da pré-análise, a preparação do material, que abre caminho ao primeiro momento da exploração do material, que é já a segunda etapa da análise de conteúdo.

A exploração do material abrange a aplicação de dois procedimentos: a codificação e a categorização do *corpus* construído na pré-análise. Bardin (2010) diz que a codificação é um processo pelo qual os dados brutos são sistematicamente agregados em unidades, e que assim permitem a descrição das características pertinentes do conteúdo. Aqui, do ponto de vista da

teoria, há a recolha das unidades de registro definitivas (que podem ser ou não as mesmas que se definiu na referência dos índices) e de unidades de contexto (quando necessário, sobretudo no que toca à questão do destaque conferido pela Folha de São Paulo a um dado horizonte representacional), cujo objetivo é contextualizar a unidade de registro, permitindo um entendimento correto. Já a categorização é a circunstância em que as unidades de registro são agrupadas em categorias, com o objetivo de tornar as unidades de registro inteligíveis e analisáveis. Segundo Bardin (2010), o critério para esta categorização pode ser diverso: semântico, sintático, léxico, expressivo e etc.. O presente estudo, no que diz respeito à definição destas categorias, procurou expressões que, em geral, expressassem a condição em que os movimentos sociais e suas manifestações foram representados ou o conflito social de que são porta-vozes. Desta forma, foram estabelecidas quatro categorias, a saber: Citações Indiretas (CI), Protestos de Março (PM), Dia Internacional da Mulher (DIM) e Direito à Moradia (DM).

Sobre os conteúdos reunidos em cada uma destas categorias, cabe dizer que as unidades de registro categorizadas como “Citações Indiretas” reúnem conteúdos em que os movimentos sociais e suas ações são citados indiretamente, ou seja, eles ou aquilo que fizeram é um elemento coadjuvante. Entretanto, as matérias relacionadas aos protestos de 13 e 15 de março, mesmo quando mencionadas indiretamente, foram reunidas na categoria “Protestos de Março”. Sobre esta categoria, ela reúne, basicamente, todas as unidades de registro que se referem aos movimentos envolvidos nas manifestações dos dias 13 e 15 de março. Sobre a categoria “Dia Internacional da Mulher”, ela contém as matérias relacionadas à data, ou seja, a oito de março. E sobre a categoria “Direito à Moradia,” aqui estão reunidos às unidades de registro que citam diretamente movimentos que se relacionam com esta causa/conflito, do direito à moradia. Delimitada estas categorias, seguiu-se à fase final, de interpretação e resultados.

Para Bardin (2010), esta última etapa de interpretação e resultados reúne ainda quatro procedimentos: operações estatísticas, síntese e seleção dos resultados, inferência e interpretação. As operações estatísticas permitem a construção de quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos que conferem relevo visual e quantitativo aos sentidos percebidos. A síntese e seleção dos resultados tratam da escolha de um determinado número de unidades de registro e de contexto suficientes para o desenvolvimento satisfatório das duas etapas seguintes: as inferências e interpretações. Estas serão realizadas a partir de um olhar qualitativo. A análise qualitativa será aqui empregada com a finalidade de compreender os

sentidos expressos nos conteúdos inscritos no interior de cada categoria. Sobre este método é importante dizer que ele não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ao contrário da análise de conteúdo; e, por este motivo, propicia certa elasticidade na condução da análise, o que não significa, necessariamente, o abandono do rigor metodológico que um trabalho de natureza científica exige.

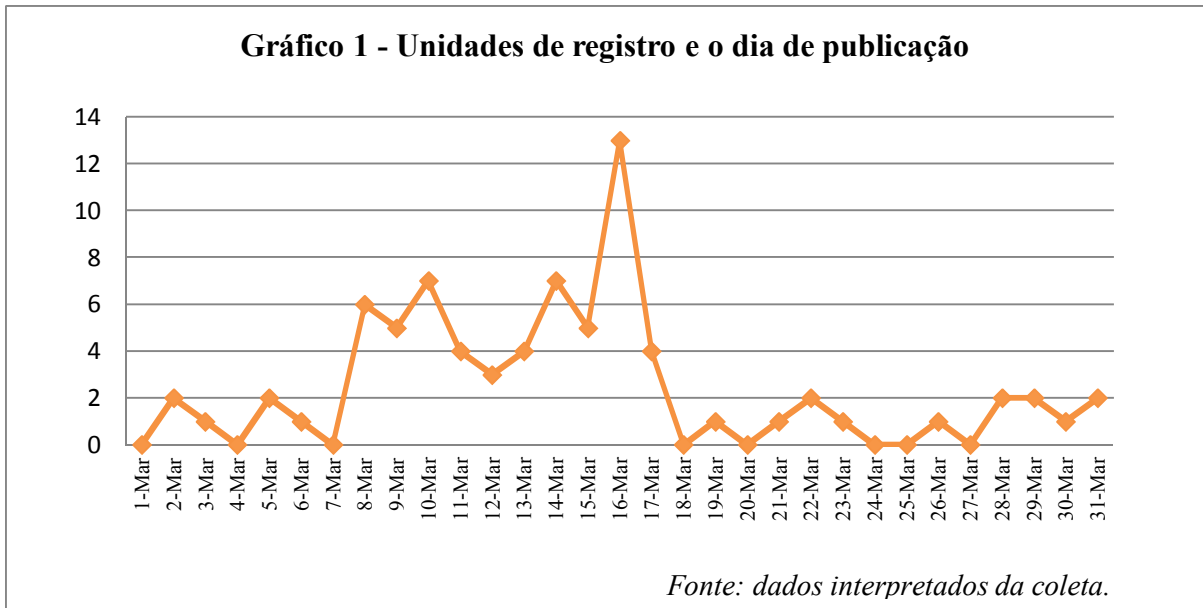
Tuzzo e Braga (2015) dizem que o olhar qualitativo procura entender o processo pelo qual as pessoas/organizações (no presente caso o Grupo Folha, na Folha de São Paulo) constroem e descrevem os significados/sentidos daquilo que enunciam, isto é, como representam aquilo de que tratam. “Ele [o pesquisador qualitativo] pretende conhecer a fundo suas vivências, e que representações essas pessoas [e também organizações] têm dessas experiências de vida” (TUZZO, BRAGA, 2015, p. 150). De tal forma que o método qualitativo:

[...] se assemelha e se aproxima de uma possibilidade real de interpretação da realidade social concreta, vivida e vivenciada no dia-a-dia dos atores sociais, revelando de certa maneira e em grande medida, a partir de dados simbólicos, a realidade (ou parte dela) ao mesmo tempo em que permite em função dos seus múltiplos métodos de análise desvendar múltiplas realidades. (TUZZO, BRAGA, 2015, p. 150).

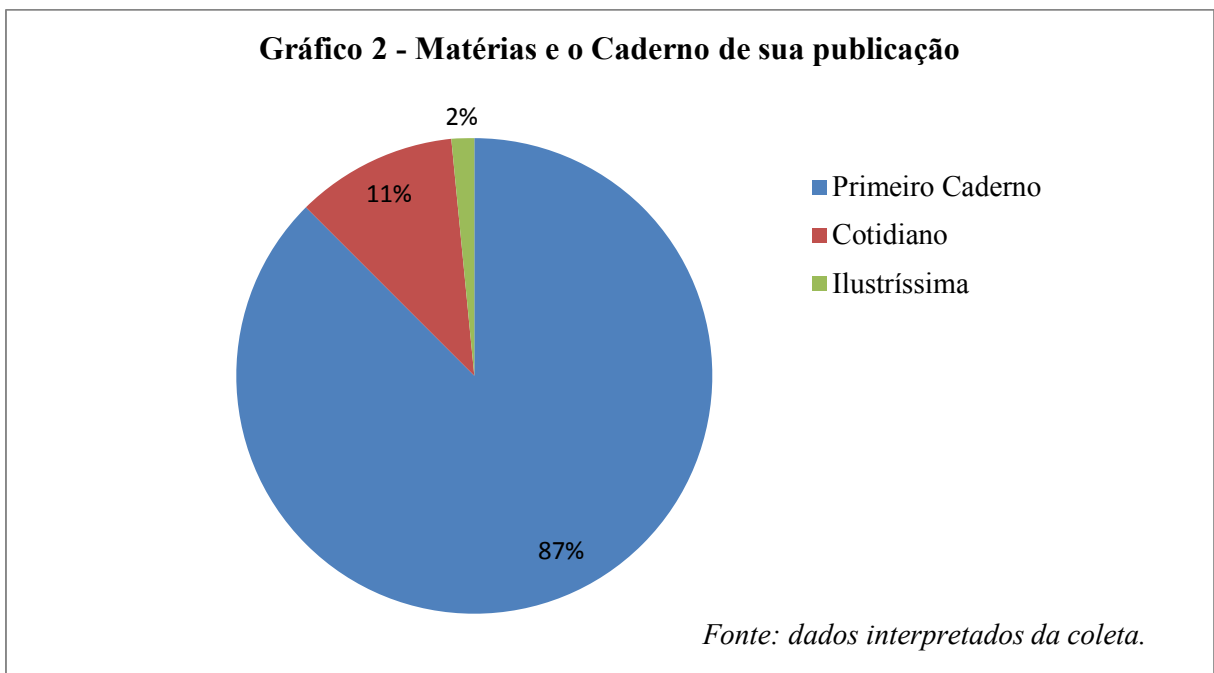
3.2 – Análise dos dados

Inicialmente é importante destacar que há ao final desta dissertação, como apêndice, um quadro (de número 1) que reúne as 77 unidades de registro que compõem a amostra desta dissertação, sendo 64 matérias e 13 capas. Ela apresenta também o dia, o caderno e a página em que foram publicadas, bem como a categoria que se atribuiu a cada unidade de registro. Para auxiliar a visualização da relação matéria-categoria, as linhas, após a data, tem cores distintas: a cor verde corresponde à categoria Citações Indiretas (CI); a cor marrom à categoria Protestos de Março (PM); a cor amarela à categoria Dia Internacional da Mulher (DIM); e a cor laranja à categoria Direto à Moradia (DM).

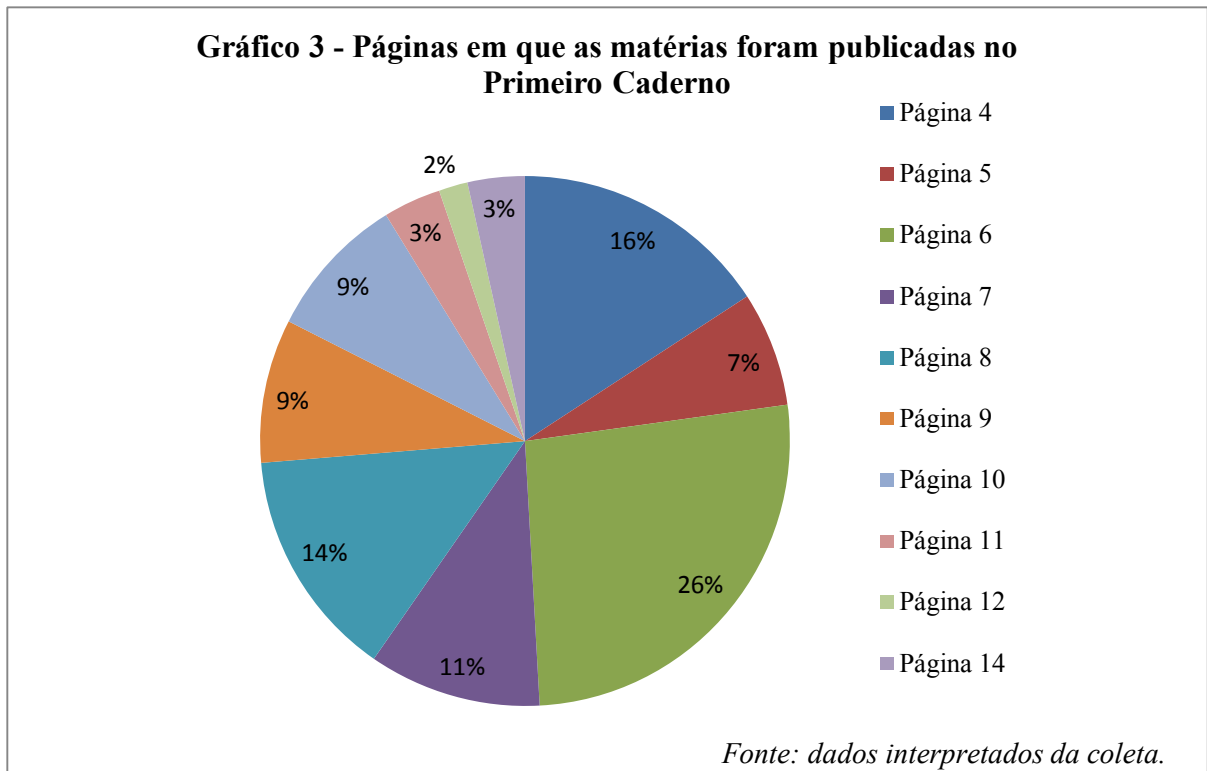
No que toca à frequência, pode-se constatar no gráfico abaixo (de número 1) que não foram encontradas unidades de registro nos dias 1, 4, 7, 18, 20, 24, 25 e 27 de março de 2015. Por outro lado, o maior número de unidades de registro aconteceu no dia 16 de março, dia em que a Folha de São Paulo trouxe 13 matérias sobre as manifestações do dia 15. Neste dia, praticamente todo o Primeiro Caderno do jornal foi dedicado às manifestações do dia anterior.



Já o gráfico abaixo (de número 2) ilustra o caderno em que as 64 matérias que compõem a amostra foram publicadas. Ele deixa claro que a grande maioria foi publicada no Primeiro Caderno, que reuniu 87% das matérias.

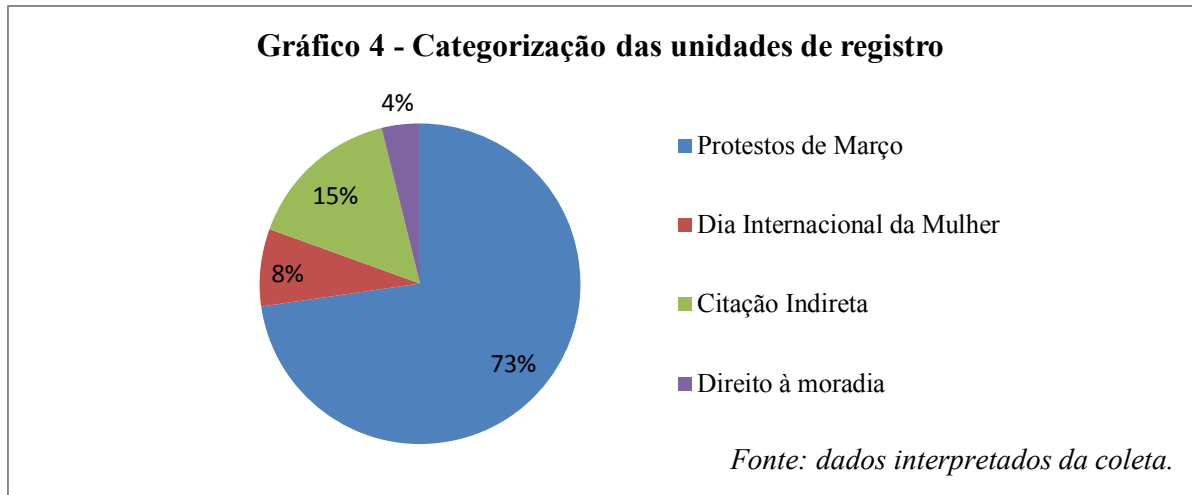


Por sua vez, o gráfico a seguir (o de número 3) traz as páginas do Primeiro Caderno da Folha de São Paulo em que 87% das matérias foram publicadas. Percebe-se que 26% das matérias publicadas neste caderno estavam na página 6, 16% na página 4 e 14%, na página 8.



De um ponto de vista geral, é possível concluir que as unidades de registro tiveram uma maior frequência nos dias 16, 14 e 10, e estavam situadas no Primeiro Caderno, 87%, e na página 6, em 26% dos casos. É importante lembrar que o Primeiro Caderno é o mais importante da Folha de São Paulo, porque é dedicado à política nacional. A presença de grande parte das matérias nele deu-se porque as pautas das manifestações dos dias 13 e 15 de março, categorizadas como “Protestos de Março”, estavam vinculadas ao governo federal ou às suas ações.

Sobre as categorias construídas para efeito da análise qualitativa, é possível visualizá-las no gráfico abaixo (de número 4) e perceber que a grande maioria das unidades de registro foram classificadas como Protestos de Março (9 capas e 47 matérias), seguidas pela Citação Indireta (2 capas e 10 matérias), Dia Internacional da Mulher (1 capa e 5 matérias) e Direto à Moradia (1 capa e 2 matérias).



3.2.1 – Análise da categoria Direito à Moradia

Esta categoria engloba as unidades de registro categorizadas como Direito à Moradia, que é, do ponto de vista quantitativo, a menor das categorias construídas para efeito de análise, contendo uma chamada de capa e duas matérias, totalizando apenas 4% da amostra. Abaixo está o quadro (de número 2) que elenca as expressões-chave desta categoria.

Quadro 2 – Expressões-chave da categoria Direito à Moradia	
Categoria	Palavras e expressões-chave
Direito à Moradia – DM	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto Movimento Moradia Brasileiro Estrangeiro
<i>Fonte: dados interpretados da coleta.</i>	

É imprescindível deixar claro que a baixa quantidade de unidades de registro inscritas na categoria Direito à Moradia restringe o alcance da análise, no que toca a representação midiática-institucional deste assunto e dos movimentos sociais nele inseridos. Por este motivo, as expressões-chave que sintetizam esta categoria correspondem exatamente aos movimentos sociais que são mencionados nas matérias aqui reunidas, que são “Invasão estrangeira”⁴⁵ e “Grupos de sem teto realizam protestos em sete Estados”⁴⁶. A partir delas pode-se sugerir que o acesso à moradia é um direito negado a brasileiros e a estrangeiros que residem no País.

⁴⁵ Matéria publicada dia 10, na página 7, do Caderno de Cotidiano.

⁴⁶ Matéria publicada dia 19, na página 8, do Primeiro Caderno.

As ações representadas pela Folha de São Paulo nestas duas ocasiões tratam da ocupação de um prédio público em São Paulo, pelo Movimento Moradia Brasileiro Estrangeiro (MMBE) e os protestos do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que realizou o bloqueio de avenidas e rodovias nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Ceará e Paraíba. Em ambos os casos se pode encontrar o motivo que levou estes movimentos a fazerem o que fizeram. Por exemplo, na matéria “Invasão estrangeira” é dito que a ocupação aconteceu porque as sete famílias que estão no hotel temem perder a vaga no abrigo estadual Terra Nova. Por sua vez, a matéria sobre o MTST traz as duas motivações do protesto: lançamento imediato da terceira etapa do programa Minha Casa, Minha Vida e o recuo do ajuste fiscal, isto porque segundo a coordenadora do MTST, Maria das Dores, o “arrocho que está tendo não é sofrido pela elite, pelos ricos, mas por nós, os pobres”⁴⁷.

Além da pauta dos atos, o jornal trouxe também a resposta do poder político. No caso do MMBE, quem fala é o secretário estadual de Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro, que afirmou que as famílias não seriam expulsas do abrigo, e que, caso fossem, elas poderiam recorrer ao Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes, da Prefeitura de São Paulo. Sobre as questões levantadas pelo MTST, é informado que, segundo a presidente Dilma Rousseff, o governo estaria revendo o programa “Minha Casa, Minha Vida” devido à inadimplência.

Sobre a chamada de capa e título da reportagem que trata do MMBE – “Invasão estrangeira”⁴⁸ – cabe observar que eles não correspondem ao conteúdo da matéria, isto porque no texto não há qualquer menção direta ou indireta à palavra invasão. No que toca às famílias que estão no hotel, fala-se de ocupação, não de invasão. Portanto, a utilização desta expressão sugere que aqui a ideia está associada a chegada destes ao país em grandes quantidades, embora este sentido também não seja discutido na matéria. De qualquer forma, a ideia de invasão, presente na chamada de capa e no título, está completamente desconexa do texto.

A respeito da matéria referente aos protestos do MTST em sete Estados é importante observar que a Folha de São Paulo deu ênfase aos atos que aconteceram em São Paulo e apenas citou os demais locais de manifestação resumidamente e ao final do texto. A ênfase recaiu sobre os lugares afetados pela manifestação em São Paulo. Considerando que grande

⁴⁷ Trecho extraído da matéria “Grupos de sem teto realizam protestos em sete Estados”.

⁴⁸ Matéria publicada dia 10, na página 7, do Caderno de Cotidiano.

parte ou a maior parte da estrutura organizacional do Grupo Folha está concentrada neste Estado, fica evidente o peso teórico da rede noticiosa na escolha.

Nesta categoria, chama atenção o MMBE, isto porque a Folha de São Paulo escreve que o movimento, à época, recém-criado, é “exclusivo” para estrangeiros, embora um brasileiro o tenha criado e o presida, e que o ingresso aconteça mediante o pagamento de R\$ 100. Apesar de a reportagem ter identificado o MMBE como movimento social, cabe perguntar de um ponto de vista teórico, em face destas características, se ele é ou não é um movimento social. Sem desejar fornecer uma resposta a esta inquietação – que deve ser respondida pelos teóricos que tratam, exclusivamente, sobre a categoria movimentos sociais – é oportuno destacar que a literatura consultada nada fala sobre uma participação que pressupõe o pagamento de uma dada quantia. Melucci fala que a participação acontece a partir da individuação; e Touraine, fala de subjetivação. Outro aspecto provocante do MMBE é a ideia de exclusivo para estrangeiros sem teto, embora tenha um fundador e presidente brasileiro. Portanto, ele (criador e fundador do movimento, cujo nome é Cícero) não compartilha da condição que confere a essência da identidade coletiva deste grupo, isto é, ele não é um estrangeiro sem acesso à moradia. É importante notar que reside aqui a principal crítica que o movimento recebe, feita pelo secretário estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo⁴⁹. Assim sendo, a Folha parece conferir a alcunha de movimento social a um grupo que, do ponto de vista teórico, não o é. O jornal cria e classifica sujeitos sociais sem o rigor que os conceitos exigem. Assim, a representação midiática-institucional atribui rótulos sem uma correspondência concreta. Isto redundando tanto na criação de sujeitos que, na prática, não são o que dizem que são, quanto também culmina na própria elasticidade dos conceitos empregados, que, quando analisadas sistematicamente, apresentam exceções que dão novos conteúdos à teoria.

À guisa de conclusão, é oportuno destacar que esta categoria tem como protagonistas “movimentos” ligados ao direito à moradia (o MMBE e o MTST), direito básico para o usufruto da cidadania. Por ocasião da baixa quantidade de unidades de registro, é perigoso aqui delinear com a devida precisão a representação da Folha sobre estes movimentos e o direito negado de que são porta-vozes. Aqui caberia, talvez, um estudo específico que os

⁴⁹ Na matéria sobre o MMBE, quem responde à queixa dos estrangeiros sem teto que compõem o movimento é o secretário estadual de Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro. Em face das características do movimento, ele afirma que “É evidente que há um aliciamento. Isso fere os direitos dos refugiados, que estão sendo enganados, porque pagaram R\$ 100 e vão pagar muito mais”. O trecho entre aspas foi extraído da reportagem “Invasão estrangeira”, publicado dia 10 de março, na página 7, do Caderno de Cotidiano.

contemplasse satisfatoriamente. Apesar disto, pode-se dizer que, na Folha, estes movimentos são representados como defensores do direito à moradia, e que para ter acesso a este direito negado perturbam a ordem social, principalmente através da ocupação de espaços públicos e privados, e é por assim fazer que se tornam notícia.

3.2.2 – Análise da categoria Dia Internacional da Mulher

Esta categoria engloba as unidades de registro relacionadas ao Dia Internacional da Mulher (DIM), encontradas no dia 8 de março. Quantitativamente falando, esta é a segunda menor categoria, à frente apenas da Direito à Moradia – discutida em 3.2.1 –, e contém uma chamada de capa e cinco matérias, totalizando 8% da amostra. Abaixo está o quadro (de número 3) com as palavras e expressões-chave desta categoria.

Quadro 3 – Palavras e expressões-chave da categoria Dia Internacional da Mulher	
Categoria	Palavras e expressões-chave
Dia Internacional da Mulher – DIM	Pornô feminista Feminismo fragmentado Violência Anti-feminismo
<i>Fonte: dados interpretados da coleta.</i>	

Um dos pontos tocados pelas matérias reunidas nesta categoria se refere a filmes pornográficos feministas, e isto justifica a criação da expressão-chave pornô feminista. Para fazê-lo, a Folha trouxe as opiniões (a partir de entrevistas) de Erika Lust, fundadora da Lust Filmes, que é a favor do pornô feminista; e de Nádia Lapa, especialista em gênero e sexualidade, contrária ao pornô feminista. Lust argumentou que o vídeo pornô pode ser uma ferramenta educacional e que sua consumação pode “ser uma manifestação sobre a sexualidade e o prazer femininos”. Para Lapa, a pornografia objetifica a mulher, “mostra-as como coisas a serem utilizadas pelos homens e naturaliza a violência sexual”, bem como alimenta a formação de padrões, de tal forma que as mulheres têm de ser de um jeito, têm de ser “depiladas, seios grandes, lábios cirurgicamente retocadas”. Ilustra a ideia desta objetificação a fala da travesti Amanda Palha, que participa do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, que denuncia a hipersexualização da população T e da mulher negra: “[...]”

as pessoas veem a gente [população T] como máquinas de sexo” e “Ela [a mulher negra] carrega esse estereótipo de ser quente, boa de cama, é vista como uma mulher para o sexo”.

O feminismo, segundo as matérias aqui reunidas, está atualmente numa terceira onda, isto é, num terceiro momento, descrito como fragmentado. Isto se deu porque “o movimento ampliou suas bandeiras e incluiu em sua agenda demandas de mulheres negras, lésbicas, travestis e transexuais”. Apesar disto, no que diz respeito ao Brasil, velhos conflitos, já resolvidos em outros países persistem, tais como a descriminalização do aborto, a violência física e simbólica contra a mulher, a desigualdade salarial e a assimetria na representação política. Fica a impressão de que, pelo menos no país, a pauta do movimento feminista foi acrescida sem a resolução das questões anteriores. É neste sentido que deve ser aqui compreendida a fala da blogueira Lola Aronovich, que diz: “Três décadas atrás, quando eu era adolescente, só existiam termos pejorativos para uma mulher com vários parceiros sexuais. A situação não mudou hoje.”⁵⁰.

Outro aspecto importante desta nova onda do feminismo é a utilização da internet, não à toa uma das reportagens aqui incluídas tem o título de “Feminismo 2.0”, que se refere à apropriação da internet como ferramenta de reposicionamento do feminismo, sobretudo nas mídias sociais. Nestes espaços, tem-se popularizado o debate sobre o assédio sexual, até então encarado como brincadeira ou elogio. Nesse sentido, o texto menciona as campanhas “Chega de Fiu Fiu”, “Hollaback”, “#AskHerMore” e “As nêga real”⁵¹.

A ideia de um feminismo fragmentado está vinculada a grande quantidade de movimentos que o compõem, primeiro. Sobre isto, é dito que só para a discussão da atividade que marcaria o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, participaram cerca de 50 entidades, entre “sindicalistas, universitárias, lésbicas e representantes de movimentos de mulheres negras, da periferia e de luta por moradia”. Segundo, a fragmentação relaciona-se também dos conflitos gerados por conta destes diversos movimentos. Para ilustrar isto, cabe trazer aqui o caso da Unicamp, que a matéria “Mosaico feminista: o movimento na era da dispersão”⁵² faz alusão. Segundo consta, em dezembro de 2014, na supracitada universidade, feministas radicais protestaram contra o uso do banheiro feminino por transexuais. Uma destas feministas radicais, a estudante Carolina Mendes, do Coletivo Feminista Radical Manas

⁵⁰ Trecho extraído da matéria “Mosaico feminista: o movimento na era da dispersão”, publicada dia 8, nas páginas 6 e 7, do caderno Ilustríssima.

⁵¹ Estes termos estão contidos na matéria “A revolução que chega via WI-FI”, publicada no dia 8, na página 12, no Caderno Cotidiano.

⁵² Matéria publicada nas páginas 6 e 7, do Caderno Ilustríssima.

Chicas, argumentou também que “não faz sentido representantes da população T participarem do movimento [feminista] pelo simples fato de que não são mulheres”⁵³. Sobre isto, quem apresenta o contraponto é Maria Amélia de Almeida Teles, uma das fundadoras da União das Mulheres do Município de São Paulo, para quem “As pessoas têm o direito de ser o que são, não existe modelo de ser mulher e de ser homem, nós combatemos isso.”⁵⁴.

A violência, ou melhor, a violência contra a mulher é outro aspecto discutido pela Folha de São Paulo no Dia Internacional da Mulher, de diferentes perspectivas. Uma delas trata da violência doméstica e que as mulheres são as maiorias vítimas. Para consubstanciar esta afirmação, o texto traz a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que estima que entre 2009 e 2011 ocorreram 5.664 mortes de mulheres, destas 61% eram negras. Outro ponto discutido: a discriminação da população T, para quem o mercado de trabalho mantém as portas fechadas, não restando outra saída senão o trabalho marginalizado, a exploração sexual. O estupro também é mencionado. Novamente, a matéria recorre a dados do Ipea, que estima que apenas 10% dos casos de estupro são comunicados à polícia. Fala-se também no “estupro corretivo”, que acomete exclusivamente as lésbicas, cujo objetivo seria ensinar a mulher lésbica a gostar de homens. A matéria cita também casos de assédio e abusos sexuais que estariam acontecendo nos trens do metro de São Paulo, que suscitou a ideia de criação de um vagão exclusivo para mulher, ideia esta que enfrentou críticas de alguns grupos feministas: “Os homens é que devem ser ensinados a não assediar”⁵⁵, disse a blogueira Djamilia Ribeiro.

Não bastasse a fragmentação e o machismo, hoje se pode falar de posições/discursos anti-feministas, que surgiram, segundo a matéria, por ocasião da multiplicação do discurso feminista através das redes sociais e da radicalização ideológica; esta oposição vem inclusive das próprias mulheres. Nesse sentido, a Folha traz a opinião de sua colunista Mariliz Pereira Jorge, que diz “Ter um monte de mulheres malucas agressivas não melhora em nada a questão da mulher: aliás afasta mulheres que gostariam de participar”⁵⁶. Ela disse também que se sente vítima de preconceito: “é como se ser branca e de classe privilegiada me desautorizasse a falar

⁵³ Trecho extraído da matéria “Mosaico feminista: o movimento na era da dispersão”, publicada dia 8, nas páginas 6 e 7, do caderno Ilustríssima.

⁵⁴ Trecho também extraído da matéria “Mosaico feminista: o movimento na era da dispersão”, publicada dia 8, nas páginas 6 e 7, do caderno Ilustríssima.

⁵⁵ Trecho também extraído da matéria “Mosaico feminista: o movimento na era da dispersão”, publicada dia 8, nas páginas 6 e 7, do caderno Ilustríssima.

⁵⁶ Trecho também extraído da matéria “Mosaico feminista: o movimento na era da dispersão”, publicada dia 8, nas páginas 6 e 7, do Caderno Ilustríssima.

sobre feminismo”⁵⁷. Além de Mariliz, para falar sobre a posição de crítica ao feminismo, a Folha ouviu também a professora de Filosofia e “anti-feminista” Talyta de Carvalho, para quem o debate feminista carece de consistência teórica. Para ela, embora multifacetado e heterogêneo, o denominador comum do movimento é a opressão de gênero, o que, segundo ela, está relacionado ao temperamento individual: “O que explica as posturas individuais é a natureza humana”⁵⁸. Além disto, Carvalho afirma que não reconhece ganhos que se pode atribuir ao feminismo, isto porque ele apenas precipita mudanças naturais da democracia.

Além do anti-feminismo, a Folha menciona também movimentos que denunciam o quão sexista é a sociedade com os homens. “[...] o preconceito [...] contra os homens é ignorado e, ainda pior, muitas vezes ridicularizado”⁵⁹, disse Veridiana Wassen, uma das fundadoras do site Masculinismo.org. A reportagem fala também do portal “Voice for Men”, cujo editor brasileiro é Aldir Gracindo. Estes “movimentos” defendem o anti-feminismo, o anticavalheirismo e pró-direitos reprodutivos dos homens.

Os movimentos identificados no interior⁶⁰ desta categoria alcançaram a representação midiática-institucional na Folha de São Paulo por ocasião do Dia Internacional da Mulher, 8 de março. De todo modo, o feminismo foi representado pelo jornal como um movimento que se encontra num momento de fragmentação, que decorre do acréscimo de novas pautas. E, pelo menos que toca ao Brasil, este acréscimo se deu apesar de o movimento não ter conseguido solucionar problemas antigos, tais como o aborto, a violência simbólica, a desigualdade salarial e etc.. Isto somado culminou numa profunda heterogeneidade, de tal modo que os grupos não conseguem falar a mesma língua, isto quando não se confrontam diretamente. Não bastasse esta fragilidade interna, atualmente o feminismo enfrenta não só sua habitual antítese, o machismo, isto porque há tanto mulheres que se posicionam como anti-feministas quanto movimentos que defendem a causa masculina. Além de tudo isto, o feminismo é um movimento que está na internet, sobretudo nas mídias sociais, e, nestes locais, tem realizado diversas campanhas que buscam superar preconceitos.

⁵⁷ Trecho também extraído da matéria “Mosaico feminista: o movimento na era da dispersão”, publicada dia 8, nas páginas 6 e 7, do Caderno Ilustríssima.

⁵⁸ Trecho também extraído da matéria “Mosaico feminista: o movimento na era da dispersão”, publicada dia 8, nas páginas 6 e 7, do Caderno Ilustríssima.

⁵⁹ Trecho extraído do texto “Masculinistas atacam ‘feminazis’”, que está publicado dentro da matéria “Mosaico feminista: o movimento na era da dispersão”, publicada dia 8, na página 7, do Caderno Ilustríssima.

⁶⁰ Os movimentos mencionados pela Folha de São Paulo são: União das Mulheres de São Paulo; Liga Brasileira de Lésbicas; o LGBT (acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros); o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro; Coletiva Feminista Radical Manas Chicas; Blogueiras Negras; Católicas pelo Direito de Decidir e o Grupo Mulheres Contra o Feminismo.

3.2.3 – Análise da categoria Citação Indireta

Esta categoria reúne as unidades de registro classificadas como Citação Indireta. Elas estão assim classificadas porque os movimentos sociais e suas ações estão inscritas de maneira indireta, ou seja, eles ou aquilo que fizeram são elementos coadjuvantes. Esta é a segunda maior categoria e contém duas chamadas de capa e 10 matérias, totalizando 15% da amostra. Abaixo segue o quadro (de número 4) com as expressões-chave da categoria.

Quadro 4 – Expressões-chave da categoria Citação Indireta	
Categoria	Palavras e expressões-chave
Citação Indireta - CI	Dilma Rousseff Eduardo Cunha Parque Augusta
<i>Fonte: dados interpretados da coleta.</i>	

Sobre a expressão-chave Dilma Rousseff, inscrita na categoria Citação Indireta, cabe dizer que ela está associada a protestos que giram ao seu redor. O primeiro deles foi encontrado dia 02 de março, quando ela participou da cerimônia oficial de comemoração dos 450 anos do Rio de Janeiro, que aconteceu no Palácio da Cidade, em Botafogo. A matéria cujo título é “Rio celebra 450 anos com samba, bolo e inaugurações”⁶¹ registra o protesto (paneleço) de um grupo de 30 manifestantes anti-PT e a favor do impeachment de Dilma, numa das ruas de acesso ao palácio. A manifestação foi convocada via rede social pelo Movimento Brasil Livre (MBL).

O MBL organizou outro protesto contra Dilma. Desta vez, Dilma foi alvo de vaia, pateleço e buzinaço durante seu pronunciamento de rádio e televisão por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Este protesto é reportado pela Folha na edição do dia 9, inclusive com chamada de capa, que destaca que “Fala de Dilma na TV gera pateleço em 12 capitais”⁶². As 12 capitais são: São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia, Belém, Recife, Maceió e Fortaleza. Sobre São Paulo, é dito que “os protestos ocorreram em várias regiões da cidade, sobretudo nos bairros de classe

⁶¹ Matéria publicada dia 2, na página 2, do Caderno Cotidiano.

⁶² Esta chamada de capa chama atenção para a matéria “Dilma vai à TV defender ajuste e é alvo de pateleço”, publicada dia 9, na página 4, do Primeiro Caderno.

média e alta”. Novamente, as redes sociais e aplicativos de celular foram utilizados pelo MBL para convocar a manifestação. Ao final, a matéria destaca que houve também reações favoráveis à presidente em Recife e Salvador. Aqui a matéria traz a fala de Celso, que escreveu no Facebook: “Grande fala de Dilma. E aqui, em Salvador, não ouvi panelaço. Viva o respeito por quem venceu nas urnas.”⁶³.

A edição da Folha de São Paulo do dia 10 de março continua a repercutir o panelaço organizado pelo MBL, e o faz em duas matérias, ambas publicadas na página 6, do Primeiro Caderno. A primeira tem o seguinte título “Redes sociais expõem trincheiras políticas” e destaca, principalmente, que desde o pronunciamento do dia 8 de março formou-se, nas redes sociais, uma batalha envolvendo defensores e críticos do governo Dilma, vista pela Folha como “prelúdio” das manifestações dos dias 13 e 15 de março. O estopim desta “batalha” foi o panelaço organizado pelo MBL, que aconteceu simultaneamente à fala de Dilma em rede nacional de rádio e televisão. Os dados da empresa de monitoramento Bites ilustram esta batalha. Segundo a Bites, os internautas comentaram mais sobre o discurso de Dilma do que a lista divulgada pelo STF com a relação dos parlamentares com suposta relação com a corrupção na Petrobras. Além disto, a empresa disse também que encontrou mensagens e banners que orientavam os usuários de redes sociais a vaiarem a presidente, este material é atribuído aos mesmos grupos que, naquela altura, organizavam o protesto do dia 15: MBL, Vem Pra Rua e etc.. Já próximo do final do texto, fala-se da página do Facebook “Sem Panelaço”, criada pelo estudante Josué Lemos, cujo propósito era mapear os lugares em que não houve protesto. Segundo o texto até a noite do dia 9 de março, a página já contava com mais de 2 mil curtidas e tinha levantado mais de cem pontos em todo o Brasil em que não houve panelaço.

A segunda matéria do dia 10 tem como título “Na zona leste, moradores não ouvem protesto”, que, como o próprio título sugere, vem destacar que nesta parte de São Paulo a população não ouviu o protesto e, conseqüentemente, não protestou. Várias pessoas foram ouvidas, entre elas está o auxiliar de escritório Daniel Oliveira, para quem o pronunciamento “significou apenas uma pausa de 16 minutos”⁶⁴. Nesta matéria é importante destacar que a Folha de São Paulo avalia o protesto do dia 8 como de “ordem nacional”. Aqui subjaz um conceito de nação que engloba as 12 capitais em que houve o protesto, e ignora as demais

⁶³ Trecho extraído da matéria “Dilma vai à TV defender ajuste e é alvo de panelaço”.

⁶⁴ Trecho extraído da matéria “Na zona leste, moradores não ouvem protesto”, publicada dia 10, na página 6, do Primeiro Caderno.

capitais e Estados, inclusive a zona leste de São Paulo, em que os moradores nada ouviram. Portanto, o Brasil que importa para o jornal é este, o das 12 capitais. É interessante notar que a Folha não buscou saber o motivo por detrás do silêncio dos demais Estados e da zona leste de São Paulo, mesmo a página “Sem Panelaço” tendo identificado cerca de cem pontos em que não houve protesto, exceto quando, na matéria sobre a zona leste, diz-se que nos bairros em que “a petista venceu Aécio” o protesto passou despercebido, dando a entender que nestes locais em que houve protesto são locais onde Aécio venceu Dilma. Portanto, o Brasil que importa, aquele suficiente para produzir um protesto de ordem nacional, é aquele do eleitor de Aécio Neves. O Brasil que sobra, dos demais 15 Estados e da zona leste de São Paulo, é aquele em que reside eleitores de Dilma.

Esta expressão-chave (Dilma Rousseff) contém dois episódios em que o Movimento Brasil Livre, principalmente, se aproveitou da aparição de Dilma, fisicamente ou pela televisão, para protestar contra ela e a favor do seu afastamento. O chamamento para a ação aconteceu via redes sociais, através da viralização do convite ao protesto, que se deu em forma de panelaço, vaia, buzinação e, até, xingamentos. E isto foi o suficiente para conseguir atenção da Folha de São Paulo, que repercutiu uma ação que contou com 30 pessoas no Rio de Janeiro e também o protesto em simultâneo ao pronunciamento de Dilma Rousseff, que ocorreu em 12 capitais, que, por sinal, foi considerado de ordem nacional, como se a nação se resumisse a estas capitais.

Outros movimentos aproveitaram-se da figura do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (outra expressão-chave desta categoria), para organizar protestos. Mais uma vez os movimentos sociais planejaram ações em função da aparição de uma figura pública/política. A primeira matéria aqui incluída data do dia 02 de março, quando a Folha de São Paulo, publicou na página 7, do Primeiro Caderno, a reportagem “Maioria no Brasil é conservadora, diz Cunha em culto”. O texto repercute a declaração do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que disse que é preciso “deixar que a maioria seja exercida, e não a minoria” e que este é o mesmo pensamento da sociedade brasileira. A matéria faz entender que por minoria, Cunha se referia aos movimentos LGBTs e a Revolta das Lâmpadas⁶⁵, que realizaram um protesto em frente ao Diretório Paulista do PMDB. Sobre a manifestação, é dito que participaram cerca de cem “ativistas gays”, que teriam feito um boneco que representava o cadáver de Cunha, que tinha o rosto de Cunha, com chifres e

⁶⁵ Nome faz referência ao ataque com lâmpadas a gays que aconteceu na Avenida Paulista, em 2010.

batom. O cadáver de Cunha foi feito depois de ele ter declarado ao jornal Estado de São Paulo, em fevereiro, que a legalização do aborto só seria aprovada por cima de seu cadáver. Aqui reside o estímulo para a criação do “cadáver de cunha” pelos manifestantes, que, durante o ato, além de passar por cima do cadáver dele, deitaram sobre o boneco e se beijaram.

O outro protesto noticiado envolvendo Eduardo Cunha foi publicado pela Folha de São Paulo no dia 28 de março, sob o título “Cunha é vaiado por manifestantes na Assembleia de SP”⁶⁶. O texto informa que o então presidente da Câmara dos Deputados foi vaiado por cerca de 50 manifestantes do movimento Juntos!, movimento ligado ao PSOL. Segundo a matéria, os manifestantes gritavam: “Machista! Fora Cunha! Corrupto!”. Para abafar as vaias e os gritos, os deputados presentes aplaudiram Cunha. É dito também que os manifestantes foram retirados do local pela Polícia.

Tanto nesta expressão-chave quanto na de “Dilma Rousseff” é possível perceber que uma estratégia adotada pelos movimentos sociais é a de aproveitar da presença física ou mediada de pessoas públicas/políticos, que geralmente são fontes oficiais de informação, para realizar o protesto e, de alguma forma, constrange-los. Isto, quando relacionado a atores políticos importantes (Dilma, à época, era presidente do País; e Cunha, à época, era presidente da Câmara dos Deputados), parece funcionar, não à toa a Folha de São Paulo registra os protestos, mesmo que superficialmente e sem lhes dar muita profundidade.

Sobre a terceira e última expressão-chave “Parque Augusta”, a matéria reporta a reintegração de posse de uma área em São Paulo. O texto publicado na página 6, do Caderno Cotidiano, sob o título “PM retira manifestantes do parque Augusta”, teve chamada de capa, com o seguinte título “Prenda-me se for capaz”. Isto porque durante a ação da Polícia alguns manifestantes subiram numa das árvores do local numa tentativa de resistir a desocupação. A matéria trata os manifestantes como “ativistas ambientais”, que “invadiram” o local: “A invasão dos manifestantes ocorreu no início de janeiro”⁶⁷. Eles cobravam do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, a transformação da área num parque.

Segundo o texto, mesmo contrariados, os ativistas ambientais concordaram em sair do local, entretanto cinco resistiram e subiram na árvore, que a reportagem identificou como figueira. Por conta disto, houve confusão e uma jovem ficou ferida (o texto não a identificou e

⁶⁶ Matéria foi publicada na página 6, do Primeiro Caderno.

⁶⁷ Trecho extraído da matéria “PM retira manifestantes do parque Augusta”, publicada dia 5, na página 6, do Primeiro Caderno.

sequer falou da extensão desse ferimento). O texto assim descreveu estes cinco manifestantes: “Lá em cima, seus ocupantes vestiam roupas coloridas, batas floridas e carregavam faixas cor-de-rosa”⁶⁸. Adiante se diz que todos eles, um a um, desceram da árvore e se dirigiram em direção à prefeitura de São Paulo, para cobrar uma audiência com Haddad. A matéria informa ainda que eles não conseguiram esta audiência. Ao final, registra-se que o impasse sobre o terreno permanecia, isto porque para o Ministério Público haveria possíveis irregularidades no projeto da construtora, proprietária do terreno. Além disto, em 2013, Haddad teria aprovado a criação de um parque no local, embora a Secretaria Municipal do Verde já tivesse adiantado que não haveria dinheiro para custear a desapropriação.

No dia seguinte, dia 6 de março, a Folha traz uma pequena matéria sobre o caso do Parque Augusta. A matéria publicada na página 3, do Caderno de Cotidiano, sob o título “Haddad espera Promotoria para decidir sobre área”, informa que o prefeito estaria aguardando o posicionamento do Ministério Público para decidir o destino da área. É importante registrar que apesar de os ativistas ambientais não terem conseguido audiência com Haddad, no dia anterior, de alguma forma, a ocupação da área e a sua retirada pela Polícia suscitou o posicionamento do prefeito, que também foi publicado na Folha. Todavia, ninguém dos manifestantes foi convidado a avaliar a declaração do prefeito, bem como não se encontrou mais nenhuma menção ao caso durante o mês de março.

É preciso chamar aqui a atenção para um aspecto interessante destas manifestações, que diz respeito ao elemento pitoresco, que se pode notar em duas destas manifestações. Primeiro, o boneco com a foto de Eduardo Cunha, que além de representar seu cadáver, sobre o qual os manifestantes passaram por cima, que tinha também chifres e batom; e segundo, a vestimenta colorida e chamativa dos ativistas ambientais que subiram na figueira para resistir à ação da Polícia. Nas matérias que trazem estes dois casos, este elemento pitoresco foi destacado tanto no texto quanto em imagens. Isso permite perceber que estes elementos pitorescos são importantes para chamar a atenção destes veículos de comunicação de massa, tais como a Folha de São Paulo, que além de os reportar, destaca-os, inclusive, no caso do Parque Augusta, a foto dos manifestantes foi publicada na capa do jornal.

⁶⁸ Trecho extraído da matéria “PM retira manifestantes do parque Augusta”, publicada dia 5, na página 6, do Primeiro Caderno.

3.2.4 – Análise da categoria Protestos de Março

Esta categoria reúne as unidades de registro classificadas como Protestos de Março, e estão assim enquadradas porque se referem aos movimentos sociais e as manifestações dos dias 13 e 15 de março. Esta é a maior das categorias e contém nove capas e 47 matérias, totalizando 73% da amostra. Abaixo segue o quadro (de número 5) com as palavras e expressões-chave desta categoria.

Quadro 5 – Palavras e expressões-chave da categoria Protestos de Março	
Categoria	Palavras e expressões-chave
Protestos de Março - PM	Pré-agendamento As pautas no pré-agendamento Apoio Cobertura da manifestação do dia 13 Cobertura da manifestação do dia 15 Pesquisa Datafolha Agendamento <i>a posteriori</i> Defesa da manifestação do dia 15
<i>Fonte: dados interpretados da coleta.</i>	

O primeiro aspecto desta categoria que chama atenção trata do pré-agendamento das manifestações que aconteceram nos dias 13 e 15 de março por diferentes movimentos sociais, isto porque desde o dia 3 de março a Folha de São Paulo tratou do assunto. Neste dia, a matéria publicada na página 4, do Primeiro Caderno, sob o título “Governo quer que CUT adie ato pró-Petrobras”, a reportagem menciona o ato do dia 13, que o governo federal, através de ministros não identificados, sugere à Central Única dos Trabalhadores (CUT) que adie o ato, sob a justificativa de que ele poderia ser objeto de comparação e, ao mesmo tempo, poderia insuflar a manifestação do dia 15.

Este pré-agendamento é retomado no dia 9 de março, quando a Folha de São Paulo volta a falar dos protestos. Na capa da edição deste dia há a seguinte manchete “Manifestantes esperam reunir 100 mil em protesto no dia 15”, que chama atenção para o texto da página 9, do Primeiro Caderno, que tem como título “Grupos contra Dilma esperam levar 100 mil às ruas no dia 15”. Na mesma página, há a seguinte matéria: “CUT, MST e UNE fazem ato contra ajuste fiscal”. Sobre este último ato, realizado dia 13, cabe dizer que o objetivo foi

alterado, se no dia 3 de março o protesto foi associado à defesa da Petrobras, agora o fim é outro: contra o ajuste fiscal. Além disto, cabe dizer que não há chamada de capa para o ato da “CUT, MST e UNE”, mas há para os “Grupos contra Dilma”.

Não obstante, a desproporcionalidade não se restringe às chamadas de capa. As duas matérias do dia 9, sobre as manifestações do dia 13 e 15, estão na mesma página, o que facilita observar qual foi priorizada pela Folha de São Paulo. A matéria do ato do dia 15 ocupa todo o espaço superior da página e compreende cinco colunas, tem uma fonte de bom tamanho e está em negrito. Já a matéria que se refere ao ato do dia 13 foi inscrita, ao lado direito, na única coluna que sobrou, tem título com fonte pouco superior à do texto da matéria e não está em negrito. Além disto, é importante registrar os recursos visuais empregados. Não há nenhuma imagem associada à matéria relativa à manifestação organizada pela CUT, MST e UNE, contudo há três imagens na matéria, que destacam os líderes dos grupos/movimentos contrários à Dilma. A primeira imagem é do empresário Rogerio Chequer, identificado como um dos líderes do Vem Pra Rua. Abaixo está a foto de Tôni Oliveira, dos Legalistas. E ao final, há a foto de Renan Santos e Kim Kataguari, membros do Movimento Brasil Livre (MBL).

Este pré-agendamento é visto também na edição do dia 10, na matéria “PM quer dividir grupos em ato no domingo”, publicada na página 6, do primeiro Caderno, mas dá-se de forma mais incisiva, novamente no dia 11. Aqui, novamente, a desproporcionalidade é visível. Mais uma vez a matéria que se refere à manifestação do dia 15 – “Vídeo anti-Dilma recicla propaganda de Aécio”, publicada na página 6, do Primeiro Caderno – tem um espaço textual bastante superior à matéria sobre o ato do dia 13 – “CUT marca ato ‘Blinda Dilma’ em 24 capitais”, publicada na mesma página. A primeira tem dedicado o espaço de cinco colunas, título em fonte de bom tamanho, em negrito, e dois subtítulos; e a segunda encontra-se em apenas uma coluna, tem um título de fonte pouco superior àquela do texto da matéria e sem negrito. Ao final destas e de outras matérias que falam antecipadamente das manifestações do dia 13 e 15 de março se nota também há presença das seguintes informações: quem faz, quando e onde.

Outro ponto importante que cabe analisar diz respeito às pautas destas duas manifestações durante o período anterior aos protestos. Para fazê-lo, as unidades de registro serão separadas, de tal maneira que primeiro se analisará aquelas que tratam da manifestação do dia 13 e, em seguida, as que tratam da manifestação do dia 15. O primeiro registro que

aqui se pode incluir data do dia 3 de março, quando a Folha de São Paulo publica a matéria “Governo quer que CUT adie ato pró-Petrobras”⁶⁹. Como o próprio título sugere a manifestação é um ato de defesa à Petrobras, organizado pela CUT e outros movimentos, porém não só, porque está dito também que o ato pleiteia à defesa “contra a retirada de direitos, em defesa da classe trabalhadora, da Petrobras e da reforma política”. Portanto, a manifestação tem mais propósitos do que aquele sugerido pelo título.

Já a matéria do dia 10, publicada na página 9, do Primeiro Caderno, sob o título “CUT, MST e UNE fazem ato contra ajuste fiscal”, o ajuste fiscal é o elemento preponderante, e a defesa da Petrobras é mencionada só ao final do texto. Sobre a justificativa da manifestação, é dito que ela pretende “lutar contra medidas do ajuste fiscal que prejudicam a classe trabalhadora”, que, especificamente, “restringem o acesso ao seguro desemprego, ao abono salarial, pensões por morte e auxílio doença”⁷⁰. No dia 11, o objetivo é outro: “blindar Dilma”, conforme sugere a matéria “CUT marca ato ‘Blinda Dilma’ em 24 capitais”⁷¹. O texto diz que apesar dos movimentos envolvidos na manifestação dizerem que o ato tem como objetivo a defesa dos direitos trabalhistas, da Petrobras, da democracia e da reforma política, nos bastidores o ato é chamado de “Blinda Dilma”, isto porque sua realização dar-se-ia dois dias antes da manifestação marcada para o dia 15. Esta associação é mais uma vez reiterada no dia 12, na matéria “Ministro pede que manifestações sejam realizadas sem ‘ódio’ e ‘raiva’”⁷², na qual se pode ler “As passeatas irão defender os direitos trabalhistas, a Petrobras, a democracia e a reforma política. Nos bastidores o ato é chamado de “Blinda Dilma”, pois aconteceria dois dias antes da manifestação que pedirá o impeachment.”. Por fim, no dia 13, na matéria “Movimentos criticam governo e aumentam pressão sobre Dilma”, publicada na página 6, do Primeiro Caderno, consta a informação de que se teria acrescido à pauta de reivindicação crítica à política econômica e o ajuste fiscal.

No que toca à pauta desta manifestação, a Folha de São Paulo promoveu um olhar difuso: ora o propósito era à defesa da Petrobras, ora a crítica ao ajuste fiscal, ora associando a manifestação a um ato de defesa a Dilma (Blinda Dilma), ora destacando à crítica à política econômica. Isto foi o alicerce que a Folha construiu para poder dizer, na capa da edição do dia 14, que reportava a manifestação do dia 13, que os “Ato defendem Dilma [do impeachment],

⁶⁹ Matéria publicada na página 4, do Primeiro Caderno.

⁷⁰ Trechos extraídos da matéria “CUT, MST e UNE fazem ato contra ajuste fiscal”, publicada dia 10, na página 9, do Primeiro Caderno.

⁷¹ Matéria publicada na página 6, do Primeiro Caderno.

⁷² Matéria publicada na página 6, do Primeiro Caderno.

mas criticam o governo”. A Folha realizou esta associação mesmo o governo federal, através de um de seus ministros (não identificados) terem dito em matéria publicada dia 3⁷³ que, à época, a CUT não era mais um polo aglutinador para Dilma, e mesmo o presidente da CUT, Vagner Freitas, ter afirmado, em duas matérias publicadas na própria Folha⁷⁴, que o ato não era nem contra nem a favor do governo. A Folha desconsiderou tudo isto, o que revela, sobretudo, a falta de credibilidade do presidente da CUT junto ao jornal.

A associação entre a CUT, MST e UNE ao governo foi estabelecida também a partir de afirmações como “entidades próximas do PT”⁷⁵ e “sindicatos e movimentos sociais alinhados ao PT”⁷⁶, apesar de a própria Folha ter afirmado na edição do dia 9 que o ato do dia 13 estaria longe de ser “uma manifestação de defesa do governo petista”⁷⁷. Outro caminho encontrado pela Folha de São Paulo para fortalecer esta associação foi o de colocar personagens envolvidos nos atos do dia 13 para falar sobre a pauta das manifestações do dia 15, especificamente a do Movimento Brasil Livre (MBL). Isto é perceptível na matéria “CUT marca ato ‘Blinda Dilma’ em 24 capitais”⁷⁸, quando o presidente da CUT, Vagner Freitas, disse: “Só não achamos que se justifique, em um governo com 69 dias de existência, em que não ocorreu nada, um pedido de impeachment.”. Foi a partir disto que a Folha conseguiu associar a manifestação do dia 13 a uma defesa do governo em relação ao impeachment, apesar de ter críticas ao próprio governo.

Portanto, a pauta pré-agendada, no que toca às manifestações do dia 13, conforme se viu até aqui, teve um menor espaço e destaque, quando comparado com o espaço e destaque conferido às manifestações do dia 15. A Folha de São Paulo promoveu um olhar difuso sobre a pauta deste ato, ora destacando à defesa da Petrobras, ora a crítica ao ajuste fiscal e à política econômica, ora associando a manifestação a um ato de blindagem de Dilma Rousseff, a partir de uma informação de bastidor, ignorando inclusive a fala do presidente da CUT. Os movimentos aqui envolvidos foram considerados como próximos ao PT, apesar de se ter dado informações que negam isso. Outro modo de se associar os movimentos a Dilma e ao PT foi

⁷³ “Governo quer que CUT adira ato pró-Petrobras”, publicada dia 3, na página 4, do Primeiro Caderno.

⁷⁴ “CUT marca ato ‘Blinda Dilma’ em 24 capitais”, publicada dia 11, na página 6, do Primeiro Caderno; e “Movimento critica governo e aumenta pressão sobre Dilma”, publicada dia 13, na página 6, do Primeiro Caderno.

⁷⁵ Trecho extraído da matéria “CUT, MST e UNE fazem ato contra ajuste fiscal”, publicada dia 9, na página 9, do Primeiro Caderno.

⁷⁶ Trecho extraído da chamada de capa “Planalto teme confronto entre manifestantes nos atos de hoje”, da edição do dia 13.

⁷⁷ Trecho extraído da matéria “CUT, MST e UNE fazem ato contra ajuste fiscal”, publicada dia 9, na página 9, do Primeiro Caderno.

⁷⁸ Publicada dia 11, na página 6, do Primeiro Caderno.

colocar os líderes destes movimentos a avaliar a manifestação do dia 15 e sua pauta, porque contrários a ela, defenderiam Dilma. Por isso, a manchete do dia 14, que reporta as manifestações do dia 13, faz todo sentido quando diz: “Ato defendem Dilma, mas criticam governo”, que faz entender que os movimentos que realizaram o ato do dia 13 defendem Dilma do impeachment (pauta exclusiva do MBL, nesta altura), mas não deixam de ter suas críticas em relação a seu governo.

A partir de agora serão examinadas as unidades de registro que contemplam pauta pré-agendada referente à manifestação do dia 15. Na matéria publicada no dia 3, que trata do desejo do governo de a CUT adiar o ato pró-Petrobras⁷⁹, a Folha de São Paulo antecipa o propósito da manifestação do dia 15, quando diz “Ministros do governo Dilma Rousseff temem que um ato marcado para o dia 13 [...] ‘infe’ o movimento pró-impeachment agendado para o dia 15”⁸⁰. Assim sendo, o objetivo da manifestação é claro: o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Esta unicidade no que toca à pauta das manifestações do dia 15 já não existe no dia 9, quando a Folha de São Paulo publica a matéria “Grupos contra Dilma esperam levar 100 mil às ruas no dia 15”⁸¹. Aqui o fim é outro: “chacoalhar o já debilitado quadro político nacional”. Esta matéria é importante porque mostra que os diversos movimentos por detrás deste ato, embora chamassem para uma mesma manifestação, tinham pautas diferentes. O Vem Pra Rua, por exemplo, foi às ruas sem defender o impeachment, porque não haveria base legal. Apesar disto, seu porta-voz, Rogerio Chequer, disse que a pressão é importante para a continuidade das investigações sobre a Petrobras. O Movimento Brasil Livre (MBL) pleiteava o impeachment, independente de quem fosse assumir: “O PMDB é corrupto, mas o PT é totalitário”⁸², disse Kim Kataguari, um dos líderes do MBL. Já os Legalistas estão entre os grupos que “defendem a tomada do poder pelos militares”⁸³. Sobre isto, disse o sargento da reserva da Aeronáutica e membro dos Legalistas, Tôni Oliveira: “A coisa tá indo por um caminho que não vejo outra saída [ele se refere à intervenção militar]”⁸⁴.

⁷⁹ “Governo quer que CUT adie ato pró-Petrobras”, publicada na página 4, do Primeiro Caderno.

⁸⁰ Trecho extraído da matéria “Governo quer que CUT adie ato pró-Petrobras”, publicada na página 4, do Primeiro Caderno.

⁸¹ Matéria publicada na página 9, do Primeiro Caderno.

⁸² Trecho extraído da matéria “Grupos contra Dilma esperam levar 100 mil às ruas no dia 15”, publicada dia 9, na página 9, do Primeiro Caderno.

⁸³ Trecho extraído da matéria “Grupos contra Dilma esperam levar 100 mil às ruas no dia 15”, publicada dia 9, na página 9, do Primeiro Caderno.

⁸⁴ Trecho extraído da matéria “Grupos contra Dilma esperam levar 100 mil às ruas no dia 15”, publicada dia 9, na página 9, do Primeiro Caderno.

Apesar da diversidade de pautas, mesmo aqui, a Folha de São Paulo, sutilmente, constrói uma unicidade que não existe, quando afirma “Para o Vem Pra Rua, ainda não há base jurídica para impeachment. Ainda assim, o grupo engrossa o chamado ao dia 15”. Aqui, de maneira sutil, a Folha delineou o propósito da manifestação do dia 15, o impeachment, e o fez num texto que discorre sobre a diversidade de pautas que os movimentos envolvidos no ato do dia 15 possuem.

Outra prova de que esta unicidade de objetivos não existe é a matéria “PM quer dividir grupos em ato no domingo”⁸⁵, que informa que, a pedido dos grupos envolvidos no protesto, a Polícia Militar de São Paulo iria dividir a Avenida Paulista – local da manifestação em São Paulo – em blocos, de tal maneira que cada grupo se posicione em um ponto da via. Isto é necessário porque “Os grupos fazem pregações diferentes. O Movimento Brasil Livre e os Revoltados Online, por exemplo, defendem o impeachment. Já o Vem Pra Rua acredita que ainda não há elementos para tal, mas cobra engajamento. O SOS Forças Armadas, por sua vez, é favorável a uma intervenção militar”⁸⁶, bem como os Legalistas, não incluídos aqui, mas citados na matéria do dia 9⁸⁷.

Esta divisão está ilustrada no infográfico “Ponto de encontro dos grupos em São Paulo”, que está inscrito na parte inferior da página 4, do Primeiro Caderno, na edição do dia 15, abaixo da matéria “Oposição decide aderir em bloco a protesto anti-Dilma”. Nele se pode visualizar que a Avenida Paulista, local das manifestações em São Paulo, está dividida, em pontos de encontro. Na Avenida, entre as ruas Consolação e Haddock Lobo, foi o ponto de encontro do Partido Solidariedade; entre a Rua Augusta e a Frei Caneca, ficaram o SOS Forças Armadas; à frente do Masp, o Movimento Brasil Livre; à frente da Estação Trianon-Masp, o Vem Pra Rua; e à frende da sede da Petrobras, os Revoltados Online.

Apesar disto, no dia 11, na matéria “Vídeo anti-Dilma recicla propaganda de Aécio”⁸⁸, mais uma vez a Folha de São Paulo unifica o objeto da manifestação, quando afirma: “Imagens da campanha do senador Aécio Neves (PSDB) à Presidência no ano passado ilustram vídeos com chamados às manifestações do próximo dia 15 pelo impeachment da

⁸⁵ Matéria publicada no dia 10, na página 6, do Primeiro Caderno.

⁸⁶ Trecho extraído da matéria “PM quer dividir grupos em ato no domingo”, publicada dia 10, na página 6, do Primeiro Caderno.

⁸⁷ “Grupos contra Dilma esperam levar 100 mil às ruas no dia 15”, publicada na página 9, do Primeiro Caderno.

⁸⁸ Matéria publicada na página 6, do Primeiro Caderno.

presidente Dilma Rousseff.”⁸⁹. Enfim, isto é prova de que mesmo tendo tratado da diversidade de pautas que estavam por detrás da manifestação do dia 15 e, portanto, estando ciente delas, a Folha de São Paulo optou por priorizar uma, o impeachment, em detrimento das demais, de tal forma que construiu uma unicidade no que toca ao objetivo do ato que não existia, na prática. A Folha, portanto, comprou a pauta do MBL.

Além de caracterizar um ato de fins tão diversos a partir de um só fim, o impeachment, a Folha de São Paulo, no dia 10 – um dia após tratar das pautas dos movimentos que chamavam para o protesto do dia 15 – trouxe na capa a seguinte declaração de Dilma Rousseff: Não há razões para pedido de impeachment. Na matéria, Dilma critica os movimentos que defendem seu afastamento e diz: “Eu acho que há que caracterizar razões para o impeachment”⁹⁰. Ela ainda associou o protesto a um “terceiro turno das eleições”. Ao final desta matéria, há um infográfico com o trâmite do processo de impeachment. No dia 12, quem tratou sobre o impeachment foi o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para quem não haveria base jurídica para tanto.

Além de pessoas ligadas ao governo, a Folha de São Paulo também publicizou a opinião dos líderes dos movimentos envolvidos no ato do dia 13 sobre o impeachment. Disse o presidente da CUT, Vagner Freitas, em matéria publicada dia 11⁹¹, “Só não achamos que se justifique, em um governo com 69 dias de existência em que não ocorreu nada, um pedido de impeachment.”. Por sua vez, Kelli Mafort, da direção nacional do MST, considera os atos do dia 15, contra a presidente, como golpista⁹². Já o líder do MST, João Pedro Stedile, classificou a manifestação do dia 15 como troco da burguesia [aqui também a Folha unifica o propósito da manifestação, quando afirma “ato pró-impeachment no domingo (15)”]. Ele continua: “a leitura que fazemos é que o Brasil tem de voltar à normalidade. O fato é que a eleição acabou, não há terceiro turno.”⁹³

Na edição do dia 14, que repercute as manifestações do dia 13, mais uma vez a Folha de São Paulo publiciza a opinião dos atores envolvidos neste ato sobre as manifestações do dia 15, sobretudo, sobre o impeachment. Isto fica claro já na manchete, que diz: “Atos

⁸⁹ Trecho extraído da matéria “Vídeo anti-Dilma recicla propaganda de Aécio”, publicada dia 11, na página 6, do Primeiro Caderno.

⁹⁰ Trecho extraído da matéria “Após vaias, Dilma diz não ver razão para impeachment”, publicada dia 10, na página 4, do Primeiro Caderno.

⁹¹ “CUT marca ato ‘Blinda Dilma’ em 24 capitais”, publicada na página 6, do Primeiro Caderno.

⁹² “Sem-terra intensificam protestos com invasões a fábricas e bancos”, publicada dia 11, na página 6, do Primeiro Caderno.

⁹³ Estas falas de João Pedro Stedile estão publicadas na matéria “Movimento criticam governo e aumentam pressão sobre Dilma”, publicada dia 13, na página 6, do Primeiro Caderno.

defendem Dilma, mas criticam governo”. No texto, abaixo da chamada de capa, se pode ler: “Os protestos organizados pela central sindical CUT, pelo MST e outros movimentos [...] defenderam a presidente Dilma Rousseff dos atos por seu impeachment marcados para amanhã (15)” – aqui, mais uma vez, a Folha resume o protesto do dia 15 como pró-impeachment – e mais adiante, está escrito: “Ativistas criticaram ações pelo impeachment de Dilma, classificadas de ‘golpe da direita’”. Como se verá adiante, a pauta do impeachment foi escolhida pela Folha e imposta não só a cobertura dos atos do dia 15, como também do dia 13. E isto foi o combustível que a Folha utilizou para criar certa rivalização entre os diferentes grupos.

Sobre a palavra-chave apoio, cabe dizer primeiramente que não houve nenhuma manifestação de apoio relacionada à manifestação do dia 13, ao contrário da do dia 15. Na matéria “Aécio diz que pode ir a ato anti-Dilma se tiver ‘rompante’”⁹⁴, o senador e adversário derrotado à presidência, Aécio Neves (PSDB), deixou em aberto a possibilidade de participar da manifestação do dia 15, quando afirmou: “Sou um cara de rompantes. Quem sabe na hora eu não resisto?”. Apesar disto, Aécio convidou a população a ir às ruas: “As pessoas que tiverem com esse sentimento, esse nó na garganta, devem, sim, ir às ruas.”. No dia 14, na matéria “Aécio chama população para marcha anti-Dilma”⁹⁵, é relatado que Aécio gravou um vídeo, de 25 segundos, que foi divulgado no Facebook, em que ele chamou os brasileiros a participar das manifestações marcadas para o dia 15. Disse Aécio: “A rua é do povo como o céu é do avião. Portanto, pegue seus amigos, chame sua família e vá para a rua defender a democracia, vá para defender o Brasil.”. Conforme informa a matéria “Políticos, mesmo de oposição, são hostilizados e impedidos de falar”⁹⁶, Aécio não foi às manifestações. Nesta matéria, ele aparece na janela de seu apartamento no Rio de Janeiro, com a camisa da seleção brasileira e com sua filha no colo.

Ainda no texto “Aécio diz que pode ir a ato anti-Dilma se tiver ‘rompante’”, há a informação de que os principais partidos de oposição à Dilma Rousseff, a saber, PSDB, de Aécio, e DEM, apesar de não apoiarem o impeachment (mais uma vez, a pauta das manifestações do dia 15 aparece resumida ao impeachment), teriam declarado apoio às manifestações. Esta informação é melhor tratada no dia 15, na matéria “Oposição decide

⁹⁴ Publicada no dia 12, na página 6, do Primeiro Caderno.

⁹⁵ Publicada na página 8, do Primeiro Caderno.

⁹⁶ Publicada no dia 16, na página 10, do Primeiro Caderno.

aderir em bloco a protesto anti-Dilma”⁹⁷, quando destaca-se que, logo na capa, que os dois maiores partidos de oposição ao governo Dilma (PSDB e DEM) aderiram ao protesto do dia 15, com o objetivo de “ampliar o desgaste da imagem da presidente e fazer avançar as investigações no Congresso sobre o escândalo de corrupção na Petrobras.”⁹⁸. Apesar disto, é salientado que PSDB e DEM “têm feito declarações cautelosas sobre a legitimidade dos pedidos de impeachment, principal bandeira de alguns dos grupos que articulam os protestos deste domingo.”⁹⁹.

Mas o apoio às manifestações do dia 15 não partiu apenas da esfera política, “famosos” também publicaram vídeos de apoio¹⁰⁰. Os depoimentos de atores da Globo (Márcio Garcia, Christiane Fernandes, Malvino Salvador, Marcelo Serrado, Alessandra Maestrini e Kadu Moliterno) foi divulgado por Marcus Buais, empresário e sócio de Ronaldo Fenômeno e casado com Wanessa Camargo (Ronaldo e Wanessa confirmaram presença). O ator Caio Castro, também da Globo, disse: “Basta de mentiras, basta de corrupção. Não dá mais para viver em um país sem um hospital público de qualidade, sem uma escola pública decente para nossos filhos, para os nossos jovens, que são o futuro do nosso país. Chega, não dá mais para suportar isso, suportar um monte de político roubando o nosso dinheiro. Chega, basta! Vem pra rua”¹⁰¹.

A partir de agora se analisará a expressão-chave “Cobertura da manifestação do dia 13”, que reúne, especificamente, as matérias publicadas na Folha de São Paulo na edição do dia 14. Nesta edição, havia, já na capa, uma grande foto, que se estendia em toda a primeira página, e, abaixo dela, duas fotos menores, e a seguinte manchete: “Atos defendem Dilma, mas criticam governo”, que chama atenção para o texto da página 4. Além desta matéria, foram encontradas matérias relacionadas ao ato também nas páginas 5, 7 e 8, totalizando quatro matérias.

Logo na capa, conforme dito, há uma grande foto da manifestação que ocorreu em São Paulo, que traz as seguintes informações na legenda: “Manifestantes incluem as reformas política e agrária, programas pró-moradia e manutenção de benefícios trabalhistas entre as

⁹⁷ Publicada na página 4, do Primeiro Caderno.

⁹⁸ Trecho extraído da matéria “Oposição decide aderir em bloco a protesto anti-Dilma”, publicada dia 15, na página 4, do Primeiro Caderno.

⁹⁹ Trecho extraído da matéria “Oposição decide aderir em bloco a protesto anti-Dilma”, publicada dia 15, na página 4, do Primeiro Caderno.

¹⁰⁰ “Famosos publicam vídeos de apoio ao ato deste domingo na internet”, matéria publicada dia 14, na página 8, do Primeiro Caderno.

¹⁰¹ Trecho extraído da matéria “Famosos publicam vídeos de apoio ao ato deste domingo na internet”, matéria publicada dia 14, na página 8, do Primeiro Caderno.

reivindicações [...]”. As duas outras fotos que também estão na capa reiteram a ideia de que o ato defenderia Dilma do impeachment, apesar das críticas ao seu governo. Neste sentido, a primeira foto tem como legenda “No Recife, cartazes e faixas mostram apoio à presidente...”, e a segunda foto tem como legenda “... e crítica a duas medidas provisórias do ajuste fiscal”.

Abaixo da chamada de capa “Atos defendem Dilma, mas criticam governo”, há a informação de que, segundo o Datafolha, instituto de pesquisa do Grupo Folha, o protesto do dia 13, em São Paulo, reuniu 41 mil. A seguir, há um pequeno texto que realiza um resumo da manifestação, ao trazer uma série de informações, que estão espalhadas nas quatro matérias que o jornal dedicou ao protesto. Por exemplo, é dito que “Os protestos organizados pela central sindical CUT, pelo MST e por outros movimentos [...] defenderam Dilma Rousseff dos atos por seu impeachment, mas fizeram críticas à política econômica do governo petista.”¹⁰². A Folha de São Paulo escreveu também que “Ativistas criticaram ações pelo impeachment de Dilma, classificadas de ‘golpe da direita’, mas o apoio a ela não impediu cobranças pelas reformas agrária e política”¹⁰³. Além destas cobranças, o jornal trouxe também que a manifestação tinha como bandeiras “a defesa da Petrobras, alvo de desvios de recursos, e a oposição ao ajuste fiscal do Planalto, que restringe benefícios trabalhistas”¹⁰⁴.

Na página 4, do Primeiro Caderno, está a matéria “Atos rejeitam impeachment, mas criticam governo Dilma”, que tem ainda o seguinte subtítulo “Centrais sindicais e movimentos sociais defendem a presidente em 23 capitais”. É importante lembrar aqui que a ideia de defesa à presidente foi levantada, inicialmente, no dia 11, quando a partir de uma informação de bastidor a Folha associou a manifestação a um ato “Blinda Dilma”, mesmo o presidente da CUT, Vagner Freitas, ter dito, repetidas vezes, no próprio jornal, que não se tratava de um ato nem contra nem a favor do governo. Esta associação também foi construída quando a Folha de São Paulo colocou líderes da CUT e MST, principalmente, para falar sobre a manifestação do dia 15, ocasião em que se posicionaram contrários à tese do impeachment.

Esta matéria vai destacar que as pessoas que foram às ruas dia 13 “rejeitam qualquer possibilidade de impeachment da presidente Dilma”¹⁰⁵, mas estão insatisfeitas com o seu governo, e tinham como pautas: a defesa da Petrobras, da democracia, dos direitos trabalhistas, as reformas política e agrária, bem como contrariedade em relação ao ajuste

¹⁰² Trecho extraído da chamada de capa “Atos defendem Dilma, mas criticam governo”, da edição do dia 14.

¹⁰³ Trecho extraído da chamada de capa “Atos defendem Dilma, mas criticam governo”, da edição do dia 14.

¹⁰⁴ Trecho extraído da chamada de capa “Atos defendem Dilma, mas criticam governo”, da edição do dia 14.

¹⁰⁵ Trecho extraído da matéria “Atos rejeitam impeachment, mas criticam governo Dilma”, publicada dia 14, na página 4, do Primeiro Caderno.

fiscal, que restringiria o acesso a benefícios previdenciários e ao seguro-desemprego. Outro ponto destacado trata da quantidade de participantes, que, segundo os organizadores teriam chegado a 170 mil. Segundo a Polícia Militar de São Paulo, foram 26 mil; e segundo o Datafolha, 41 mil. Importante registrar que nesta matéria, não há a fala de nenhuma fonte ouvida pelo jornal.

Na página 5, há a seguinte matéria “Grupos chamam opositores de ‘golpistas’”, cujo subtítulo é “‘Protesto pelo impeachment não vamos permitir’, diz sindicalista em SP [...]”. O sindicalista que fez esta afirmação é o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas. Ele teria dito: “Somos a favor de toda manifestação, mas protesto pelo impeachment nós não vamos permitir”¹⁰⁶. Aqui, também, o destaque é dado à defesa da presidente, como se pode notar no seguinte trecho: “Apesar do tom de cobrança, que inclui o pedido de revisão de medidas que afetam benefícios trabalhistas, os manifestantes saíram em defesa da Petrobras e do mandato da presidente Dilma Rousseff (PT) e chamaram de ‘golpistas’ os que defendem o impeachment da petista”¹⁰⁷. Adiante, a Folha de São Paulo diz que “Em várias capitais, manifestantes levaram bandeiras e camisetas da campanha eleitoral de Dilma em 2014. Também foram cantados gritos de guerra exaltando a petista e o ex-presidente Lula.”¹⁰⁸.

Na matéria “Grupos chamam opositores de ‘golpistas’”¹⁰⁹ há, pela primeira vez, a fala de uma manifestante, inserida com o claro objetivo de desconstruir a legitimidade do ato associado pela Folha como de defesa à presidente Dilma. Neste sentido, escreve a Folha que manifestantes teriam relatado ao jornal que receberam “café, almoço e jantar” para estar no ato. Para corroborar esta afirmação há a fala da auxiliar de limpeza Gisele Rodrigues, 33, que disse: “Ficamos só uma parte. Não precisa ficar até o final”¹¹⁰. No parágrafo seguinte, Gisele contou que ganhou um apartamento em um sorteio da CUT, “Por isso sempre venho [a atos organizados pela central]. Faz parte do pacote.”¹¹¹. Adiante, a desconstrução da manifestação prossegue, quando a Folha sustenta que “Com balões e coletes da CUT, estrangeiros participaram, mesmo sem, aparentemente, saberem quais eram as reivindicações. Disseram ter

¹⁰⁶ Trecho extraído da matéria “Grupos chamam opositores de ‘golpistas’”, publicada dia 14, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹⁰⁷ Trecho extraído da matéria “Grupos chamam opositores de ‘golpistas’”, publicada dia 14, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹⁰⁸ Trecho extraído da matéria “Grupos chamam opositores de ‘golpistas’”, publicada dia 14, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹⁰⁹ Publicada dia 14, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹¹⁰ Trecho extraído da matéria “Grupos chamam opositores de ‘golpistas’”, publicada dia 14, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹¹¹ Trecho extraído da matéria “Grupos chamam opositores de ‘golpistas’”, publicada dia 14, na página 5, do Primeiro Caderno.

recebido entre R\$ 30 a R\$ 50.”¹¹². É importante registrar que Gisele foi a única manifestante ouvida pela Folha de São Paulo.

A desconstrução da manifestação do dia 13 continua na matéria “Líder do MST diz que ministro da Fazenda é ‘infiltrado’ no governo”¹¹³. Neste texto, cujo propósito é repercutir a declaração do líder do MST, João Pedro Stedile, que disse que o ministro da Fazenda de Dilma, Joaquim Levy, é um “infiltrado” que promove um ajuste fiscal que reduz o direito dos trabalhadores, há também a informação de que a reportagem da Folha de São Paulo flagrou um homem com uma camiseta laranja do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense distribuindo notas de R\$ 50 reais a um grupo de mulheres de meia idade. Ainda segundo a matéria, um segundo rapaz “que vestia a mesma camiseta disse à reportagem que [...] o dinheiro serviu para pagar a alimentação do grupo”¹¹⁴. É interessante observar que embora a Folha afirme que tenha flagrado esta distribuição de dinheiro nenhuma prova é demonstrada, senão a afirmação deste segundo rapaz, que informa sobre o finalidade do dinheiro, embora este também não tenha sido identificado.

Outro ponto destacado pela Folha de São Paulo diz respeito à quantidade de pessoas que participaram das manifestações. Já na capa há alguns números de São Paulo: 41 mil, para o Datafolha; 170 mil, para os organizadores; e 26 mil, para a Polícia Militar de São Paulo. Estes números são tratados na matéria “Protestos em SP teve 41 mil participantes, diz Datafolha”¹¹⁵. Apesar de destacar os números estimados pelos organizadores e pela polícia, o texto privilegia os dados do Datafolha (inclusive, ao lado desta matéria, há um infográfico que explica o método aplicado pelo instituto de pesquisa). É dito também que o “pico da manifestação” aconteceu entre as 16h e 17h, quando o Datafolha indicou cerca de 35 mil pessoas presentes simultaneamente. Na matéria “Líder do MST diz que ministro da Fazenda é ‘infiltrado’ no governo”¹¹⁶, a Folha de São Paulo traz os números da manifestação no Rio de Janeiro: 1,5 mil, segundo a Polícia; e 5 mil, segundo os organizadores.

Por fim, é imperioso registrar que apesar do o texto publicado na capa e a matéria “Atos rejeitam impeachment, mas criticam governo”¹¹⁷ informar que a manifestações

¹¹² Trecho extraído da matéria “Grupos chamam opositores de ‘golpistas’”, publicada dia 14, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹¹³ Publicada dia 14, na página 8, do Primeiro Caderno.

¹¹⁴ Trecho extraído da matéria “Líder do MST diz que ministro da Fazenda é ‘infiltrado’ no governo”, publicada dia 14, na página 8, do Primeiro Caderno.

¹¹⁵ Publicada dia 14, na página 7, do Primeiro Caderno.

¹¹⁶ Publicada dia 14, na página 8, do Primeiro Caderno.

¹¹⁷ Publicada dia 14, na página 4, do Primeiro Caderno.

aconteceram em 23 capitais (a Folha sabia da extensão destes protestos), as reportagens só trataram dos atos de São Paulo e do Rio de Janeiro. A cobertura dos protestos nos demais locais se limitou à exposição de algumas fotos – na capa, há uma foto de Recife; na página 4, há uma foto de Belo Horizonte; na página 8, há fotos de Brasília, Florianópolis, Betim (MG), Maceió e Recife – e um infográfico, na página 4, que traz a relação das cidades/capitais em que houve manifestação, seguida das estimativas dos organizadores e das Polícias Militares. Em todo o Brasil, segundo os organizadores foram às ruas 170 mil; e, segundo as Polícias Militares, esse número foi de pouco mais de 26 mil.

Por sua vez, para a cobertura da manifestação do dia 15, publicadas na edição do dia 16, a Folha de São Paulo produziu 12 matérias, além de uma grande chamada de capa. Na capa, há já no início, em letras garrafais, a seguinte manchete “‘Fora, Dilma’ reúne 210 mil em São Paulo e multidões no país”, abaixo seguem três subtítulos, em caixa alta: “ATO POLÍTICO É O MAIOR REGISTRADO NA CAPITAL PAULISTA APÓS DIRETAS JÁ”, “MILHARES FAZEM PROTESTOS EM TODOS OS ESTADOS E NO DF” e “GOVERNO DIZ ESTAR DISPOSTO A OUVIR ‘VOZ DAS RUAS’”. Abaixo há uma grande foto aérea do protesto que aconteceu na avenida Paulista, em São Paulo, com a seguinte legenda: “Foto aérea mostra multidão na av. Paulista, desde o Masp (à esq.) em direção ao Paraíso”. Esta foto ocupa todo o centro do jornal, do lado direito dela há um texto de seis parágrafos, que ao final chama para todo o Primeiro Caderno (isto porque todo o Primeiro Caderno da edição do dia 16 está dedicado às manifestações do dia 15 de março de 2015, à exceção da página 13). Abaixo deste texto, que faz uma síntese da cobertura, estão dispostas três outras fotos, que correspondem aos protestos de Brasília, São Paulo e Salvador.

Este texto da chamada de capa destaca inicialmente a informação já explícita na manchete, ou seja, de que o “protesto contra Dilma Rousseff” na avenida Paulista atraiu 210 mil pessoas, segundo o Datafolha, sendo, portanto, “a maior manifestação política já medida pelo Datafolha após as Diretas Já”¹¹⁸. Em seguida, é dito que o Datafolha também teria calculado o público “nas marchas pró-Dilma” – a matéria se refere às manifestações do dia 13 – que teria sido de 41 mil. Adiante é informado que, segundo a Polícia Militar, os atos “antigoverno” teriam reunido 1 milhão em São Paulo e 1,7 milhão em todo o País. O texto registra também que a palavra de ordem mais ouvida foi “Fora, Dilma”, expressão inscrita na principal manchete do jornal do dia 16, e que um pequeno grupo pedia a intervenção militar.

¹¹⁸ O texto da chamada de capa diz que nas Diretas Já 400 mil tomaram a Sé.

Além disto, consta também a informação de que os protestos ocorreram “em atmosfera pacífica”, inclusive “Manifestantes chegaram a tirar selfies com policiais militares”, e que a manifestação aconteceu no dia que celebra os 30 anos da redemocratização do país. Políticos foram impedidos de participar e aqueles que tentaram foram vaiados, exemplo de Paulinho da Força (Solidariedade) e Jair Bolsonaro (PP). O senador Aécio Neves (PSDB), cuja participação era dúvida, não foi, mas divulgou vídeo na internet. O governo, por sua vez, alvo dos protestos segundo a Folha, foi surpreendido e sinalizou aos manifestantes com “a reforma política e um pacote anticorrupção”, novamente, segundo o jornal.

Seguindo o horizonte já delineado pela manchete, a matéria “Multidão vai às ruas contra Dilma e assusta governo”¹¹⁹ reforça a ideia de que manifestação tinha como alvo a presidente Dilma Rousseff. Neste sentido, diz a referida matéria que os manifestantes “fizeram uma vigorosa demonstração de sua insatisfação com Dilma e o PT, partido que governa o país desde 2003. Muitos defenderam o impeachment da presidente.”¹²⁰. Outro ponto objeto de destaque foi a quantidade de manifestantes, estimada pelo Datafolha em 210 mil, apenas em São Paulo. Além desta cidade, informa-se que o protesto foi realizado em 153 cidades, incluindo as capitais e todos os Estados e Brasília. A Folha apresenta também os números da Polícia Militar, que segundo o jornal tem “critérios menos confiáveis que os do Datafolha”. Para a PM, como já dito no texto da chamada de capa, participaram do protesto em São Paulo 1 milhão e cerca de 1,7 milhão nas capitais. Esta matéria reporta ainda que o governo ao se pronunciar na noite do dia 15 enfrentou “novo constrangimento”, o que significa que a manifestação, implicitamente, foi o primeiro dos constrangimentos. Este novo constrangimento ocorreu quando o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rossetto, comentaram as manifestações na televisão, ocasião que suscitou novo protesto: “Moradores de São Paulo e de outras cidades foram às janelas de seus apartamentos vaiar, gritar e bater panelas”¹²¹. A defesa do governo realizada por Cardozo e Rossetto é tratada na matéria “Governo tenta reagir repetindo promessas”¹²². Abaixo da matéria há um infográfico que informa que na manifestação no Rio participaram 100 mil, segundo os organizadores, e em Brasília, 45 mil, segundo a PM.

¹¹⁹ Matéria publicada dia 16, na página 4, do Primeiro Caderno.

¹²⁰ Trecho extraído da matéria “Multidão vai às ruas contra Dilma e assusta governo”, publicada dia 16, na página 4, do Primeiro Caderno.

¹²¹ Trecho extraído da matéria “Multidão vai às ruas contra Dilma e assusta governo”, publicada dia 16, na página 4, do Primeiro Caderno.

¹²² Matéria publicada dia 16, na página 11, do Primeiro Caderno.

A matéria “Ato com foco definido foi além do estereótipo”¹²³ tem o claro proposto de destacar que ao contrário do estereótipo construído pelo governo sobre as manifestações do dia 15 – de que ela era um protesto da burguesia – os protestos “reuniram não apenas gente mais rica e grupos de direita”¹²⁴, afirma o subtítulo. Durante o texto se pode ler também “O que se viu neste domingo foi diverso do estereótipo pintado pelos governistas nas redes sociais – de que os manifestantes são simpatizantes da intervenção militar e/ou ricos insatisfeitos com o que chamam de ‘conquistas dos pobres’ sob o PT”¹²⁵. É, portanto, uma clara defesa da manifestação em relação a avaliação do governo, defesa esta que continua neste trecho do texto: “Havia gente mais rica e ocupante do espectro político à direita do centro, mas não só. E a caricatura, como manifestantes pedindo a volta da ditadura, era minoritária.”¹²⁶. Além disto, em certa altura há inclusive uma explícita crítica à manifestação do dia 13, manifestação esta que a Folha, como já se viu, associou à defesa de Dilma. Diz o texto que “As pessoas foram às ruas sem medo e, salvo relatos em contrário, não são militantes pagos ou arregimentados por entidades governistas como ocorreu nos atos de sexta (13)”¹²⁷. Aqui há uma avaliação sobre a manifestação do dia 13 que estava implícita na cobertura do dia 14, mas aqui, no dia 16, aparece clara: a manifestação do dia 13 foi realizada por entidades governistas que pagaram alguns de seus militantes para participar dos atos. É importante dizer que a participação paga é citada pela Folha de São Paulo em duas matérias do dia 14: “Grupos chamam opositores de golpistas”¹²⁸ e “Líder do MST diz que ministro da Fazenda é ‘infiltrado’ no governo”. Estas matérias tem o nítido propósito de desconstruir a manifestação do dia 13, conforme já dito aqui. Por sua vez, a matéria “Ato com foco definido foi além do estereótipo”¹²⁹ tem como objetivo defender as manifestações do dia 15 contra as críticas do governo, bem como reforçar a manifestação do dia 15. Sobre este “foco definido” é importante dizer que duas matérias publicadas nos dias 9¹³⁰ e 10¹³¹ pela própria Folha de São Paulo desmentem esta informação, isto porque a primeira explicita a diversidade de pautas defendidas pelos grupos que organizaram o ato, tanto que estes solicitaram à Polícia que

¹²³ Matéria publicada dia 16, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹²⁴ Trecho extraído da matéria “Ato com foco definido foi além do estereótipo”, publicada dia 16, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹²⁵ Trecho extraído da matéria “Ato com foco definido foi além do estereótipo”, publicada dia 16, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹²⁶ Trecho extraído da matéria “Ato com foco definido foi além do estereótipo”, publicada dia 16, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹²⁷ Trecho extraído da matéria “Ato com foco definido foi além do estereótipo”, publicada dia 16, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹²⁸ Publicada dia 14, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹²⁹ Matéria publicada dia 16, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹³⁰ “Grupos contra Dilma esperam levar 100 mil às ruas no dia 15”, publicada na página 9, do Primeiro Caderno.

¹³¹ “PM quer dividir grupos em ato no domingo”, publicada na página 6, do Primeiro Caderno.

realizasse uma divisão entre eles, para evitar conflitos. Quem realizou esta unificação, ou seja, cunhou este foco definido de impeachment de Dilma foi a Folha de São Paulo, ao tornar este objetivo, pauta do MBL, o principal das manifestações.

Sobre a matéria “O DIA 15 NO BRASIL”¹³² é oportuno dizer que ela trabalha os números das Polícias Militares dos Estados onde ela divulgou números, apesar de ter dito na página 4 que os dados das PMs tem “critérios menos confiáveis que os do Datafolha”¹³³. Acima da matéria há um grande infográfico que conta com uma foto, na parte superior da manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, e abaixo um mapa do Brasil, no qual está identificado onde houve protestos “antigoverno”. Abaixo, contrasta-se os números também segundo a PM das manifestações do dia 13 e dia 15. No dia 13, teriam ido às ruas 31 mil; dia 15, foram 1,7 milhão, só em São Paulo foram estimados 1 milhão¹³⁴. Para ilustrar este contraste do número de manifestantes que foram num e noutra manifestação, pode-se ver, do lado esquerdo, três figuras, que representam os 31 mil, e, do lado direito, há 170 figuras, que representam as 1,7 milhão. Esta matéria registra também que o ato aconteceu em 152 municípios, inclusive em “Redutos petistas, como a Bahia e o Rio Grande de Norte”. A respeito destes redutos petistas, a matéria diz que “As capitais da Bahia e do Rio Grande do Norte, Estados em que Dilma conquistou 70% dos votos em 2014, tiveram grandes protestos. Em Salvador, 12 mil foram às ruas. Em Natal, foram 25 mil.”¹³⁵. Esta matéria, mais uma vez, registra o anseio dos manifestantes que foram as ruas no dia 15 de março, quando escreve que “O discurso hegemônico dos manifestantes – muitos vestidos de amarelo – pedia o impeachment da presidente Dilma e acusava o PT de ser responsável pelo escândalo de corrupção na Petrobras.”¹³⁶. Ainda sobre a quantidade de manifestantes presentes nas manifestações há de se mencionar a matéria “Ato reuniu 210 mil em SP, diz Datafolha”¹³⁷. Logo no primeiro parágrafo pode-se ler: “O protesto contra o governo federal que tomou a avenida Paulista neste domingo (15) reuniu 210 mil, segundo estimativa do Datafolha.”¹³⁸,

¹³² Publicada dia 16, na página 6, do Primeiro Caderno.

¹³³ Informação retirada da matéria “Multidão vai às ruas contra Dilma e assusta governo”, publicada na página 4, do Primeiro Caderno.

¹³⁴ Este número divulgado pela Polícia Militar de São Paulo foi alvo de críticas. Por este motivo, na página 7, do Primeiro Caderno, da edição do dia 16, a Folha de São Paulo publicou a matéria “PM diz que levou em conta toda a avenida Paulista”, em que se pode verificar a explicação da corporação sobre o número divulgado. É importante também registrar que nesta matéria também se associa o ato do dia 13 à defesa do governo pela CUT e o do dia 15 a um ato contra Dilma.

¹³⁵ Trecho extraído da matéria “O DIA 15 NO BRASIL”, publicada dia 16, na página 6, do Primeiro Caderno.

¹³⁶ Trecho extraído da matéria “O DIA 15 NO BRASIL”, publicada dia 16, na página 6, do Primeiro Caderno.

¹³⁷ Matéria publicada dia 16, na página 7, do Primeiro Caderno.

¹³⁸ Trecho extraído matéria “Ato reuniu 210 mil em SP, diz Datafolha”, publicada dia 16, na página 7, do Primeiro Caderno.

dado este que, segundo a matéria, contrariava os números da PM. O texto destaca também que mesmo com os 210 mil registrados pelo instituto, o protesto do dia 15 na avenida Paulista “é a segunda maior aglomeração política da história do país, atrás apenas das Diretas já”¹³⁹. Ao final, há um dado que coloca em xeque o quantitativo divulgado pela PM paulista. De acordo com o Datafolha a avenida Paulista, considerando toda sua área, que é de 135,4 mil m², suportaria, no máximo, uma aglomeração de 950 mil. Ora, mesmo sabendo da incapacidade de a avenida Paulista abrigar os 1 milhão estimados pela PM-SP e mesmo afirmando que seus métodos são menos precisos, a Folha de São Paulo dedicou toda uma página, a página 6, para explorar os dados divulgados pelas PMs de São Paulo e dos demais Estados.

Da página 8 a 9 está a maior matéria publicada pela Folha de São Paulo sobre as manifestações do dia 15, que tem como título “caras da avenida”. Este extensa reportagem tem como subtítulo “Do Grajaú ao Morumbi, dos Jardins a Ermelino Matarazzo, crianças, casais e avós transformaram o protesto paulistano em ato heterogêneo”. Aqui o heterogêneo tem o sentido de uma participação diversa, contrária ao estereótipo construído pelo governo¹⁴⁰. Sobre esta heterogeneidade destacada no subtítulo, que é também o propósito do texto, cabe transcrever o primeiro parágrafo, que diz “Cabelos grisalhos, espetados com gel, crianças nos ombros¹⁴¹, casais (héteros e gays), grupos de amigos e solitários. Muitos deles de cervejinha na mão. Apesar da camisa da seleção ser unanimidade entre os manifestantes, o público que tomou conta da avenida Paulista neste domingo (15) era bem heterogêneo e predominantemente familiar.”¹⁴² e que “misturavam-se moradores de áreas nobres e de bairros da periferia”¹⁴³, tamanha era a heterogeneidade. No intuito de endossar esta diversidade, a matéria traz um grande número de entrevistas. Por exemplo, há a fala do economista Joel Pinheiro Fonseca, que disse: “Em junho de 2013, as pessoas queriam mudança. Agora elas estão revoltadas. Quem só queria os 20 centavos não está aqui. Só veio quem quer mais”¹⁴⁴. Além de Joel, o texto traz as opiniões da psiquiatra Andrea Bernardes (contrária ao impeachment e à intervenção militar), o casal Rafael Rodrigues e Leandro Baroni, e etc.. A auxiliar de escritório e “Eleitora de Dilma” Thais Silveira também foi

¹³⁹ Trecho extraído matéria “Ato reuniu 210 mil em SP, diz Datafolha”, publicada dia 16, na página 7, do Primeiro Caderno.

¹⁴⁰ Este estereótipo já foi informado e desconstruído na matéria “Ato com foco definido foi além do estereótipo”, publicada dia 16, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹⁴¹ É ilustrativo dizer que a maior foto desta matéria traz exatamente um homem que carrega uma criança em seu colo e que sinaliza que irá beijá-la. Os dois vestem camisas amarelas. Além disto, o homem tem uma bandeira do Brasil presa à cabeça.

¹⁴² Trecho extraído da matéria “caras da avenida”, publicada dia 16, nas páginas 8 e 9, do Primeiro Caderno.

¹⁴³ Trecho extraído da matéria “caras da avenida”, publicada dia 16, nas páginas 8 e 9, do Primeiro Caderno.

¹⁴⁴ Trecho extraído da matéria “caras da avenida”, publicada dia 16, nas páginas 8 e 9, do Primeiro Caderno.

ouvida, e declarou “se sentir traída pela presidente”¹⁴⁵. Na ocasião, ela teria deixado a camisa vermelha e o broche do PT em casa e se vestiu de branco. Em certa altura Thais contradiz a informação de que no protesto “misturavam-se moradores de áreas nobres e de bairros da periferia”¹⁴⁶, diz ela que “Não estou vendo ninguém que vive do outro lado da ponte”¹⁴⁷, se referindo à ponte Socorro, símbolo da divisão social de São Paulo. Além de Thais, a reportagem ouviu também o “ex-lulista” João Nascimento, que disse: “Sou contra pedir impeachment. Sai Dilma e entra o Temer. Gente, menos, né?”¹⁴⁸. Mesma opinião demonstrou a advogada Betina Franco: “Não vim pedir impeachment, vim protestar contra a corrupção”¹⁴⁹. As opiniões destes e de outros manifestantes além de ser aqui expostas, o foram também um espaço situado acima das matérias das páginas 5, 7, 8, 9, 10 e 11, e serão tratadas mais adiante.

Esta matéria traz uma foto da manifestação da avenida Paulista em que no meio da multidão há uma faixa, na qual se pode ler “INTERVENÇÃO MILITAR JÁ!!”. Esta pauta defendida por alguns dos movimentos que participaram da manifestação (Legalistas e SOS Forças Armadas) foi trabalhada na matéria “Impeachment não vai adiantar”, diz líder pró-intervenção militar¹⁵⁰. Nela primeiro informa-se que “parte dos manifestantes defendeu abertamente uma intervenção militar para derrubar Dilma”¹⁵¹, apesar de o ato ser “inconstitucional”. Defende a intervenção militar o empresário Aparecido Duca, um dos três líderes civis do SOS Forças Armadas, que disse: “Entendemos que o governo está tomado por corrupção. Só os militares podem resolver. São 32 partidos políticos hoje e 12 são comunistas. Eles estão infiltrados na pátria. O impeachment não vai adiantar. Sai a presidente e fica o Congresso. A coisa toda está tomada. Por isso, só com intervenção militar.”¹⁵².

Outro ponto destacado pela cobertura da Folha de São Paulo sobre a manifestação do dia 15 foi não participação de políticos, retratada na matéria “Políticos, mesmo de oposição, são hostilizados e impedidos de falar”¹⁵³. Logo no início, no primeiro parágrafo, pode-se ler: “Político não teve voz nos protestos deste domingo. Os manifestantes não deixaram discursar

¹⁴⁵ Trecho extraído da matéria “caras da avenida”, publicada dia 16, nas páginas 8 e 9, do Primeiro Caderno.

¹⁴⁶ Trecho extraído da matéria “caras da avenida”, publicada dia 16, nas páginas 8 e 9, do Primeiro Caderno.

¹⁴⁷ Trecho extraído da matéria “caras da avenida”, publicada dia 16, nas páginas 8 e 9, do Primeiro Caderno.

¹⁴⁸ Trecho extraído da matéria “caras da avenida”, publicada dia 16, nas páginas 8 e 9, do Primeiro Caderno.

¹⁴⁹ Trecho extraído da matéria “caras da avenida”, publicada dia 16, nas páginas 8 e 9, do Primeiro Caderno.

¹⁵⁰ Matéria publicada no dia 16, na página 9, do Primeiro Caderno.

¹⁵¹ Trecho extraído da matéria “Impeachment não vai adiantar”, diz líder pró-intervenção militar”, publicada dia 16, na página 9, do Primeiro Caderno.

¹⁵² Trecho extraído da matéria “Impeachment não vai adiantar”, diz líder pró-intervenção militar”, publicada dia 16, na página 9, do Primeiro Caderno.

¹⁵³ Matéria publicada no dia 16, na página 10, do Primeiro Caderno.

nem parlamentares de oposição que defendem o impeachment da presidente Dilma Rousseff.”¹⁵⁴. O deputado federal Paulinho Pereira da Silva (SD-SP), que, à ocasião, reunia assinaturas a favor da saída de Dilma, foi um destes políticos que foram impedidos de falar. Após a tentativa frustrada de falar à multidão na avenida Paulista, Paulinho afirmou “Desisti. Para você ver como este governo acabou com tudo, até com a classe política”¹⁵⁵. Outro que tentou pronunciar-se e não conseguiu foi o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Por este motivo, muitos políticos foram aos protestos como espectadores. O senador Aécio Neves (PSDB-MG), cuja participação era dúvida, não foi aos atos, segundo ele para deixar claro que o protagonista destas manifestações era o povo brasileiro.

Por fim, a Folha de São Paulo informou que os principais movimentos que organizaram os protestos do dia 15 de março em Brasília já prepararam atos contra Dilma para o mês de abril¹⁵⁶. “Os grupos que organizaram o protesto em Brasília, que levou cerca de 45 mil pessoas à Esplanada dos Ministérios neste domingo (15), começam a planejar novas manifestações para o mês de abril.”¹⁵⁷. Além disto, é dito que “os grupos” – apesar de a matéria até esta altura só mencionar o Movimento Brasil Livre (MBL) – entrariam naquela semana com pedido de impeachment contra Dilma, sob a justificativa de que ela, a presidente, cometeu ato de improbidade ao ser negligente na compra da refinaria de Pasadena, quando presidia o conselho da Petrobras entre 2006 e 2008. É importante sublinhar que nesta matéria há a informação de que o Vem Pra Rua não teria descartado uma eventual adesão à tese do impeachment, até então defendida pelo MBL, principalmente, adesão esta que foi noticiada pela Folha de São Paulo no dia 31 de março, na matéria “Movimento Vem Pra Rua adere à tese do impeachment”¹⁵⁸.

A Folha de São Paulo reporta também na página 11 a reação do governo aos protestos, na matéria “Governo tenta reagir repetindo promessas”¹⁵⁹, que trata das declarações do Ministro de Justiça, José Eduardo Cardozo, e o Secretário-Geral da Presidência, Miguel Rossetto. O governo, através destes ministros, em resposta às manifestações, sinalizou com a

¹⁵⁴ Trecho extraído da matéria “Políticos, mesmo de oposição, são hostilizados e impedidos de falar”, publicada dia 16, na página 10, do Primeiro Caderno.

¹⁵⁵ Trecho extraído da matéria “Políticos, mesmo de oposição, são hostilizados e impedidos de falar”, publicada dia 16, na página 10, do Primeiro Caderno.

¹⁵⁶ “Movimentos já planejam outros protestos contra Dilma em abril”, matéria publicada dia 16, na página 10, do Primeiro Caderno.

¹⁵⁷ Trecho extraído da matéria “Movimentos já planejam outros protestos contra Dilma em abril”, publicada dia 16, na página 10, do Primeiro Caderno.

¹⁵⁸ Matéria publicada na página 7, do Primeiro Caderno.

¹⁵⁹ Matéria publicada no dia 16, na página 11, do Primeiro Caderno.

reforma da política e projetos anticorrupção, medidas estas que segundo a Folha já teriam sido anunciadas pelo governo após os protestos de junho de 2013 e durante a campanha de Dilma Rousseff à presidência. Contudo, diz a matéria, “A ideia de ressuscitar a ênfase na reforma política já lançada em 2013 e no pacote contra a corrupção não convenceu nem Dilma”¹⁶⁰, por este motivo, a coletiva dos ministros “foi recebida com buzinaços e panelaços.”¹⁶¹. Aqui também a Folha associa a manifestação do dia 13 a um ato pró-governo, quando diz “Também deu mais importância (a matéria se refere a Miguel Rossetto) ao protesto majoritariamente pró-governo da CUT e de outras entidades simpáticas ao Planalto, na sexta (13).”¹⁶².

É importante lembrar aqui que para realizar a cobertura das manifestações do dia 13, a Folha de São Paulo ouviu uma única manifestante, a auxiliar de limpeza Gisele Rodrigues, que declarou que recebeu por sua presença no protesto e que, antes, ganhou também um apartamento em um sorteio da CUT. O objetivo de sua participação é claro: desconstruir o protesto associado à uma defesa de Dilma e do governo, apesar de líderes dos movimentos terem negado isto repetidas vezes. Contudo, a cobertura das manifestações do dia 15 pela Folha de São Paulo, ao contrário, trouxe uma grande quantidade de entrevistas com manifestantes, com o claro objetivo de demonstrar a heterogeneidade do público que esteve presente no protesto, como já explícito aqui, principalmente, na matéria “caras da avenida”¹⁶³. Mas não só nela, como já dito aqui, no topo das páginas 5, 7, 8, 9, 10 e 11 estão expostas as opiniões de 17 manifestantes¹⁶⁴, que estão identificados a partir de uma foto, seguida do nome, idade, a profissão e em quem votou na eleição de 2014.

Entre estas declarações há aqueles à favor da intervenção militar, como o contador Tiago da Silva Agostinho, que disse: “Seria necessário que o Exército brasileiro viesse e limpasse tudo, não só o PT. O impeachment não vai acabar com a corrupção”¹⁶⁵. Houve também que se pronunciou contrário ao impeachment, a exemplo da designer de produtos Ruth Grieco: “Vim porque está havendo uma desconstrução ética e moral, onde tudo pode. Não sou a favor do impeachment. Quero que Dilma fique para resolver os problemas que

¹⁶⁰ Trecho extraído da matéria ““Governo tenta reagir repetindo promessas”, publicada dia 16, na página 11, do Primeiro Caderno.

¹⁶¹ Trecho extraído da matéria ““Governo tenta reagir repetindo promessas”, publicada dia 16, na página 11, do Primeiro Caderno.

¹⁶² Trecho extraído da matéria ““Governo tenta reagir repetindo promessas”, publicada dia 16, na página 11, do Primeiro Caderno.

¹⁶³ Matéria publicada no dia 16, nas páginas 8 e 9, do Primeiro Caderno.

¹⁶⁴ Algumas destas entrevistas foram incluídas na matéria “caras da avenida”.

¹⁶⁵ Opinião publicada na página 5, do Primeiro Caderno.

criou”¹⁶⁶. A Folha de São Paulo registrou também a insatisfação contra a corrupção, como na fala do aposentado Edimar Tertuliano, que disse: “Vim protestar contra a corrupção, contra o mensalão, contra a roubalheira”¹⁶⁷. E também posições favoráveis ao impeachment, como a do arquiteto José Teixeira, que disse: “Não gosto do governo, porque ele é corrupto. Quero que esse vá embora e venha um melhor no lugar”¹⁶⁸. De tudo isto se pode concluir que aquela ideia defendida pela Folha de São Paulo de “Ato com foco definido” está equivocada, isto porque as pessoas foram às ruas protestas por motivos diversos, inclusive estranhos à pauta dos movimentos responsáveis pela manifestação do dia 15. Prova disto é a opinião da fotógrafa Lili Quaglia, que disse: “Vim porque tá tudo uma bosta: a condução, a moradia, o salário, a saúde. Os políticos aumentam seus próprios salários e os impostos, e nós estamos na pior”¹⁶⁹.

A próxima expressão-chave identificada nesta categoria, seguindo a ordem da tabela 4, trata da pesquisa Datafolha. Para contextualizar sua utilização e justificar a construção desta expressão-chave, é imprescindível dizer que além da pesquisa quantitativa que a Folha de São Paulo utilizou nas coberturas das manifestações do dia 13 e 15, o instituto Datafolha também realizou também uma pesquisa qualitativa junto aos manifestantes nos dois protestos. A ideia aqui desejada é analisar os dados destas pesquisas, publicados nas edições dos dias 15 e 17 de março também pela Folha de São Paulo, e, em seguida, compara-la ao modo com o qual as manifestações de 13 e 15 de março foram representadas pela Folha de São Paulo, modo este já identificado nas expressões-chave “cobertura da manifestação do dia 13” e “cobertura da manifestação do dia 15”.

Sobre a manifestação do dia 13, a pesquisa do Datafolha foi publicada na edição do dia 15, inclusive na capa desta edição uma das informações levantadas pelo instituto é objeto de destaque: “PARA 63% DO ATO DE SEXTA, ‘DILMA SABIA’”. O sabia aqui se refere à corrupção na Petrobras. O texto que reúne os dados do Datafolha foi publicado na página 5, do Primeiro Caderno, e tem como título “Para maioria que foi a ato pró-Dilma, ela sabia de corrupção”, acompanhado do seguinte subtítulo “Pouco mais da metade do grupo, porém, entende que, mesmo ciente, não cabia à presidente agir na Petrobras”. Acima desta matéria há um infográfico cujo objeto é traçar o perfil do manifestante que saiu às ruas em 13 de março. O perfil delineado é o seguinte: 68% tem curso superior, 44% tem renda de 2 a 5 salários

¹⁶⁶ Opinião publicada na página 5, do Primeiro Caderno.

¹⁶⁷ Opinião publicada na página 10, do Primeiro Caderno.

¹⁶⁸ Opinião publicada na página 11, do Primeiro Caderno.

¹⁶⁹ Opinião publicada na página 10, do Primeiro Caderno.

mínimos, 44% eram funcionários públicos, 39% tem o PT como partido de preferência e 71% votou em Dilma no segundo turno das eleições de 2014. Estas informações são trabalhadas também ao longo da matéria.

Há nesta pesquisa do Datafolha um dado importante, que a Folha de São Paulo, apesar de tê-lo citado, não conferiu o devido destaque, isto porque ele desconstrói a ideia construída pelo jornal de que as pessoas foram às ruas em defesa de Dilma. Aos manifestantes, o instituto perguntou pela razão/motivo que os levou às ruas. Sobre estas respostas, a matéria informa que “A razão mais citada para estar na rua foi protestar contras medidas recentes do governo que tiram direitos trabalhistas, motivo citado por 25%.”¹⁷⁰. O segundo motivo mais levantado foi a “necessidade de aumento salarial para professores”, com 22%¹⁷¹. Em terceiro lugar ficou a reforma política com 19%. Em quarto, a defesa da Petrobras, com 18%. Segundo a matéria, “só 4% mencionaram estar na rua em apoio à Dilma”¹⁷². Antes de comentar este dado, cabe dizer que, como informado pelo próprio texto, o questionário aplicado pelo Datafolha permitia que os entrevistados escolhessem mais de um motivo para estar no protesto. Ora, como associar o protesto do dia 13 à defesa de Dilma se os próprios manifestantes negam isto? A Folha o fez ao não entrevistas nenhum manifestante. É importante registrar também que, à exceção deste aumento salarial, os motivos ditos pelos manifestantes são os mesmos daqueles anunciados pelos líderes dos movimentos envolvidos na organização do protesto, e que a Folha de São Paulo ignorou, sobretudo, a partir de uma informação de bastidor.

Sobre a manifestação do dia 15, os dados do Datafolha foram publicados na edição do dia 17, na página 6, do Primeiro Caderno, na matéria “Maioria foi às ruas contra a corrupção, diz Datafolha”, que tem também o seguinte subtítulo “Impeachment de Dilma foi a segunda motivação mais citada para protesto”. Assim como na pesquisa sobre os manifestantes do dia 13, o instituto também elaborou um perfil do manifestante do dia 15. O perfil elaborado foi o seguinte: 76% tem curso superior, 27% tem renda de 5 a 10 salários mínimos, 37% são assalariados registrados, 37% tem o PSDB como partido de preferência e 82% votaram em Aécio Neves (PSDB) no segundo turno das eleições de 2014.

¹⁷⁰ Trecho extraído da matéria “Para maioria que foi a ato pró-Dilma, ela sabia de corrupção”, publicada dia 15, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹⁷¹ A matéria explica o porquê deste dado, quando explica que “No início da passeata, os participantes de uma assembleia da Apeoesp (sindicato de professores) engrossaram o ato da CUT.”.

¹⁷² ¹⁷² Trecho extraído da matéria “Para maioria que foi a ato pró-Dilma, ela sabia de corrupção”, publicada dia 15, na página 5, do Primeiro Caderno.

De acordo com os dados do Datafolha, protestar contra a corrupção foi a principal motivação que levou às pessoas a avenida Paulista, no dia 15 de março. “Este [protesto contra a corrupção] foi citado por quase metade [47%] dos entrevistados do instituto.”, diz a reportagem. O impeachment da presidente Dilma Rousseff foi o segundo motivo mais lembrado, com 27%. O terceiro foi protestar contra o PT, como 20%. O quarto, protestar contra os políticos, com 14%. Aqui cabe dizer que a Folha de São Paulo reportou o protesto do dia 15 como ato contra Dilma, entretanto a pesquisa do instituto Datafolha, também do Grupo Folha, revela que, para os manifestantes, este não era o principal propósito do ato, mas um deles, apenas. O principal propósito era, na verdade, manifestar contra a corrupção, isto, de certa forma, explica porque os políticos que tentaram falar aos manifestantes foram impedidos de fazê-lo¹⁷³, porque o ato não se resumiu à Dilma, mas a toda classe política, protagonista de repetidos episódios de corrupção. Portanto, a cobertura da Folha de São Paulo escolheu um dos pontos levantados pelos manifestantes e o colocou como o prioritário, embora este não tenha sido o prioritário para os próprios manifestantes, como mostrou a pesquisa Datafolha.

A esta altura, esta dissertação avança para analisar os desdobramentos das manifestações do dia 13 e 15 de março, seguindo a ideia de um agendamento posterior. Sobre ele, cabe dizer, primeiro, que não houve qualquer menção ao protesto do dia 13 depois da edição do dia 17¹⁷⁴, de tal forma que se pode afirmar que a pauta levantada por este protesto não foi tratada posteriormente. Por outro lado, a pauta das manifestações do dia 15 tem sim um agendamento *a posteriori*. Por exemplo, ainda na edição do dia 17, na capa, a Folha de São Paulo traz a seguinte chamada “Após protestos, Dilma pede trégua para aprovar ajuste”, que destaca a matéria da página 4, do Primeiro Caderno, “Dilma propõe trégua e diz que país rejeita ‘golpismo’”¹⁷⁵. Nesta ocasião, Dilma Rousseff se pronuncia diante os protestos do dia 15 e admite que pode ter cometido “erro na dosagem” na condução de sua política econômica, e que o país rejeita o “golpismo” e o “retrocesso”. Sobre a reação do governo aos protestos, a matéria registra que Dilma teve uma reunião com seu vice, Michel Temer (PMDB), e 10 ministros, na qual discutiram “o cenário pós-manifestações e o envio das propostas anti-

¹⁷³ Esta informação consta na matéria “Políticos, mesmo de oposição, são hostilizados e impedidos de falar”, publicada na página 10, do Primeiro Caderno.

¹⁷⁴ Apesar desta edição a matéria destacar a pesquisa Datafolha da manifestação do dia 15, o texto, por vezes, traz dados também produzidos pelo instituto referentes aos protestos do dia 13.

¹⁷⁵ Trecho extraído da matéria “Após protestos, Dilma pede trégua para aprovar ajuste”, publicada dia 17, na página 4, do Primeiro Caderno.

corrupção e da reforma política ao Congresso, únicas saídas encontradas até agora para tentar reagir às críticas.”¹⁷⁶.

Outra prova deste agendamento posterior se pode ver na matéria “Presidente prepara reforma ministerial para atrair PMDB”¹⁷⁷, quando a Folha de São Paulo ressalta que “Movimentos que participaram dos atos do domingo convocaram marcha para o dia 12 de abril”¹⁷⁸. Sobre esta nova marcha, o texto diz que ao menos três dos movimentos que participaram dos protestos do domingo (15) convocaram nova manifestação, e que “Todos [os movimentos] defendem o impeachment da presidente Dilma e, somados, têm cerca de 987 mil seguidores no Facebook.”¹⁷⁹. Ainda com este propósito de agendamento, há a matéria “Aécio tentará aproximação com ativistas antigoverno”¹⁸⁰. Antes de tratar desta matéria é importante dizer que na edição da Folha de São Paulo do dia 15, o partido de Aécio, o PSDB, e o DEM declararam apoio à manifestação, aquela altura tida como “anti-Dilma”, apesar de estarem cautelosos em relação ao impeachment. Na matéria, anteriormente dita, informa-se que o senador Aécio “quer interlocução com grupos que organizaram protestos do dia 15”¹⁸¹ e que isto seria uma “Tarefa difícil, já que movimentos contrários à presidente tentam se desvencilhar de partidos políticos”¹⁸². Disse o porta-voz do Vem Pra Rua, Rogério Chequer, nesta mesma matéria: “Nós não temos intenção de estabelecer conexões com nenhum partido político.”¹⁸³. Há, no texto, a informação de que o MBL também “rechaça qualquer estreitamento com a sigla [PSDB]”¹⁸⁴ e que, inclusive a critica.

Todavia, a maior prova deste agendamento foi publicada pela Folha de São Paulo, inicialmente, no dia 28¹⁸⁵, e republicada nos dias 29¹⁸⁶ e 30¹⁸⁷, quando o jornal anunciou que

¹⁷⁶ Trecho extraído da matéria “Após protestos, Dilma pede trégua para aprovar ajuste”, publicada dia 17, na página 4, do Primeiro Caderno.

¹⁷⁷ Publicada dia 17, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹⁷⁸ Trecho extraído da matéria “Presidente prepara reforma ministerial para atrair PMDB”, publicada dia 17, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹⁷⁹ Trecho extraído da matéria “Presidente prepara reforma ministerial para atrair PMDB”, publicada dia 17, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹⁸⁰ Matéria publicada dia 22, na página 8, do Primeiro Caderno.

¹⁸¹ Trecho extraído da matéria “Aécio tentará aproximação com ativistas antigoverno”, publicada dia 22, na página 8, do Primeiro Caderno.

¹⁸² Trecho extraído da matéria “Aécio tentará aproximação com ativistas antigoverno”, publicada dia 22, na página 8, do Primeiro Caderno.

¹⁸³ Trecho extraído da matéria “Aécio tentará aproximação com ativistas antigoverno”, publicada dia 22, na página 8, do Primeiro Caderno.

¹⁸⁴ Trecho extraído da matéria “Aécio tentará aproximação com ativistas antigoverno”, publicada dia 22, na página 8, do Primeiro Caderno.

¹⁸⁵ “Folha e UOL promovem debate com organizadores dos protestos do dia 15”, publicada na página 10, do Primeiro Caderno.

¹⁸⁶ “Folha e UOL promovem debate com organizadores de atos antigoverno”, publicada na página 14, do Primeiro Caderno.

ele e o Portal UOL promoveriam, no dia 30, debate entre os integrantes de grupos que organizaram os protestos do dia 15 de março contra a presidente Dilma Rousseff e a corrupção no país. O texto, que antecipa este evento organizado pelo Grupo Folha, anuncia que participarão Marcelo Reis, do Revoltados Online, Cláudio Camargo, do QueroMeDefender, e Fernando Holiday, do Movimento Brasil Livre. Este evento tratado pela Folha de São Paulo na edição do dia 31, na matéria “Oposição precisa ‘fazer seu trabalho’ contra Dilma, diz líder de protestos”¹⁸⁸, fala que o texto reporta ao ativista Fernando Silva, o Fernando Holiday, do MBL. Na reportagem há as fotos de Cláudio Camargo, líder do movimento Quero Me Defender, e de Fernando Silva, líder do MBL. No texto se pode ler que para o líder do MBL, movimento defensor do impeachment de Dilma, os partidos de oposição (como o PSDB) tem uma atuação frouxa e que não condiz com o que as pessoas estão pedindo. “Nós queremos que eles [partidos de oposição] se levantem e façam valer os votos que ganharam”¹⁸⁹, disse Fernando. Já o membro do Quero Me Defender e advogado Cláudio Camargo afirmou que não há elementos para o impeachment. É importante trazer esta afirmação para mostrar que a Folha preferiu dar destaque à opinião de um dos líderes do MBL à fala de um advogado que revelou a ausência de elementos para um pedido de impeachment. Isto demonstra o quando o jornal estava empenhado nesta pauta, que como se pode ver aqui antes é a pauta do MBL e dos Revoltados Online, mas que foi a eleita para representar a manifestação do dia 15, embora a pesquisa do Datafolha tenha mostrado o contrário.

A defesa da manifestação do dia 15 em relação às críticas do governo e dos movimentos organizadores do protesto do dia 13 – CUT e MST, especificamente – não se deu exclusivamente no dia 16, na matéria “Ato com foco definido foi além do estereótipo”¹⁹⁰. Em edições posteriores, a Folha de São Paulo voltou a oportunizar espaços de defesa para os movimentos envolvidos com o ato do dia 15. Nesse sentido, se pode mencionar a matéria “Nem tão branca, nem tão elite”¹⁹¹, que traz ainda o seguinte subtítulo “O protesto do último domingo (15) em SP reuniu ex-petistas, defensores da volta dos militares, estreates na vida política e militantes de carteirinha. Em comum, a inconformidade com a situação dos país e a promessa de que voltarão às ruas”. Para contextualizar a elaboração desta matéria, é

¹⁸⁷ “Folha e UOL promovem debate com organizadores de atos antigoverno”, publicada na página 8, do Primeiro Caderno.

¹⁸⁸ Matéria publicada dia 31, na página 7, do Primeiro Caderno.

¹⁸⁹ Trecho extraído da matéria “Oposição precisa ‘fazer seu trabalho’ contra Dilma, diz líder de protestos”, publicada dia 31, na página 7, do Primeiro Caderno.

¹⁹⁰ Matéria publicada dia 16, na página 5, do Primeiro Caderno.

¹⁹¹ Matéria publicada dia 22, na página 10, do Primeiro Caderno.

importante recordar que o PT defendia que o ato do dia 15 “é algo feito pela ‘burguesia’”¹⁹², opinião também compartilhada pelo líder do MST, João Pedro Stédile¹⁹³. Na verdade, a matéria “Nem tão branca, nem tão elite” reúne a opinião de cinco pessoas que participaram da manifestação, para cada uma delas há um título e uma foto. É oportuno salientar que quatro delas tiveram suas opiniões publicadas na edição do dia 16: a assistente de crédito Mylene Xavier, o fotógrafo Thomas Bacarro, o contador Tiago da Silva e a pesquisadora Rosa Corrêa. A opinião do economista Osvaldo Santana não foi publicada no dia 16, mas sim na edição do dia 22. O objetivo do texto é mostrar que ao contrário das críticas do governo e de movimentos sociais, tais como o MST, o protesto do dia 15 não teve a participação exclusiva de membros da burguesia, como se pode deduzir a partir do próprio título, o que reforça aquela ideia de heterogeneidade de público já destacada na matéria “caras da avenida”¹⁹⁴. Para defender a ideia de que estas pessoas entrevistadas não são da burguesia, a Folha de São Paulo ressaltou o local onde cada um mora, por exemplo, Mylene mora “Numa casa de cinco cômodos, em um terreno que abriga outras duas residências”, situada no “bairro Jardim Dona Sinhá, na periferia leste de São Paulo.”¹⁹⁵, ou sua condição, como no caso do contador Tiago, que estuda na Universidade São Judas Tadeu, mas não paga mensalidade, porque “tem 50% de bolsa do Prouni (programa federal que oferece bolsa em universidades privadas) e os outros 50% são financiados pelo Fies, programa do governo federal.”¹⁹⁶.

Na edição do dia seguinte, 23, a Folha de São Paulo publica outra matéria que tem o propósito de afastar dos movimentos “antigoverno” uma imagem, exclusivamente, burguesa, cujo título é “Grupos antigoverno destacam discursos de negros e pobres”¹⁹⁷. Abaixo há o seguinte subtítulo “Movimentos que organizaram manifestações contra Dilma no dia 15 enfrentam estigma de ‘elite branca’”. É justamente este estigma de grupos da ‘elite branca’ que o jornal tenta desconstruir nesta matéria, na “Nem tão branca, nem tão elite”¹⁹⁸ e na “Ato com foco definido foi além do estereótipo”¹⁹⁹. O principal protagonista deste texto que informa que os discursos dos negros e pobres também tem espaço nos movimentos

¹⁹² Trecho extraído da matéria “Planalto teme confrontos entre grupos de ativistas”, publicada dia 13, na página 4, do Primeiro Caderno.

¹⁹³ Na matéria “Movimentos criticam governo e aumentam pressão sobre Dilma”, publicada dia 13, na página 6, do Primeiro Caderno, pode-se ler “Em sua fala, Stédile prevê que ‘a burguesia vai tentar dar o troco no dia 15’”.

¹⁹⁴ Matéria publicada dia 16, nas páginas 8 e 9, do Primeiro Caderno.

¹⁹⁵ Trechos extraídos da matéria “Nem tão branca, nem tão elite”, publicada dia 22, na página 10, do Primeiro Caderno.

¹⁹⁶ Trechos extraídos da matéria “Nem tão branca, nem tão elite”, publicada dia 22, na página 10, do Primeiro Caderno.

¹⁹⁷ Matéria publicada dia 23, na página 7, do Primeiro Caderno.

¹⁹⁸ Matéria publicada dia 22, na página 10, do Primeiro Caderno.

¹⁹⁹ Matéria publicada dia 16, na página 5, do Primeiro Caderno.

antigoverno é Fernando Holiday, do Movimento Brasil Livre. Sobre ele, a reportagem diz “criado em Carapicuíba (Grande São Paulo), egresso da escola pública e filho de uma auxiliar de hospital e de um garçom, ele se uniu ao MBL”²⁰⁰. No discurso que fez na manifestação do dia 15, na avenida Paulista, Holiday disse: “Vamos parar com esse negócio de que só a elite está aqui. Sou negro e pobre e estou e estou pedindo a saída da Dilma.”²⁰¹. Apesar de destacar a participação de Holiday em um dos movimentos que organizaram o ato no dia 15, a própria Folha de São Paulo traz nesta matéria informações produzidas pelo Datafolha que contradizem esta desconstrução do estigma reiterada por vezes. Neste sentido, a informação cabal está já próximo ao final da matéria, quando se pode ler: “Com relação à renda, 41% dos manifestantes disseram estar no segmento acima de dez salários mínimos. Em São Paulo, 9% estão nessa faixa, segundo o Datafolha.”²⁰².

Por fim, cabe perguntar, à luz de Castells (2013), se é correto considerar os movimentos sociais envolvidos na manifestação do dia 15 de março (Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua, Legalistas, Revoltados Online e outros), apesar de sua imbricada relação com a internet, principalmente, as mídias sociais, como movimentos sociais em rede. Da forma como colocada pelo autor a resposta aparenta ser negativa, por conta de dois aspectos. Castells (2013) afirma que os movimentos em rede não possuem líderes, ao contrário dos movimentos envolvidos nos protestos 15 de março. Por exemplo, a matéria “Grupos contra Dilma esperam levar 100 mil às ruas no dia 15”²⁰³ elenca alguns dos líderes do Vem Pra Rua (Rogerio Chequer), do Movimento Brasil Livre (Renan Santos e Kim Kataguari) e dos Legalistas (Tôni Imbrósio). O autor também diz que os movimentos sociais em rede não são programáticos, ou seja, não possuem objetivos claros. Na mesma matéria citada à cima, pode-se perceber que o MBL tinha como pauta o impeachment e os Legalistas, a intervenção militar. Apenas a pauta do Vem Pra Rua era pouco clara. Portanto, pode-se dizer que, primeiro, eles não são movimentos sociais em rede e, segundo, eles também aparentam não ser movimentos sociais, porque lhes falta identidade coletiva. Na verdade, tratam-se de páginas e grupos que advêm das mídias sociais que, por ocasião de um cenário favorável, conseguiram sensibilizar e atrair os indivíduos para suas manifestações. Mais uma vez, a

²⁰⁰ Trecho extraído da matéria “Grupos antigoverno destacam discursos de negros e pobres”, publicada dia 23, na página 7, do Primeiro Caderno.

²⁰¹ Trecho extraído da matéria “Grupos antigoverno destacam discursos de negros e pobres”, publicada dia 23, na página 7, do Primeiro Caderno.

²⁰² Trecho extraído da matéria “Grupos antigoverno destacam discursos de negros e pobres”, publicada dia 23, na página 7, do Primeiro Caderno.

²⁰³ Publicada dia 9, na página 9, do Primeiro Caderno.

Folha não obedece ao rigor que a categoria movimento social exige e o aplica como bem entende.

Considerações finais

Em um mundo permeado pela comunicação é imprescindível fazer-se interessar aos meios de comunicação. Certos de que isso é necessário, vários agentes sociais e políticos, inclusive os movimentos sociais, têm buscado aquilo que aqui se convencionou por representação midiática-institucional, isto porque estes veículos tornaram-se árbitros da existência social e política (BOURDIEU, 1997), e, por este motivo, tem influenciado profundamente a atual sociedade, de tal modo que é possível compreendê-la sem considerar a influência dos meios (THOMPSON, 2008). E isto é verdadeiro também para a cidadania, portanto, para compreender seu sentido e seu desenvolvimento é fulcral considerar a intervenção dos meios de comunicação de massa. E é por tudo isto que a questão-problema deste trabalho faz sentido.

Por conseguinte, uma das preocupações deste trabalho era perceber a forma através da qual os movimentos sociais conseguiram fazer-se interessar à Folha de São Paulo. Alguns movimentos, tais como o MBL, Vem Pra Rua, Revoltados Online, CUT, MST e a UNE realizaram ações cujo atrativo era a quantidade de manifestantes. Isto ficou bastante claro nas imagens que ilustraram as capas das edições dos dias 14 e de 16 de março, edições estas que repercutiram as manifestações dos dias 13 e 15 de março. Outra estratégia adotada foi à utilização de elementos pitorescos, principalmente quando o ato não contava com este aspecto quantitativo. Neste caso, a análise percebeu que o elemento pitoresco é objeto de destaque, sendo mencionado textualmente e exibido em fotos. Isto aconteceu na matéria “PM retira manifestantes do parque Augusta”²⁰⁴, quando alguns manifestantes com vestimentas coloridas e chamativas subiram em uma árvore com o intuito de resistir à ação da polícia. Além disto, os movimentos sociais se aproveitam da presença física ou da visibilidade proporcionada pela quase-interação mediada para realizar suas ações. No que diz respeito à presença física pode-se mencionar a matéria “Rio celebra 450 anos com samba, bolo e inaugurações”²⁰⁵, na ocasião, 30 manifestantes aproveitaram a presença da presidente Dilma Rousseff, na cerimônia oficial de comemoração aos 450 anos do Estado e protestaram em uma das ruas de acesso ao Palácio da Cidade, em Botafogo. No que toca ao protesto a partir da visibilidade mediada, pode-se citar aqui a matéria “Dilma vai à TV defender ajuste e é alvo de panelaço”²⁰⁶, quando, simultaneamente à fala da presidente em cadeia nacional de rádio e

²⁰⁴ Matéria publicada dia 5, na página 6, do Primeiro Caderno.

²⁰⁵ Matéria publicada dia 2, na página 2, do Caderno Cotidiano.

²⁰⁶ Matéria publicada dia 9, na página 4, do Primeiro Caderno.

televisão, às pessoas protestaram de suas casas, principalmente, mas também nos carros. O protesto foi articulado pelo Movimento Brasil Livre (MBL), através da internet dias antes da fala de Dilma. Este tipo de ação e também aquela que possui o elemento pitoresco têm em comum o objetivo de constranger a pessoa-alvo do protesto, que em todos os casos analisados nesta dissertação são pessoas públicas, geralmente consideradas pelos jornalistas como fontes oficiais de informação. É também um atrativo a ocupação de espaços públicos e privados. Aqui se pode incluir, por exemplo, a ação do MTST reportada dia 18, na matéria “Grupos de sem teto realizam protestos em sete Estados”²⁰⁷, quando avenidas e rodovias importantes foram bloqueadas, e também nas matérias “Invasão estrangeira”²⁰⁸ e “PM retira manifestantes do Parque Augusta”²⁰⁹, quando a ação ocorreu através da ocupação de um prédio abandonado e de um parque, cuja área teria sido adquirida por uma empresa particular, respectivamente. As datas comemorativas que carregam pautas sociais ainda em discussão são também propícias à visibilidade de movimentos sociais, assim aconteceu no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, dia este em que vários movimentos feministas foram ouvidos pela Folha de São Paulo.

A esta altura cabe retomar aqui, a critério de conclusão, a questão-problema deste trabalho, que é qual foi a representação midiática-institucional dos movimentos sociais na Folha de São Paulo durante o mês de março de 2015, ou seja, verificar de que maneira os movimentos sociais e suas ações foram tratados pelo jornal neste período, qual o sentido privilegiado e se ele capturou a questão a que estes sujeitos buscavam atenção e resolução. Sobre a categoria Direito à Moradia pode-se concluir a partir das análises realizadas que o acesso à moradia é um direito negado tanto a uma parcela da população brasileira quanto a estrangeiros. A existência e a presença midiática de movimentos como o MMBE e o MTST (é possível incluir também o MST) são provas incontestes deste direito negado e da luta para usufruí-lo. O MTST, implicitamente, é representado como um movimento articulado e ramificado, isto porque consegue organizar protestos em diferentes regiões do País, apesar de a Folha priorizar as ações que acontecem em São Paulo. Por sua vez, o MMBE teoricamente não é um movimento social, mas a Folha assim o chama, mesmo tendo conhecimento das características que o impedem de sê-lo. Em suma, na Folha, o MMBE e o MTST aparecem como movimentos sociais que têm o direito à moradia como bandeira principal, e que têm

²⁰⁷ Matéria publicada dia 17, na página 8, do Primeiro Caderno.

²⁰⁸ Matéria publicada dia 10, na página 7, do Caderno de Cotidiano.

²⁰⁹ Matéria publicada dia 5, na página 6, do Primeiro Caderno.

recorrido a ocupação de espaços públicos e privados para chamar atenção da sociedade. É porque perturbam a rotina/a ordem que são notícia

Por sua vez, o feminismo, principal questão discutida na edição da Folha do dia 8 de março, é representado como um movimento que está em um terceiro momento, cuja principal característica é a fragmentação. Esta fragmentação é vista negativamente, porque é um sinal de fragilidade. Para o jornal, esta fragmentação/fragilidade resulta da diversidade de movimentos e de pautas que se colocam como feministas. A heterogeneidade aqui é sinal de fraqueza, isto porque o feminismo tem tantos grupos e pautas que não possibilita uma unicidade discursiva. Nesse sentido, sequer o conceito de ser mulher é consenso entre estes grupos. Não bastasse isso, nesta fase atual o feminismo enfrenta não só o machismo, mas também movimentos de mulheres anti-feministas e de grupos que situam como favoráveis à causa masculina, que inclusive tem mulheres como integrantes. Enfim, o feminismo tanto obstáculos internos quanto externos que o limitam. Apesar disto, o movimento tem conseguido através da internet combater o preconceito através de campanhas educativas.

A categoria Citação Indireta, como visto, está relacionada a uma maneira indireta através da qual os movimentos sociais adquiram a representação midiática-institucional. Isto significa que eles e suas ações não são o elemento principal das matérias, isto porque a estratégia é a de aproveitar a presença física ou mediada de pessoas públicas – que geralmente são fontes oficiais de notícias – para constrangê-las, causando, conseqüentemente, à sua imagem. Isto aconteceu com a presidente, à época, Dilma Rousseff, e com o presidente da Câmara dos Deputados, à época, Eduardo Cunha. A representação midiática-institucional destes movimentos (MBL, LGBTs e Revolta das Lâmpadas) é de grupos que se colocam contrários as ações ou opiniões destas pessoas-alvo dos protestos. Portanto, o MBL aparece como contrário à Dilma; e o LGBT e a Revolta das Lâmpadas como contrário à Cunha. Ao seu turno, o caso do Parque Augusta reúne grupos que Folha denominou por “ativistas ambientais”, cujos membros foram representados como indivíduos que se vestem de forma engraçada e chamativa, e que invadiram um espaço particular. Implicitamente, subjaz uma ridicularização, muito por conta da ação dos chamativos ativistas ambientais que fugiram da policia e subiram na árvore, e lá se mantiveram por algum tempo. O caso foi apresentado

como uma situação inusitada e hilária, de fazer rir, por isto a manchete “Prenda-me se for capaz”²¹⁰.

Implicito também nesta categoria está o conceito de nação para a Folha de São Paulo, encontrado na matéria “Dilma vai à TV defende ajuste e é alvo de panelaço”. No texto, o jornal afirma que simultaneamente à fala da, hoje, ex-presidente aconteceram protestos em 12 capitais (São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia, Belém, Recife, Maceió e Fortaleza). Ao tratar desta manifestação, a Folha adjetiva-o como de ordem nacional. Aqui a ideia de “ordem nacional” se refere à extensão do protesto, que teria acontecido em todo o País, e que, desta forma, representava uma crítica geral à Dilma. Cabe considerar aqui o Brasil possui 27 unidades federativas, sendo 26 Estados e o Distrito Federal. Portanto, o protesto sequer aconteceu na metade das unidades federativas. Por outro lado, poder-se-ia pensar que estes 12 Estados reúnem mais da metade população brasileira. Mas mesmo isto é frágil, porque mesmo em São Paulo houve partes, a zona lestes, por exemplo, em que não houve protesto. Então, esta representação de protesto de “ordem nacional” não se sustenta de um ponto de vista quantitativo. A Folha afirma também que o panelaço ocorreu, principalmente, em locais em que Aécio venceu Dilma na eleição de 2014; por sua vez, nada aconteceu nos locais em que Dilma venceu. Portanto, para a Folha o Brasil se limita a estes 12 estados que são eleitores de Aécio, sendo eles suficientes para produzir um protesto de ordem nacional. Por fim, é importante lembrar que o protesto simultâneo à fala de Dilma foi articulado, principalmente, pelo MBL, um dos movimentos que participaram da organização do protesto do dia 15 de março. Nesse sentido, esta adjectivação pode ser encarada como um estímulo positivo conferido pelo jornal ao MBL e à própria manifestação do dia 15.

Sobre a categoria Protestos de Março é importante enfatizar que ela engloba dois grupos de movimentos sociais: os que organizaram a manifestação do dia 13 e os que organizaram a manifestação do dia 15. Sobre as duas manifestações, pode-se dizer, em resumo, que a Folha de São Paulo os representou como antagônicos, isto porque os do dia 13 eram contrários ao impeachment e os do dia 15, favoráveis. Entretanto, quando se olha o todo o sentido atribuído pelo jornal a estes movimentos é insustentável, e quem fornece as bases desta crítica é a própria Folha. A manifestação do dia 13 teve como principais organizadores a CUT, o MST e a UNE, movimentos que o jornal por diversas vezes associou ao Partido dos Trabalhadores e à Dilma, então presidente, mesmo os líderes destes movimentos terem

²¹⁰ Chamada de capa da edição do dia 05, que remete à matéria “PM retira manifestantes do parque Augusta”, publicada na página 6, do Primeiro Caderno.

negado isto por diversas vezes. Esta associação dá-se a partir de uma informação de bastidor, que vê a manifestação do dia 13 como ato de blindagem a Dilma. Isto revela, principalmente, que as palavras dos líderes da CUT, MST e UNE pouco valem para o jornal, que preferiu privilegiar a informação obtida nos bastidores. Mesmo contrários ao impeachment, estes grupos sociais tinham críticas ao governo, tais como a defesa da Petrobras e a contrariedade em relação ao ajuste fiscal e à política econômica. E foi assim que a Folha representou o protesto do dia 13: como o protesto de movimentos que são contrários ao impeachment, mas que não deixam de ter suas críticas ao governo. Por isto a manchete “Atos rejeitam impeachment, mas criticam governo”. Todavia, esta representação não corresponde àquela daqueles que foram as ruas no dia 13, e quem revelou isto foi o Instituto Datafolha, que também é propriedade do Grupo Folha. Em pesquisa realizada junto aos manifestantes, o Instituto apurou que o principal motivo que levou às pessoas a participar da manifestação foi o de protestar contra as medidas do governo contrárias aos direitos trabalhistas, com 25%, pela reforma política, 19%; e em defesa à Petrobras, 18%. Apenas 4% dos entrevistados declararam ter ido às ruas em apoio a Dilma. E isto aqui justifica a insignificante e irrelevante quantidade de pessoas que a Folha ouviu para realizar a cobertura das manifestações do dia 13, isto porque entrevistasse um significativo número de manifestantes não conseguiria manter esta representação que cunhou. Na verdade, a única pessoa ouvida pelo jornal, a auxiliar de limpeza Gisele Rodrigues, foi usada para deslegitimar a presença dos 41 mil, que segundo o Datafolha participaram dos protestos do dia 13. Portanto, e, ao contrário do que disse a Folha de São Paulo, a manifestação da CUT, MST e UNE foi, na verdade, um ato de crítica ao governo, e que, assim sendo, não pode ser considerado um ato blindando Dilma.

A representação conferida pela Folha de São Paulo ao protesto do dia 15 de março também é equivocada. Nesse sentido, é importante dizer que os grupos que organizaram a manifestação possuíam diversos propósitos e até divergentes, prova disto é a solicitação do apoio da Polícia Militar de São Paulo, que, por sua vez, dividiu o local do encontro e determinou o local de concentração de cada um dos grupos. O jornal tanto sabia desta diversidade que a noticiou. Mesmo assim, elegeu o impeachment como o propósito principal, e assim representou o ato. Por isso a manchete: “‘Fora, Dilma’ reúne 210 mil em São Paulo e multidões no país”. Escreveu a Folha que “O discurso hegemônico dos manifestantes [...] pedia o impeachment da presidente Dilma e acusava o PT de ser responsável pelo escândalo de corrupção na Petrobras”²¹¹. Entretanto, a fala das pessoas ouvidas pelo jornal não

²¹¹ Trecho extraído da Matéria “O DIA 15 NO BRASIL”, publicada dia 16, na página 6, do Primeiro Caderno.

reproduzia este discurso hegemônico. Na verdade, estas entrevistas reproduzem uma grande diversidade de propósitos, alguns, inclusive, diferentes daqueles defendidos pelo MBL, Vem Pra Rua, Legalistas, Revoltados Online e etc.. Esta diversidade foi capturada também pela pesquisa do Instituto Datafolha sobre os motivos que levaram aquelas pessoas a manifestar. O motivo mais citado foi protestar contra a corrupção (47%); o segundo foi pelo impeachment (27%); terceiro, contra o PT (20%); e quarto, contra os políticos (14). Portanto, a manifestação do dia 15 de março tinha como objetivo principal o protesto contra a corrupção que existe na classe política. Por este motivo, os políticos que tentaram falar aos manifestantes foram impedidos. Nada mais óbvia, vez que o protesto se dirigia a eles, e não só à Dilma.

Entretanto, é importante dizer que a Folha de São Paulo não inventou estas representações, vez que o sentido atribuído era existente. O que o jornal fez foi tornar majoritários sentidos minoritários, deturpando o verdadeiro sentido das manifestações dos dias 13 e 15 de março. A defesa a Dilma em relação ao impeachment estava presente no protesto do dia 13, mas para uma minoria (4%). O impeachment era um dos objetivos pleiteados pelos manifestantes do dia 15 de março, mas não o principal. Apesar de não ter inventado, a Folha alterou as grandezas e conferiu representações equivocadas aos protestos de março. Ao fazê-lo influenciou a política nacional, isto porque o ato do dia 15 de março – representado, essencialmente, como a favor do impeachment – foi o capítulo inicial de uma trama que culminou com o afastamento da presidente Dilma Rousseff. Foi a partir deste momento que o jornal sentiu-se à vontade para incluir à sua agenda esta questão, assim como o Legislativo Federal, porque o clamor das ruas dava-os segurança e legitimidade. Não à toa, o impeachment foi o único assunto que a Folha tratou após as duas manifestações de março. Deste modo, o impeachment provém muito mais de uma escolha midiática-institucional que foi abraçada pelo poder político institucionalizado, do que da própria população, que naquele momento em meio a tanta corrupção encontrava-se desiludida, confusa e desnorreada.

Agora cabe voltar a dialogar com Bourdieu (1997). O autor diz que é preciso produzir manifestações que interessem à imprensa, caso se queira obter aquilo que ele chama de plena eficácia. Todavia, os dados aqui analisados demonstram que isto não basta. Isto porque o sentido atribuído ao ato pelos veículos não necessariamente corresponde àquele pleiteado pelo movimento. O respeito a representação planejada pelo movimento social pelo veículo de comunicação aparenta estar relacionada a uma afinidade de tipo política-ideológica. E isto explica porque a Folha de São Paulo priorizou a pauta do MBL e, também, porque

desrespeitou as informações dadas pelo presidente da CUT e conferiu ênfase a uma informação de bastidor. Portanto, se houver esta convergência político-ideológica a representação do movimento social tende a ser positiva; se não houver, tende a ser negativa. Desta forma, a plena eficácia através da mídia-institucional depende não só do acesso, mas também desta convergência político-ideológica.

Por fim, cabe explicitar algumas provocações que a presente pesquisa apresentou ao longo do percurso que extrapolam a questão-problema. Primeiro, a Folha de São Paulo sabe do poder que possui no que diz respeito à criação/consolidação de líderes sociais e políticos, e o confere somente àqueles com os quais possui aquilo que se chamou aqui de convergência político-ideológica. Por este motivo, em nenhum momento o jornal trouxe em imagens os líderes da CUT, MST e UNE, ou seja, os líderes destes movimentos não tem rosto. Já os líderes dos movimentos que organizaram as manifestações do dia 15 apareceram visualmente por mais de uma vez, sobretudo Kim Kataguari (que depois se tornou colunista do jornal) e Fernando Holiday (que em 2016 foi eleito com mais de 48 mil votos vereador da cidade de São Paulo), ambos do MBL. Desta forma, Bourdieu (1997) está correto quando defende que os veículos de comunicação de massa tornaram-se árbitros da existência social e política. Por isto, são hoje detentores de um poder, que Thompson (2008) chama de simbólico, acessível à somente àqueles que bem quistos por estes meios.

A outra inquietação trata dos movimentos sociais por detrás das manifestações dos dias 13 e 15 de março. De um lado, movimentos e manifestantes do dia 13 tinham discursos muito semelhantes, ou seja, foram às ruas contra as mesmas coisas. É esta unicidade, que de forma alguma está imune de contradições, que Melucci chama de identidade coletiva. Eles formam um nós (apesar de a Folha os ter representado equivocadamente). Por outro lado, o mesmo não aconteceu com movimentos e manifestantes. Isto porque os movimentos foram às ruas por algumas coisas; e os manifestantes, por outras. Portanto, eles não possuíam um nós, uma identidade coletiva. Cabe perguntar se esta é uma característica destes movimentos que tem a internet como plataforma preponderante ou se é uma limitação imposta pela própria internet. O fato é que movimentos e manifestantes foram protestar por diferentes razões.

Em suma, a representação midiática-institucional dos movimentos sociais na Folha de São Paulo durante o período aqui estabelecido aponta para um sentido atribuído aos movimentos sociais que se distancia daquele delineado pela teoria, à medida que não há qualquer rigor para sua utilização. Por exemplo, reconhecidos movimentos sociais – os

movimentos feministas, o MST, a CUT e a UNE – têm seus atos, pautas e conquistas desconstruídas; e páginas de mídias sociais (MBL, Vem Pra Rua, Revoltados Online e etc.) e grupos (MMBE) são tornados movimentos sociais e, ao mesmo tempo, sujeitos da política nacional, ou seja, são o resultado da própria representação midiática-institucional, e só o são porque aquilo que defendem é bem quisto pela Folha. Portanto, sujeitos são chamados de movimento social sem sê-lo, do ponto de vista teórico. Por assim ser, a mídia cria e elimina sujeitos. E aqueles que cria, determina e confere prioridade às suas pautas. Desta forma, a mídia-institucional se coloca como uma cancela que autoriza e desautoriza a participação política e, ao mesmo tempo, atua como agente que determina quais são os assuntos que estes sujeitos autorizados devem discutir e cobrar resolução. Portanto, a mídia-institucional tem às suas mãos as rédeas da cidadania, e apenas os *movimentos sociais autorizados*,²¹² tem espaço midiático. Em outras palavras, a mídia-institucional é o cavaleiro e os movimentos sociais o cavalo.

²¹² Grifo nosso.

Bibliografia

- ALEXANDER, J. C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, jun. 1998.
- ALONSO, A. “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”. *Lua Nova*, 76: 49-86, 2009.
- ALSINA, M. R. *A construção da notícia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e atravessamentos. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 739-766, set./dez. 2009.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, novembro/2002.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 4 ed. Lisboa, PT: Edições 70, 2010.
- BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BRAGA, J. L. Constituição do campo da comunicação. *Verso e Reverso*, vol. XXV, n. 58, jan.-abr., 2011.
- _____ Sociedade midiaticizada. *Aninus: revista interamericana de comunicação midiática*. Vol. V, n. 2, p. 9-35, jul-dez, 2006.
- BRINGEL, B. M.; DOMINGUES, J. M. Teoria crítica e movimentos sociais: intersecções, impasses e alternativas. In: *Movimentos sociais na era global*. GOHN, M. G.; BRINGEL, B. M. (orgs.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTELLS, M. A sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CARDOSO, G; CASTELLS, M. *A sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda: 2005, p. 17-30.
- _____ *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. 1. ed. –Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs). *Textos em representações sociais*. 2º ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 31-59.

GALTUNG, J., RUGE, M. H. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, N. (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2 ed., Lisboa: Vega Editora, 1999, p. 61-73.

GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. 2 ed., Brasília, DF: Editora Ortiz, 1989.

GOHN, M. G. M. *História dos movimentos e lutas sociais*. 3. Ed. – São Paulo, SP: Edições Loyola, 2003.

_____ *Novas teorias dos movimentos sociais*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

_____ *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GORCZEWSKI, C. *A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática* / Clovis Gorczewski e Nuria Belloso Martin. Santa Rita do Sul: EDUNISC, 2011. [Disponível em http://www.unisc.br/portal/upload/com_editora_livro/e_book.pdf - Acesso em 03 de março de 2015].

GUARESCHI, P. A. *Comunicação e controle social*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1991.

HELD, D. Cidadania e autonomia. *Perspectivas*, n. 22, p. 201-231, 1999.

HJARVARD, S. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *MATRIZES*, Ano 5, n. 2, p. 53-91, jan./jun, 2012.

HOHLFELDT, A. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 7, p. 42-51, nov. 1997.

JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

_____ Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989, p. 31-61.

KUNCZIK, M. *Conceitos de jornalismo: Norte e Sul: Manuel de Comunicação*. 2 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LÓPEZ-ESCOBAR, E., LLAMAS, J. P., MCCOMBS, M. Una dimensión social de los efectos de los medios de difusión: agenda-setting y consenso. *Comunicación y sociedad*, vol. IX, n. 1 y 2, 1996.

MALFATTI, S. A. Os movimentos sociais em Alain Touraine. *Revista Estudos Filosóficos*, Minas Gerais, nº 6, 2011 – versão eletrônica.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1967.

MCCOMBS, M. Influencia de las noticias sobre nuestras imágenes del mundo. In: BRYANT, J.; ZILLMANN, D. *Los efectos de los medios de comunicación*. Investigaciones y teorías. Barcelona: Paidós, 1996.

_____ *The agenda setting role of the mass media in the shaping of public opinion*. University of Texas at Austin, 2000.

_____ Um panorama da teoria do agendamento, 35 anos depois de sua formulação. *Intercom – Revista Brasileira de Ciência da Comunicação*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 205-221, jul./dez. de 2008. Entrevista concedida a José Afonso da Silva Junior, Pedro Paulo Procópio e Mônica dos Santos Melo. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69830990011>>.

MCCOMBS, M.; EVATT, D. Los temas y los aspectos: explorando una nueva dimensión de la agenda setting. *Comunicación y Sociedad*, vol. VIII, nº 1, 1995.

MELUCCI, A. A experiência individual na sociedade planetária. *Lua Nova*, nº 38, 1996, p. 199-221.

_____ *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____ Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista feita por Avritzer, L. e Lyra, T. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, v. 40, 1994, p. 152-166.

_____ Um objetivo para os movimentos sociais. *Lua Nova*, São Paulo, nº 17, junho de 1989, p. 49.

MOLOTCH, H., LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2 ed., Lisboa: Vega Editora, 1999, p. 34-51.

MORIGI, V. J. Teoria Social e Comunicação: Representações Sociais, Produção de Sentidos e Construção dos Imaginários Midiáticos. *E-Compós* (Brasília), v. 1, n.1, p. 1-14, 2004.

MOSCOVICI, S. La representación social: un concepto perdido. In: MOSCOVICI, S. *El psicoanálisis, su imagen y su public*. Buenos Aires, Argentina: Ed. Huemul, ed. 2, 1979, p. 27-44.

_____. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NEVEU, É. *Sociologia do jornalismo*. Ipiranga, SP: Edições Loyola, 2006.

NUNES, C. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 75, 2014. [Disponível em <http://spp.revues.org/1596> - Acesso em 03 de março de 2015]

SIGNATES, L. O poder simbólico e o conflito das liberdades. Análise da situação de fala do jornalista, nas condições de institucionalização sistêmica da comunicação. In: TEMER, A. C. R. P. *Mídia, Cidadania e Poder*. Goiânia: Facomb/Funape, 2011, p. 77-98.

SILVA, G. Valores-notícia: atributos do acontecimento. In: *XXVIII Congresso Intercom*, 2005, Rio de Janeiro, RJ. Intercom 2005 Ensino e Pesquisa em Comunicação, 2005.

SIQUEIRA, G. S. A história do direito pelos movimentos sociais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 174, n. 458, p. 109-142, 2013b.

_____. *História do direito pelos movimentos sociais: cidadania, experiências e antropofagia jurídica nas estradas de ferro (Brasil, 1906)*. Rio de Janeiro, RJ: Lumem Juris, 2013a.

SODRÉ, M. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOLOSKI, J. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, N. (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2 ed., Lisboa: Vega Editora, 1999, p. 91-100.

SOUSA, J. P. *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. 2 ed., Porto: 2006.

_____ Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia. *Pauta Geral*, v. 10, n. 5, p. 23-45, 2003.

SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3), p. 300-308. Jun/set, 1993.

TEMER, A. C. R. P.; NERY, V. C. A. *Para entender as teorias da comunicação*. 2. ed., Uberlândia: EDUFU, 2009.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TOURAINÉ, A. *Após a crise: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____ *Crítica da modernidade*. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____ Na fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

_____ *O retorno do actor: ensaio sobre sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

_____ *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2005.

TOURAINÉ, A.; KHOSROKHAVAR, F. *A procura de si: diálogo sobre o sujeito*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2001.

TRAQUINA, N. (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2 ed., Lisboa: Vega Editora, 1999.

_____ *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2003.

_____ *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. 2. ed., Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2 ed., Lisboa: Vega Editora, 1999, p. 74-90.

TUZZO, Simone Antoniaci; BRAGA, Claudomilson Fernandes. Pesquisa Qualitativa: uma possibilidade de triangulação. Trabalho apresentado no 4º Congresso Ibero americano de Investigação Qualitativa. *Atas Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*. Agosto de 2015, p. 149-152.

VALA, J. *Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social*. 1993.

WACHELKE, J. F. R.; CARMARGO, B. V. Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Revista interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology*, vol. 41, nº 3, p. 379-390, 2007.

WOLF, M. *Teoria da comunicação de massa*. 5. ed., Lisboa: Editorial Presença, 1999.

Apêndice

Quadro 1 – Apresenta as matérias que compõem a amostra e sua respectiva categoria			
Data	Categoria	Título	Localização
02/03	CI	Rio celebra 450 anos com samba, bolo e inaugurações	Cotidiano – p.2
	CI	Maioria no Brasil é conservadora, diz Cunha em culto	Primeiro Caderno – p.7
03/03	PM	Governo quer que CUT adie ato pró-Petrobras	Primeiro Caderno – p.4
05/03	CI	Prenda-me se for capaz	Capa – p.1
	CI	PM retira manifestantes do parque Augusta	Primeiro Caderno – p.6
06/03	CI	Haddad espera promotoria decidir sobre área	Cotidiano – p.3
08/03	DIM	Lugar da mulher	Capa – p.1
	DIM	Feminismo 2.0 – Sim! O pornô pode ser feminista (entrevista com Erika Lust)	Cotidiano – p.12
	DIM	Feminismo 2.0 – Não! O pornô faz da mulher um objeto (entrevista com Nádia Lapa)	Cotidiano – p.12
	DIM	Feminismo 2.0 – A revolução que chega via wi-fi	Cotidiano – p.12
	DIM	Feminismo 2.0 – Tendência publicitária trata mulheres como seres humanos, enfim	Cotidiano – p.12
	DIM	Mosaico feminista: o movimento na era da dispersão	Ilustríssima – p.6 e 7
09/03	CI	Fala de Dilma na TV gera panelaço em 12 capitais	Capa – p.1
	PM	Manifestantes esperam reunir 100 mil em protesto dia 15	Capa – p.1
	CI	Dilma vai à TV defender ajuste e é alvo de panelaço	Primeiro Caderno – p.4
	PM	Grupos contra Dilma esperam levar 100 mil às ruas	Primeiro Caderno – p.9
	PM	CUT, MST e UNE fazem ato contra ajuste fiscal	Primeiro Caderno – p.9
10/03	DM	Invasão estrangeira	Capa – p.1
	PM	Não há razões para pedido de impeachment, afirma Dilma	Capa – p.1
	PM	Após vaias, Dilma diz não ver razão para impeachment	Primeiro Caderno – p.4
	CI	Redes sociais expõem trincheiras políticas	Primeiro Caderno – p.6
	CI	Na zona leste, moradores não ouvem protesto	Primeiro Caderno – p.6
	PM	PM quer dividir grupos em ato no domingo	Primeiro Caderno – p.6
	DM	Invasão estrangeira	Cotidiano – p.7

11/03	PM	Dilma é vaiada em SP e diz que crise no país é passageira	Primeiro Caderno – p.4
	PM	Vídeo anti-Dilma recicla propaganda de Aécio	Primeiro Caderno – p.6
	PM	CUT marca ato “Blinda Dilma” em 24 capitais	Primeiro Caderno – p.6
	PM	Sem-terra intensificam protestos com invasões a fábricas e bancos	Primeiro Caderno – p.6
12/03	PM	Aécio diz que pode ir a ato anti-Dilma se tiver rompante	Primeiro Caderno – p.6
	PM	Ministro pede que manifestações sejam realizadas sem ‘ódio’ e ‘raiva’	Primeiro Caderno – p.6
	PM	Grupos recorrem a vaquinha e doação para atos	Primeiro Caderno – p.6
13/03	PM	Planalto teme confronto entre manifestantes nos atos de hoje	Capa – p.1
	PM	Planalto teme confrontos entre grupos de ativistas	Primeiro Caderno – p.4
	PM	Movimentos criticam governo e aumentam pressão sobre Dilma	Primeiro Caderno – p.6
	PM	Grupo anti-Dilma diz que agendou ato antes	Primeiro Caderno – p.6
14/03	PM	Atos defendem Dilma, mas criticam governo	Capa – p.1
	PM	Atos rejeitam impeachment, mas criticam governo	Primeiro Caderno – p.4
	PM	Grupos chamam opositores de golpistas	Primeiro Caderno – p.5
	PM	Protesto em SP teve 41 mil participantes, diz Datafolha	Primeiro Caderno – p.7
	PM	Líder do MST diz que ministro da Fazenda é “infiltrado” no governo	Primeiro Caderno – p.8
	PM	Famosos publicam vídeos de apoio ao ato deste domingo	Primeiro Caderno – p.8
	PM	Aécio chama população para marcha anti-Dilma	Primeiro Caderno – p.8
15/03	PM	Para 63% do ato de Sexta, ‘Dilma sabia’	Capa – p.1
	PM	Grupos anti-governo se distanciam ²¹³	Capa – p.1
	PM	Oposição decide aderir em bloco aos atos contra a presidente	Capa – p.1
	PM	Oposição decide aderir em bloco a protesto anti-Dilma	Primeiro Caderno – p.4
	PM	Para maioria que foi a ato pró-Dilma, ela sabia da	Primeiro Caderno – p.5

²¹³ Esta chamada de capa destaca a matéria da página 4, do Primeiro Caderno, todavia, nesta página está a matéria “Oposição decide aderir em bloco a protesto anti-Dilma”.

		corrupção	
16/03	PM	‘Fora, Dilma’ reúne 210 mil em São Paulo e multidões no País	Capa – p.1
	PM	Multidão vai às ruas contra Dilma e assusta o governo	Primeiro Caderno – p.4
	PM	Ato com foco definido foi além do estereótipo	Primeiro Caderno – p.5
	PM	O dia 15 no Brasil	Primeiro Caderno – p.6
	PM	Ato reuniu 210 mil em SP, diz Datafolha	Primeiro Caderno – p.7
	PM	PM diz que levou em conta toda avenida Paulista	Primeiro Caderno – p.8
	PM	Caras da Avenida	Primeiro Caderno – p. 8 e 9
	PM	Tietados, policiais posam para selfies com manifestantes	Primeiro Caderno – p.9
	PM	‘Impeachment não vai adiantar’ diz líder pró-intervenção militar	Primeiro Caderno – p.9
	PM	Políticos, mesmo da oposição, são hostilizados e impedidos de falar	Primeiro Caderno – p.10
	PM	Movimentos já planejam outros protestos contra Dilma em abril	Primeiro Caderno – p.10
	PM	Governo tenta reagir repetindo promessas	Primeiro Caderno – p.11
PM	Críticas a Dilma nas redes atingem pico	Primeiro Caderno – p.12	
17/03	PM	Após protestos, Dilma pede trégua para aprovar ajuste	Capa – p.1
	PM	Dilma propõe trégua e diz que país rejeita golpismo	Primeiro Caderno – p.4
	PM	Presidente prepara reforma ministerial para atrair PMDB	Primeiro Caderno – p.5
	PM	Maioria foi às ruas contra a corrupção, diz Datafolha	Primeiro Caderno – p.6
19/03	DM	Grupos de sem teto realizam protestos em sete Estados	Primeiro Caderno – p.8
21/03	CI	Dilma diz que ajuste fiscal vem antes de reforma ministerial	Primeiro Caderno – p.14
22/03	PM	Aécio tentará aproximação com ativistas antigoverno	Primeiro Caderno – p.8
	PM	Nem tão branca, nem tão elite	Primeiro Caderno – p.10

23/03	PM	Grupos anti-governo destacam discursos de negros e pobres	Primeiro Caderno – p.7
26/03	PM	Vem Pra Rua planeja atos na periferia para atrair população	Primeiro Caderno – p.10
28/03	CI	Cunha é vaiado por manifestantes na Assembleia de SP	Primeiro Caderno – p. 6
	PM	Folha e UOL promovem debate com organizadores dos protestos do dia 15	Primeiro Caderno – p.10
29/03	CI	PT discute adotar coalização eleitoral com sindicatos e movimentos sociais	Primeiro Caderno – p.11
	PM	Folha e UOL promovem debate com organizadores de atos antigoverno	Primeiro Caderno – p.14
30/03	PM	Folha e UOL promovem debate com organizadores de atos antigoverno	Primeiro Caderno – p.8
31/03	PM	Oposição precisa ‘fazer seu trabalho’ contra Dilma, diz líder de protestos	Primeiro Caderno – p.7
	PM	Movimento Vem Pra Rua adere à tese do Impeachment	Primeiro Caderno – p.7
<i>Fonte: dados interpretados da coleta.</i>			